



**INSTITUTO
FEDERAL**

Goiano

INSTITUTO FEDERAL GOIANO

CAMPUS MORRINHOS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

MARCELO SILVA OLIVEIRA

**JOVEM APRENDIZ E A EPT: O CASO CAPACITAÇÃO PARA O FUTURO EM UM
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)**

Morrinhos

2020

MARCELO SILVA OLIVEIRA

**JOVEM APRENDIZ E A EPT: O CASO CAPACITAÇÃO PARA O FUTURO EM UM
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Goiano, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio de Carvalho

Morrinhos

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/IF Goiano Campus Morrinhos

O48j Oliveira, Marcelo Silva.

Jovem Aprendiz a EPT: o caso Capacitação para o Futuro em um Centro de Referência de Assistência Social (Cras)/ Marcelo Silva Oliveira. – Morrinhos, GO: IF Goiano, 2020.

145 f. : il. color.

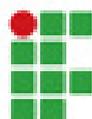
Orientador: Dr. Marco Antônio de Carvalho

Instituto Federal Goiano Campus Morrinhos, Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), 2020.

1. Juventude. 2. Formação profissional. . Primeiro emprego. 4. Educação Profissional e Tecnológica. I. Carvalho, Marco Antônio de. II. Instituto Federal Goiano. III. Título.

CDU 377-053.6

Fonte: Elaborado pela Bibliotecária-documentalista Poliana Ribeiro, CRB1/3346



INSTITUTO FEDERAL
Goiano

Repositório Institucional do IF Goiano - RIIF Goiano
Sistema Integrado de Bibliotecas

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input checked="" type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |

Produto Técnico e Educacional - Tipo: E-Book

Nome Completo do Autor: MARCELO SILVA OLIVEIRA

Matrícula: 20182043310125

Título do Trabalho: Jovem Aprendiz e a EPT: o caso Capacitação para o Futuro em um Centro de Referência de Assistência Social (Cras)

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: **Não** Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 19/11/2020

O documento está sujeito a registro de patente? Sim **Não**

O documento pode vir a ser publicado como livro? **Sim** Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Morrinhos - Goiás, 19/11/2020.
Local Data

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)

MARCELO SILVA OLIVEIRA

**JOVEM APRENDIZ E A EPT: O CASO CAPACITAÇÃO PARA O FUTURO EM UM
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Goiano, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

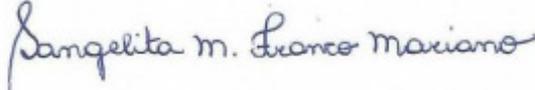
Aprovado em 02 de Setembro de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA



MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO
121.6890

Prof. Dr. Marco Antônio de Carvalho
Presidente da Banca e Orientador
Instituto Federal Goiano – Campus Posse



Prof.^a Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano
Avaliadora Interna
Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos



Prof. Dr. Marcos de Moraes Sousa
Avaliador Externo
Instituto Federal Goiano – Campus Ceres/PPGA-UFG



Prof. Dr. Marcelo Ferreira Tete
Avaliador Externo
Universidade Federal de Goiás

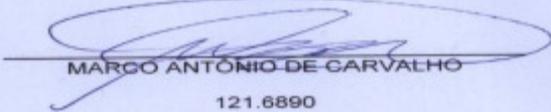
MARCELO SILVA OLIVEIRA

GUIA APRENDIZ DA FAMÍLIA

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Goiano, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

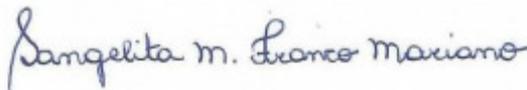
Aprovado e Validado em 02 de Setembro de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA



MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO
121.6890

Prof. Dr. Marco Antônio de Carvalho
Presidente da Banca e Orientador
Instituto Federal Goiano – Campus Posse



Prof. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano
Avaliadora Interna
Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos



Prof. Dr. Marcos de Moraes Sousa
Avaliador Externo
Instituto Federal Goiano – Campus Ceres/PPGA-UFG



Prof. Dr. Marcelo Ferreira Tete
Avaliador Externo
Universidade Federal de Goiás

*Dedico esta pesquisa à memória de meu
amado avô, Severino José.*

*Homem de origem humilde, alegre e exemplo
de enorme persistência, mesmo diante
das condições mais adversas.*

Muito obrigado por todos os preciosos ensinamentos.

AGRADECIMENTOS

Tecnicamente este é um elemento opcional dentro das regras que disciplinam a elaboração desta dissertação. Contudo, na minha visão é um item obrigatório e de igual importância quando comparado ao conteúdo, aspectos metodológicos e resultados desta pesquisa. Serei objetivo em minhas palavras porque acredito que elas não serão suficientes para demonstrar minha gratidão por pessoas especiais as quais são diretamente responsáveis por eu ter chegado até aqui.

Começo pelos meus colegas de sala, como foi bom e prazeroso conviver, estudar e aprender com cada um de vocês. Destaco duas pessoas em especial: a futura doutoranda Tássia Galvão, a quem carinhosamente apelidei de “chefinha” e o ilustríssimo Cícero Batista. Obrigado por me atualizar sobre as atividades, auxiliar na publicação de artigo científico, orientar a respeito dos trâmites para a defesa e tornar as viagens a Morrinhos bem mais divertidas, não é verdade meninas de Goiânia?

O nosso quadro de professores merece elogios e foi uma das gratas surpresas deste programa de pós-graduação, especialmente meu orientador Marco Antônio. Obrigado pela compreensão/paciência durante os momentos de baixa produtividade, pela empatia em relação aos desafios que enfrentei durante esta jornada e pelas risadas que tivemos durante nossas orientações acadêmicas.

É fundamental registrar a enorme gratidão que tenho para com cada um dos participantes (aprendizes e servidores), os quais prontamente se dispuseram a colaborar com este estudo. Cabe ressaltar que o apoio e abertura por parte de toda a equipe do Cras Casa da Família foi indispensável. Sem esse suporte, esta pesquisa simplesmente não existiria.

É sempre um desafio mencionar familiares e amigos. Tenho o privilégio de conviver com pessoas incríveis e a obrigação de agradecer a todos (infinitas vezes) pelo apoio. Peço permissão para destacar minha mãe, Ana Alice, a quem amo de forma incondicional e admiro como ser humano, profissional e cristã. Minha namorada Roberta, cujo incentivo e carinho foram fundamentais na reta final desta jornada. Finalizo me dirigindo a Ti, amado e bondoso Deus. Muito obrigado por esta dádiva!

A formação dos novos talentos fomenta a economia ao criar postos de trabalho e promove a inclusão da nova geração na sociedade (WANTOWSKY, 2014).

RESUMO

Esta pesquisa tem como temática o programa jovem aprendiz, o qual se constitui na materialização de uma política pública voltada para o primeiro emprego. Este tipo de formação destina-se à preparação profissional de jovens para o mundo do trabalho. Tendo como vertente teórica o historicismo dialético, o objetivo deste estudo foi analisar um desses cursos; denominado Capacitação para o Futuro, o qual é coordenado pelo Centro de Referência de Assistência Social (Cras) Casa da Família, localizado na cidade de São Luís de Montes Belos – GO. Este trabalho, de natureza qualitativa, foi desenvolvido na forma de estudo de caso, cuja amostra de participantes totalizou 21 pessoas. Os instrumentos de coleta foram: observação direta, questionário e entrevista semiestruturada. O produto educacional consistiu na elaboração e apresentação, junto à coordenação do órgão, do Guia Aprendiz da Família, composto por práticas pedagógicas e administrativas bem-sucedidas neste segmento formativo. Essa proposta foi bem recebida pela instituição coparticipante e espera-se que possa auxiliá-la na estruturação de seu programa de aprendizagem. Os resultados apresentados indicam que o programa de aprendizagem tem potencial e está colaborando com a formação de seus aprendizes. Contudo, devido às limitações financeiras; estruturais e de pessoal, são necessários ajustes tanto na área gerencial, quanto na metodologia de ensino.

Palavras-Chave: Juventude. Formação Profissional. Primeiro Emprego. Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

This research has as its theme the young apprentice program, which constitutes the materialization of a public policy aimed at the first job. This type of training is intended for the professional preparation of young people for the world of work. Having dialectical historicism as its theoretical component, the aim of this study was to analyze one of these courses; called Training for the Future, which is coordinated by the Social Assistance Reference Center (Cras) Casa da Família, located in the city of São Luís de Montes Belos - GO. This qualitative study was developed in the form of a case study, whose sample of participants totaled 21 people. The collection instruments were: direct observation, questionnaire and semi-structured interview. The educational product consisted of the elaboration and presentation, together with the body's coordination, of the Family Apprentice Guide, composed of successful pedagogical and administrative practices in this training segment. This proposal was well received by the co-participant institution and it is hoped that it can assist it in structuring its learning program. The results presented indicate that the learning program has potential and is collaborating with the training of its apprentices. However, due to financial limitations; structural and personnel, adjustments are necessary both in the management area and in the teaching methodology.

Keywords: Youth. Professional Qualification. First Job. Professional and Technological Education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação estimada da Indústria criativa no PIB.....	32
Gráfico 2 – Estimativa do PIB Criativo por ente federado	33
Gráfico 3 – Participação feminina em setores da Economia criativa.....	39
Gráfico 4 – Faixa etária de trabalhadores inseridos na Economia criativa.....	40
Gráfico 5 – Admissões e desligamentos de aprendizes	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Variação de emprego na área tecnológica.....	34
Tabela 2 – Distribuição de trabalhadores por segmento	37
Tabela 3 – Dados de custeio e abrangência	60
Tabela 4 – Cronograma de atividades 2019.....	68
Tabela 5 – Escolaridade de aprendizes e familiares	94
Tabela 6 – Percepções sobre o programa Capacitação para o futuro.....	101

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Escopo de Atuação Cras.....	64
Figura 2 – Cras São Luís de Montes Belos - GO	67
Figura 3 – Atuação CRAS Casa da Família	71
Figura 4 – Panorama de São Luís de Montes Belos - GO	73
Figura 5 – Infraestrutura Cras Casa da Família	75
Figura 6 – Oficina Mundo do Trabalho	76
Figura 7 – Atividades práticas Oficina Mundo do Trabalho	77
Figura 8 – Guia Aprendiz da Família	113
Figura 9 – Aplicação produto educacional.....	116
Figura 10 – Infraestrutura SAMA.....	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIASB	Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de São Luís de Montes Belos
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo
CAGED	Cadastro Geral de Empregos e Desempregados
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNAP	Cadastro Nacional de Aprendizagem
CNS	Conselho Nacional de Saúde
Cras	Centro de Referência de Assistência Social
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MTE	Ministério do Trabalho
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PIB	Produto Interno Bruto
PJA	Programa Jovem Aprendiz
PJC	Programa Jovem Cidadão
PnadC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
ProfEPT	Programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SAMA	Sociedade de Assistência ao Menor Aprendiz
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequeno Empresa
SCFV	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEDS	Secretaria Especial de Desenvolvimento Social
Segplan	Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Senar	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Sinait	Sindicato Nacional de Auditores do Trabalho
Suas	Sistema Único de Assistência Social
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNCTAD Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e
Desenvolvimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Problematização.....	20
1.2 Objetivo geral	21
1.3 Objetivos específicos	21
2. AS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITAL E SEUS IMPACTOS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO.....	22
2.1 Economia criativa, uma resposta da classe trabalhadora	28
2.2 A Indústria criativa no Brasil	31
2.3 O setor criativo no estado de Goiás	36
3. JOVENS E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	42
3.1 Contexto histórico da Educação Profissional e Tecnológica.....	43
3.2 Programa Novos Caminhos e o futuro da EPT	46
3.3 Programa Novos Caminhos e os aprendizes	48
4. PROGRAMA JOVEM APRENDIZ	51
4.1 Direito à profissionalização à luz do Decreto nº 9579/2018	53
4.2 Possíveis desdobramentos dos programas de aprendizagem	55
4.3 Programa Jovem Cidadão e seus impactos em Goiás.....	57
4.4 Responsabilidade compartilhada	58
4.5 Síntese dos resultados	59
5. NOVOS CONTORNOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	62
5.1 Centro de Referência de Assistência Social (Cras).....	64
5.2 Cras Casa da Família.....	66
5.2.1 Plano de Ação Cras Casa da Família 2020.....	69
5.3 Gestão territorial no âmbito do Cras.....	69
5.4 Programa Capacitação para o futuro.....	72
6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	78
6.1 Natureza e tipo da pesquisa.....	78
6.2 Delimitações da amostra e local da pesquisa	79
6.3 Instrumentos de coleta de dados	81
6.3.1 Questionário	81
6.3.2 Entrevistas.....	83
6.3.3 Observação direta	86

6.4 Critérios de seleção de participantes.....	88
6.5 Aspectos éticos	89
7. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	92
7.1 Capacitação para o Futuro: a percepção dos aprendizes	92
7.2 Capacitação para o Futuro: os desafios da Equipe Cras	102
8. PRODUTO EDUCACIONAL.....	110
8.1 Programa Jovem Candango.....	111
8.2 Guia Aprendiz da Família	113
8.3 Aplicação e Avaliação do Produto Educacional.....	115
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
10. LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS.....	120
REFERÊNCIAS.....	123
APÊNDICES.....	129

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve sua origem em virtude de uma experiência profissional com adolescentes vinculados ao programa de aprendizagem coordenado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem (Senai), na cidade de São Luís de Montes Belos, em Goiás. À época, a entidade necessitava de professores que trabalhassem conteúdos envolvendo práticas administrativas, logística, gestão de pessoas, comunicação e liderança. Por ser graduado em Administração, aceitei o convite e pude conviver por alguns meses com esse público.

Como resultado dessa dinâmica convivência, compreendi o papel fundamental que a educação e o trabalho têm na vida das pessoas. Desde sua juventude, muitos veem a condição de aprendiz como a esperança de um futuro melhor. Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), resolvi estudar com maior profundidade essa temática e suas implicações na vida laboral e pessoal destes jovens.

Nesse sentido, o primeiro passo foi a análise normativa acerca do tema. A Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, é conhecida popularmente como “Lei da Aprendizagem”. Esta preconiza que organizações de médio e grande porte têm a obrigatoriedade de contratar jovens com idade entre 14 e 24 anos. O vínculo contratual poderá ser de até dois anos, período em que ele receberá uma capacitação ofertada pela empresa em parceria com a instituição formadora representante do Programa Jovem Aprendiz (PJA) naquela localidade.

A admissão de aprendizes é, acima de tudo, uma questão de responsabilidade social, empresarial e governamental. A formação dos novos talentos fomenta a economia ao criar postos de trabalho e promove a inclusão da nova geração na sociedade (WANTOWSKY, 2014). Devido a sua relevância, o poder público acompanha esse segmento de perto, bem como sua colaboração para a criação de novos empregos.

Um dos instrumentos utilizados nesse monitoramento é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC)¹, conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Destinada à produção de informações sobre a

¹ A PnadC possui periodicidade mensal, é elaborada por meio de amostra de domicílios e utiliza um conjunto de indicadores trimestrais relacionados à força de trabalho. Entre os índices há a chamada taxa de desocupação, cuja finalidade é a representação percentual das pessoas que estiveram sem um emprego formal em um determinado intervalo de tempo (IBGE, 2018).

inserção da população no mundo do trabalho, o levantamento associa características demográficas e de educação, além de fornecer subsídios para estudos de desenvolvimento socioeconômico do Brasil (IBGE, 2018).

Conforme divulgado pelo IBGE, o primeiro trimestre de 2020 registrou uma taxa de desocupação de 12,6%, o que significa um aumento de 0,1% em comparação ao mesmo período de 2019. Esse percentual indica que, na prática, existem mais de 12 milhões de pessoas sem um trabalho formal no país. Esse cenário se torna ainda mais delicado ao se deparar com o aumento dos empregos sem carteira assinada, inseridos no âmbito do comércio informal.

Nesse cenário estão inseridos os jovens, em sua imensa maioria sem experiência, que além da conjuntura econômica desfavorável, enfrentam dificuldades adicionais na busca por uma oportunidade de trabalho. A começar por uma oferta educacional com qualidade insatisfatória. Para Dourado (2007), o processo educacional e pedagógico é ineficiente, sendo incapaz de atingir os resultados esperados e alterar efetivamente a vida do educando.

Segundo Saviani (2009), essa ineficiência provém de um ensino tradicional e desprovido de reflexão, algo que ainda é uma realidade de muitas escolas brasileiras. Com um método pedagógico basicamente expositivo, os alunos recebem inúmeros conteúdos de forma passiva, com pouca interação das disciplinas com sua realidade. Isso implica memorização momentânea das matérias para fins de futuras avaliações e pouco impacto na formação do educando.

A precariedade acadêmica, presente em várias regiões do país, é o oposto da escola preconizada por Souza (2006). Para ela, as instituições educacionais devem ser consideradas como uma formação social viva. Nestes espaços coexistem práticas democráticas, autoritárias, contemporâneas e tradicionais. Cada escola reflete os sujeitos que a compõem e o local onde está inserida, consistindo em um espaço de debate e reflexão (SOUZA, 2006).

Moura (2018) apresenta dois fatores que influenciam na inserção cada vez mais prematura dos jovens no mundo do trabalho: “[...] contribuir com a renda familiar e cobrir gastos pessoais impossíveis de serem arcados pela família” (MOURA, 2018, p. 34). Ademais, há a visão de “[...] o trabalho precoce em alguns contextos como forma de prevenir crianças e adolescentes de possíveis desvios das normas sociais, como a entrada na criminalidade, por exemplo” (FRENZEL; BARGAGI, 2014, p. 80).

Perante uma complicada situação socioeconômica, os programas de aprendizagem profissional, poderiam ser uma alternativa para a inserção desses jovens no mundo do trabalho. O Programa Jovem Aprendiz (PJA) não tem apenas a finalidade de auxiliar na busca do primeiro emprego, vai além, atuando no desenvolvimento físico, psíquico, moral e social da juventude. Esse público percebe que o trabalho ocupa um lugar de relevância no seu projeto de vida (MACEDO; ALBERTO; ARAÚJO, 2012).

A “Lei da Aprendizagem” também destaca os benefícios para o setor produtivo. Os empresários têm a possibilidade de contribuir para a formação dos futuros profissionais do país; difundir os valores e a cultura de suas empresas; reduzir custos operacionais e incrementar o *marketing* social. Também existem incentivos fiscais por parte do governo para as organizações que contratarem aprendizes (BRASIL, 2000).

O Manual da Aprendizagem, elaborado pelo Sindicato Nacional de Auditores do Trabalho (Sinait, 2019) estabelece que os programas sejam ofertados por instituições dotadas de estrutura adequada para disponibilizar formação técnico-profissional. O documento cita como exemplos os membros dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (Sistema S) e as Escolas Técnicas de Educação (atuais Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia).

Entretanto, havendo demanda é possível que outras entidades trabalhem a formação profissional da classe trabalhadora jovem. É nessa abertura conferida pela legislação que os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) podem atuar. Conforme informação veiculada pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (SEDS), vinculada ao Ministério da Cidadania, essa unidade pública concentra os serviços de proteção básica, inclusão social e promoção de autonomia de indivíduos e famílias (MDS, 2019).

Nesse sentido, o Cras Casa da Família de São Luís de Montes Belos – GO possui um programa denominado Capacitação para o Futuro, voltado para jovens em situação de vulnerabilidade e risco social. Esse projeto é uma das iniciativas do órgão público no sentido de auxiliar o adolescente a ser o protagonista de sua vida. As atividades buscam orientá-los quanto a possíveis caminhos para iniciar uma carreira profissional, a importância de se dedicar aos estudos e fixar objetivos e metas.

Essa iniciativa é de certa forma inovadora, pois educação e formação profissional não são o foco de instituições assistenciais. Contudo, diante de uma demanda feita pelos próprios pais dos jovens, o órgão público aceitou o desafio. Para o (MDS, 2019), a educação e o trabalho possibilitam o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, induzem a permanência dos adolescentes na escola, fomentam a cidadania e proporcionam a reflexão sobre os valores sociais.

É nesse contexto que essa pesquisa foi desenvolvida, tendo como base teórica a vertente histórico-dialética. Essa linha de pensamento engloba as forças produtivas e uma reflexão histórica sobre as maneiras que os homens se organizam em sociedade (MARX; ENGELS, 2007). Além disso, foi realizada uma consulta aos periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Scielo com o intuito de selecionar artigos que dialogassem com a temática em questão e pudessem contribuir com a investigação deste objeto de estudo.

1.1 Problematização

O atual contexto social possui como uma de suas principais características a rapidez e continuidade com que mudanças nas mais variadas áreas acontecem. Com o mundo do trabalho não é diferente. Alves (2007) declara que transformações substanciais ocorrem em sua estrutura e contribuem para o seu processo de precarização. Isso acarreta uma série de consequências negativas, as quais vêm fragilizando ainda mais a atuação dos agentes envolvidos.

Os estudos de Antunes (1999) seguem linha de raciocínio semelhante, pois o autor afirma que o ciclo produtivo tem sido profundamente modificado, seja na área de gestão, estrutura organizacional ou tecnologia. Isso reflete o movimento de acumulação flexível constituído pelo modelo capitalista de produção, algo que inibiu as lutas sociais e segregou ainda mais as classes.

Nesse cenário, existe a formação de jovens inserida em uma economia com elevados índices de desemprego, bem como outras barreiras impostas pelo próprio sistema capitalista. Dentre elas destacam-se a escassez de uma educação de qualidade, a evasão escolar, discriminações sociais, problemas familiares, financeiros, entre outros.

Com o objetivo de alterar essa realidade há os programas de aprendizagem, os quais são a materialização das políticas públicas voltadas para o primeiro

emprego. A formação qualificada dos aprendizes poderá contribuir para sua inserção no mundo do trabalho e, conseqüentemente, ser o passo inicial na construção de uma carreira profissional.

Dentro desse contexto, esta pesquisa pretendeu refletir sobre o seguinte problema: a participação dos aprendizes no programa Capacitação para o futuro oferecido pelo Cras Casa da Família, unidade São Luís de Montes Belos - GO, contribui para a formação profissional deles? Possibilitará sua inserção no mundo do trabalho? Em caso positivo, com quais perspectivas? Caso negativo, por quê?

1.2 Objetivo geral

Analisar, com base no historicismo dialético, a implementação do programa Capacitação para o Futuro e sua contribuição técnica, reflexiva e crítica na formação profissional de seus aprendizes;

1.3 Objetivos específicos

Descrever o cenário de mutações sofridas pelo mundo do trabalho e suas possíveis conseqüências para os jovens aprendizes;

Analisar quais são as expectativas por parte de aprendizes e colaboradores participantes do programa;

Identificar os elementos que possam interferir direta ou indiretamente na formação profissional ofertada pela unidade;

Desenvolver uma coletânea contendo práticas pedagógicas e administrativas bem sucedidas para servir de suporte ao Cras na condução do seu programa;

2. AS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITAL E SEUS IMPACTOS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO

Esta seção apresentará informações sobre o mundo do trabalho, suas características, constantes transformações, impactos sobre a classe de trabalhadores e influência no futuro profissional dos jovens.

O referencial teórico desta pesquisa iniciou retratando as mudanças que o modo de produção capitalista impõe sobre o mundo do trabalho e seus impactos para a atual e futura classe operária. Para isso, foi feita uma revisão da literatura em busca do suporte teórico de autores os quais se posicionaram a respeito dessa temática. Entre eles, destacam-se: Harvey (1992), Alves (2005), Marx e Engels (2007), Frigotto (2009), Marx (2013), Antunes (2016) e Taylor (2019).

O materialismo histórico-dialético concebe o trabalho como um processo transformador da realidade do indivíduo e de seu ambiente. Sendo um meio de produzir não apenas a existência do indivíduo, mas também a sua própria vida material. Com o trabalho o homem é capaz de desenvolver novas faculdades e capacidades, por isso ele possui um lugar de destaque na vida das pessoas (MARX; ENGELS, 2007).

Contudo, o mundo do trabalho vem sofrendo profundas transformações. Após a mundialização do capital, os vínculos laborais tornaram-se precários e a classe que vive do trabalho vem sendo profundamente afetada. Não existem mais relações dicotômicas entre os atores sociais e sim dialéticas, há novos modos de sujeição dos indivíduos às vontades do sistema (ALVES, 2005).

Antunes (1999) apresenta alguns recortes dessas transformações no mundo do trabalho. Houve a expansão da participação feminina em ocupações informais, instáveis e com grande diferença salarial em relação aos homens. Há um crescimento acentuado do setor de serviços em contrapartida a uma queda na produção da indústria de base, a classe trabalhadora está mais diversificada em termos de gênero, idade e perfis profissionais, o que a torna ainda mais complexa.

Essas mudanças, em grande parte, ocorrem para atender a uma das principais características do sistema capitalista de produção, a acumulação ilimitada. Esse regime tem como finalidade principal a obtenção de lucro e isso envolve a sua constante reestruturação, bem como várias iniciativas que tentam justificar a pressão por engajamento dos indivíduos. Entretanto, o modelo busca apenas os próprios

interesses, desconsiderando os anseios da classe assalariada (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Nessa busca por envolvimento do proletariado, as formas de organização do trabalho também foram modificadas pelo capital. Para manter seu crescimento, o sistema alterou ao longo dos anos o modo de explorar e controlar a mão de obra assalariada (HARVEY, 1992). Esse movimento gerou impactos nas estratégias e formas de conduzir as empresas, incluindo alterações no conteúdo das tarefas, divisão de trabalho, atribuição de responsabilidades e níveis hierárquicos.

Atualmente, o sistema se beneficia dos esforços dos trabalhadores por meio do chamado toyotismo (ALVES, 2000). Porém, para compreender essa expressão e suas implicações na maneira de organizar a classe operária, é necessário fazer um breve relato histórico sobre duas formas de gestão das empresas anteriores à apresentada pelo autor. Para Oliveira (2008), esses modelos de gerenciamento foram impulsionados pelo rápido crescimento econômico e a maior complexidade das organizações.

Tendo como marco temporal de análise o final do século XIX, surgiu a Administração Científica de Frederick Winslow Taylor, cuja preocupação básica era aumentar a produtividade por meio de processos mais eficientes. O foco era o método de trabalho, os movimentos necessários para a execução de uma tarefa e o seu tempo de duração. A aplicação de técnicas científicas, conhecido como “estudo dos tempos e movimentos”, para controlar o desempenho da força produtiva é um traço marcante do chamado taylorismo:

[...] a melhor administração é uma verdadeira ciência, regida por normas, princípios e leis claramente definidos, tal como uma instituição. Além disso, para mostrar que os princípios fundamentais da administração científica são aplicáveis a todas as espécies de atividades humanas, desde nossos atos mais simples até o trabalho nas grandes companhias, que reclama uma cooperação mais apurada. E, em resumo, para convencer o leitor, por meio de uma série de argumentos, de que, corretamente aplicados esses princípios, os resultados obtidos serão verdadeiramente assombrosos (TAYLOR, 2019, p. 3).

Ribeiro (2015) ressalta que nesse tipo de gestão houve uma separação entre quem executava as funções e quem as elaborava. O nível operacional lidava com tarefas simples e repetitivas, além disso, não possuía entendimento sobre como sua contribuição impactava nos resultados. Essa espécie de alienação atendia aos interesses do capital, pois facilitava o controle dos assalariados. Taylor visualizava o

trabalhador como um mero instrumento, um apêndice da máquina, para o crescimento capitalista.

As empresas daquela época estavam inseridas em um ambiente estável e com certa previsibilidade em relação ao futuro. No entanto, os vínculos laborais eram precários. As pessoas não possuíam garantias sobre sua permanência na corporação e isso acarretava insatisfações dos funcionários (OLIVEIRA, 2008). O taylorismo fez com que a improvisação cedesse lugar ao planejamento e a ciência. Entretanto, a classe que vivia do trabalho era vista como um mero recurso à disposição do empregador.

Apesar do protagonismo de Taylor, outro personagem que merece destaque nesse contexto de administração como ciência foi Henry Ford, com seu modelo chamado de fordismo. O empreendedor americano considerava o modo artesanal de produção inadequado às exigências do mercado à época. Nesse sentido, os estudos de Moraes Neto (2009) apontam que suas ações se concentraram em quatro frentes:

- racionalização das operações com o intuito de reduzir o tempo gasto na execução das atividades, principalmente por meio da mecanização do trabalho e automatização das fábricas;
- desqualificação dos operários, consequência da rígida separação entre funções manuais e intelectuais;
- criação da linha de produção sequencial em forma de esteira rolante pautada em movimentos repetitivos;
- padronização de peças sem desperdício de tempo para adaptação de componentes ou insumos.

Em suma, o fordismo buscava aumentar a produtividade da fábrica por meio da especialização do trabalhador, racionalização dos recursos e uma linha de produção em massa. As premissas desse modelo seguem uma direção oposta ao pensamento de Marx (2013). Para o pensador alemão, a automação retira o carácter subjetivo do labor, com a aplicação de técnicas objetivamente definidas há um isolamento de seus componentes humanos e perda da individualidade.

As mudanças feitas por Ford não impactaram apenas a sua empresa, pelo contrário, sua abrangência estabeleceu um novo modelo de exploração e controle da força produtiva viva (RIBEIRO, 2015). Essa metodologia fez com que vários tipos

de produtos fossem acessíveis ao consumidor, embora a diminuição dos preços também tenha influenciado na qualidade das mercadorias ofertadas.

Apesar de o próprio Taylor (2019) reconhecer que nenhum sistema de gestão asseguraria prosperidade permanente a trabalhadores ou patrões, o autor via como fundamental que os interesses de ambos fossem atendidos. Por um lado, os empregados desejavam boas remunerações, por outro, o empregador almejava alta lucratividade e baixo custo de produção. Em tese, havia o discurso em prol da conciliação de interesses das partes envolvidas.

Ribeiro (2015) ressalta que nesse período as empresas adotaram uma política de aumentos salariais, o intuito era incentivar o consumo e fomentar o crescimento da indústria de massa. O taylorismo e o fordismo tinham finalidades semelhantes, “o controle do elemento subjetivo no processo de produção capitalista” (ALVES, 2000, p.8).

[...] o trabalhador vem ao serviço, no dia seguinte, e em vez de empregar todo o seu esforço para produzir a maior soma possível de trabalho, quase sempre procura fazer menos do que pode realmente e produz muito menos do que é capaz. Na maior parte dos casos, não mais do que um terço ou metade de um dia de trabalho é eficientemente preenchido. E, de fato, se ele se interessasse por produzir maior quantidade, seria perseguido por seus companheiros de oficina, com mais veemência, do que se tivesse revelado um traidor no jogo. Trabalhar menos, isto é, trabalhar deliberadamente devagar, de modo a evitar a realização de toda a tarefa diária [...] (TAYLOR, 2019, p. 8).

Com a apresentação dos dois modelos expoentes da Administração Científica, percebe-se que o proletariado à época não tinha autonomia, era visto apenas com um instrumento para alcançar os objetivos do capital. Os empregadores não confiavam em seus funcionários, restringiam o acesso à informação e limitavam suas atividades a atos repetitivos e operacionais. Esse cenário esteve presente por boa parte do século XX, sendo que, ainda hoje, existem companhias mantendo essa vertente, vide lojas varejistas como C&A, Renner e Riachuelo.

É importante salientar que os métodos criados por Taylor e Ford entraram em colapso por seus resultados serem dependentes da estrutura do capital vigente à época. Por serem organizações inflexíveis, não conseguiram se adaptar às transformações advindas com as reformulações do sistema. Segundo Harvey (1992), as mudanças no capitalismo ocorrem pela sua propensão a crises periódicas causadas por suas contradições e pela incessante busca por crescimento e acumulação, apoiada na exploração do trabalho vivo.

A retração do binômio taylorismo/fordismo acarretou redução do assalariado tradicional, estável e especializado. O novo ciclo produtivo abarca formas desregulamentadas de trabalho, vínculos laborais precários, temporários, parciais e empregos informais (ANTUNES; ALVES, 2004). Para legitimar essas alterações, manter uma aparência de naturalidade e sustentar a contínua acumulação, o capitalismo trouxe o lema de que são necessários profissionais engajados em suas atividades e funções (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

É dentro dessa perspectiva que surge o toyotismo, cujo propósito é manter a hegemonia do sistema.

Com o toyotismo, tende a ocorrer uma racionalização do trabalho que, por se instaurar sob o capitalismo manipulatório, constitui-se, em seus nexos essenciais, por meio da inserção engajada do trabalho assalariado na produção do capital (o que Coriat denominou de “engajamento estimulado”). Ocorre uma nova orientação na constituição da racionalização do trabalho, com a produção capitalista, sob as injunções da mundialização do capital, exigindo, mais do que nunca, a captura integral da subjetividade operária (o que explica, portanto, os impulsos desesperados – e contraditórios – do capital para conseguir a parceria com o trabalho assalariado) (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 345).

Para Alves (2000), o redimensionamento do capital faz com que a expressão japonesa toyotismo tenha um novo significado, que vai além de sua origem social, cultural e histórica. O termo não se restringe apenas ao sistema Toyota de produção, o qual busca formar um empregado ativo e colaborador do capital na busca por soluções produtivas. O autor delimita o conceito de forma mais abrangente.

[...] uma significação particular, delimitando alguns de seus aspectos essenciais. São tais aspectos essenciais do toyotismo - seus protocolos organizacionais (e institucionais), voltados para realizar uma nova captura da subjetividade operária pela lógica do capital - que possuem um valor heurístico, capazes de esclarecer seu verdadeiro significado nas novas condições da mundialização do capital (ALVES, 2000, p. 6-7).

Essa dita “captura do sujeito” é esclarecida por Ribeiro (2015). Há um novo condicionamento do ser humano com o mundo do trabalho. A relação da pessoa com seu emprego não se limita ao ambiente institucional, pelo contrário, afeta família, amigos e outras áreas que vão além do escritório. O avanço tecnológico contribui para que as demandas do capital alcancem o indivíduo onde quer que ele esteja (RIBEIRO, 2015).

Essas alterações ocorridas no cerne do sistema capitalista exigem novos perfis profissionais. Para Frigotto (2009), o trabalho é uma categoria polissêmica que vem sofrendo mudanças de sentido ao longo do tempo. O autor destaca:

[...] sentidos e significados do trabalho resultam e constituem-se como parte das relações sociais em diferentes épocas históricas e um ponto central da batalha das ideias na luta contra-hegemônica à ideologia e à cultura burguesas. Esse pressuposto, como consequência, leva-me ao mesmo tempo a compreender e tratar as relações de produção e de reprodução sociais, a linguagem, o pensamento e a cultura de forma histórico dialética e, para não cairmos numa discussão abstrata, atemporal ou – nos termos de Marx – escolástica, que o sentido do trabalho, expresso pela linguagem e pelo pensamento, só pode ser efetivamente real no campo contraditório da práxis e num determinado tempo e contextos históricos (FRIGOTTO, 2009, p. 169).

A reformulação do capital vem ocorrendo devido às crises econômicas eclodidas ao longo da história do próprio sistema, isso é exemplificado por Antunes (1999) ao enfatizar o papel ocupado pelas tecnologias. Há um processo de substituição do trabalho humano pelas máquinas e a exigência de novas qualificações. O autor destaca que os seres sociais estão sendo moldados de acordo com um novo ciclo de produção baseado em um regime de acumulação flexível toyotista.

Endossando esse pensamento, Frigotto (2009) menciona que o uso de ciência e tecnologia no mundo dominado pelo capital põe em confronto o trabalhador e sua classe. Houve uma redução da concepção de trabalho, de atividade vital ao ser humano a um mero emprego e instrumento para prover sua subsistência. Isso pode ser presenciado pelo desemprego estrutural que afeta a sociedade brasileira ao longo de sua história.

Para Marx (2013), o ser humano é o único ser racional capaz de transformar o seu ambiente em objetos apropriados para a sua própria subsistência e atendimento de suas necessidades. O trabalho deve ser considerado uma fonte de instrução, contudo se o labor se transforma em um mecanismo de exploração de uns sobre os outros, o resultado é uma relação laboral distorcida e desumana.

Seguindo a mesma vertente, Gramsci (1981) ressalta que diante dessa submissão ao capital, as consequências envolvem sofrimento e prejuízos à formação humana. As necessidades do trabalhador estão em uma posição de inferioridade quando comparadas às exigências do sistema. Apesar disso, o autor

afirma que a depender de como o trabalho for conduzido, ele poderá atuar como princípio educativo e formativo do ser humano.

Nosella (2010) relata que o interesse de Gramsci por tais questões advém de sua preocupação em formar uma classe trabalhadora consciente de seus direitos e deveres. Uma sociedade com a capacidade de expor sua opinião, influenciar no processo político e não ser apenas uma população passiva e incapaz de ter voz diante de seus governantes. Uma nação que fosse atuante, presente e participativa na elaboração da agenda pública.

Apesar dos ensinamentos contidos na obra gramsciana, a tendência atual aparentemente segue em direção oposta. A indústria moderna substituiu o trabalho artesanal por operações de produção em massa, rígida vigilância e submissão aos interesses burgueses (MARX, 2008). Os vínculos laborais estão se tornando mais frágeis e precários, vários direitos trabalhistas estão sendo mitigados e a classe trabalhadora está mais fragmentada.

Mesmo perante tais transformações, as quais ocorrem de maneira contínua e cujos efeitos incidem diretamente sobre a classe que vive do trabalho, esta não será extinta. Ela também está em processo de remodelação para se ajustar às novas condições do ambiente em que está inserida. No entanto, isso ocorre em meio a uma redução do proletariado estável, a um aumento da terceirização, à difusão das atividades intelectuais na indústria moderna e ao exponencial crescimento do setor de serviços (ANTUNES, 2009).

2.1 Economia criativa, uma resposta da classe trabalhadora

A partir desta subseção, dando prosseguimento à análise das mutações no mundo do trabalho decorrentes do sistema capitalista, serão apresentadas diversas informações sobre a chamada economia criativa. A escolha por discorrer sobre esse fenômeno parte da premissa de que os trabalhadores não ficam inertes diante de tais mudanças e também procuram novas formas de se reorganizar. Esse novo formato econômico seria uma das possíveis alternativas encontradas.

França (2018), em sua análise sobre a obra *Adeus ao Trabalho* cuja autoria é de Ricardo Antunes (2016), destaca que as dimensões subjetivas e objetivas dos sujeitos estão sendo profundamente afetadas. Com as mutações advindas da remodelação do capital, os paradigmas vigentes para o ciclo produtivo foram deteriorados e as organizações sindicais desmembradas. O regime de acumulação

flexível e as novas formas de exploração desse sistema impõem uma degradação da classe trabalhadora.

Esse é um contexto pautado pela incerteza, instabilidade e imprevisibilidade das relações laborais, o que pressiona os assalariados a procurarem alternativas para continuar no mundo do trabalho. Entretanto, esse processo sofre influência dos valores culturais, geográficos e estilo de vida dos indivíduos, tanto que Silva e Araújo (2010) afirmam que essa busca (a depender de como for feita) possibilitará formas mais interativas de organização política e social.

Os autores acreditam que a participação da sociedade na retomada do crescimento nacional, propiciará aprendizado, capacidade de lidar com contradições e conflitos, além de fortalecer o regime democrático.

O desenvolvimento é um processo social complexo, semântica e historicamente aberto, o que implica que seu campo de significados deve ser esclarecido, o mesmo valendo para a necessidade de delimitar suas relações com a cultura. Os meios, os objetivos e os processos direcionados para o desenvolvimento podem ser não apenas configurados, mas pensados de diferentes maneiras. Existem muitas possibilidades de desenvolvimento, e não apenas uma. Sem dúvida, nesse contexto, cabe ao Estado o papel de conciliar interesses e concepções divergentes (SILVA; ARAÚJO, 2010, p. 10).

Porém, à medida que o Estado apresenta dificuldades em conter o nível de desemprego e as desigualdades sociais tornam-se latentes, os trabalhadores procuram formas coletivas de se organizar. É dentro dessa perspectiva que o *Australian Report Creative Nation* (1994) apresentou de maneira inédita o conceito de economia criativa. Reis (2008) o define objetivamente como a produção de bens e serviços os quais provocam mudanças sociais, políticas, educacionais e econômicas.

Silva, *et al.* (2019) mencionam que as atividades criativas incluem diferentes tipos de indústrias, produção cultural e artística, tecnologias da comunicação, prestação de serviços, entre outros. Devido à diversidade e amplitude de atuação, seus impactos atingem vários setores sociais. Por possuir essas características ela é vista como uma possibilidade de política pública promissora para gerar insumos, oportunidades de desenvolvimento e fortalecimento das institucionalidades locais.

A criatividade pode ser definida como processo de geração de ideias e ações não completamente previstas nas matrizes e nos paradigmas e formas de resolução de problemas vigentes. Evidentemente, os conceitos de criatividade e inovação não são sinônimos, pois se referem a

instrumentos de ação, aponta para fenômenos recentes e nova agenda de atuação pública, mas ainda não é um conceito completamente estabilizado como orientador das políticas públicas, embora discursivamente esteja associado ao desenvolvimento e à cultura (SILVA, *et al.*, 2019, p.8).

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura (Unesco) coloca a economia criativa como um instrumento de desenvolvimento econômico, aliando criatividade a aspectos culturais e sociais. Os benefícios envolvem geração de emprego, inclusão social, desenvolvimento humano, inovação nas políticas públicas e interação entre economia, cultura, tecnologia e propriedade intelectual (UNESCO, 2013).

Esse é um fenômeno que pode ser considerado uma tentativa de resposta de parcela da classe que vive do trabalho ao processo de reestruturação do capital. Aos serem confrontados com condições profissionais adversas; mitigação de direitos; atuação incongruente por parte do poder público e cenário econômico desfavorável; eles enxergaram na criatividade, na cooperação coletiva e na valorização das origens culturais, uma forma de se reposicionar no mundo do trabalho.

Tal comportamento ratifica o pensamento de Antunes (2016). Para o autor, os trabalhadores têm a necessidade de se reorganizar. Com a desqualificação de diversos setores operários, a subcontratação, a terceirização, o crescimento da economia informal e a exploração contínua do capital, ou o indivíduo age ou ingressará no grupo dos desempregados, chamado por ele de “subproletariado moderno”.

Os operários inseridos nesse contexto tentam se adequar aos novos contornos do mundo do trabalho. O Secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Mukhisa Kituyi, considera que esse segmento não se restringe a um mero setor colaborativo para a geração de riquezas de um país. Para ele, esse conceito engloba o incentivo à inovação, disseminação de conhecimento e, acima de tudo, impulsionador em prol de um desenvolvimento inclusivo (UNCTAD, 2018).

O trabalho criativo promove os direitos fundamentais, como o respeito pela dignidade humana, a igualdade e a democracia, os quais são essenciais para os seres humanos viverem juntos em paz. Seu potencial para dar uma contribuição significativa para a consecução das metas de desenvolvimento sustentável continua a ganhar reconhecimento e apoio internacional (UNCTAD, 2018, p. 11).

A produção tradicional de bens e serviços, bem como a mão de obra necessária, passa por profundas modificações. Há o surgimento de novas profissões, extinção de carreiras, desenfreado avanço tecnológico e precariedade das relações laborais (ANTUNES, 2016). Entretanto, a indústria criativa, ao conectar vários atores sociais em prol de uma atuação conjunta, pode ser vista como uma tentativa de resposta dos assalariados às mutações do mundo do trabalho.

A partir da próxima subseção, serão apresentados dados e informações sobre o desempenho da economia criativa em nível nacional, bem como seus impactos sobre a classe operária nacional.

2.2 A Indústria criativa no Brasil

A economia criativa pode ser conceituada como uma possibilidade de política pública inovadora, um meio de desenvolvimento socioeconômico inclusivo, dotado de capacidade para gerar empregos e cooperação entre os agentes envolvidos (UNESCO, 2013). No Brasil, a temática foi inserida na agenda política em 2010, por meio do Plano Nacional de Cultura, os investimentos tinham o propósito de consolidar a cultura no país e por intermédio dela desenvolver as diversas localidades envolvidas (SILVA; ARAÚJO, 2010).

Meleiro e Fonseca (2012) apontam um reconhecimento gradativo da importância e do potencial econômico e social do setor criativo no país, inclusive para a administração pública. A articulação entre múltiplas entidades, tais como: organizações não governamentais (ONGs), corporações privadas, empreendedores e o próprio governo possibilita a troca de informações, formação de parcerias e elaboração de projetos.

Por sua capacidade de influenciar as gerações presentes e futuras a preservar o meio ambiente e almejar o progresso de modo sustentável, a economia criativa tem sido tratada como alternativa aos ciclos de baixo crescimento econômico (UNCTAD, 2018). Embora recentes, as políticas voltadas para esse segmento despertam o interesse de vários estados e municípios brasileiros, além da sociedade civil organizada.

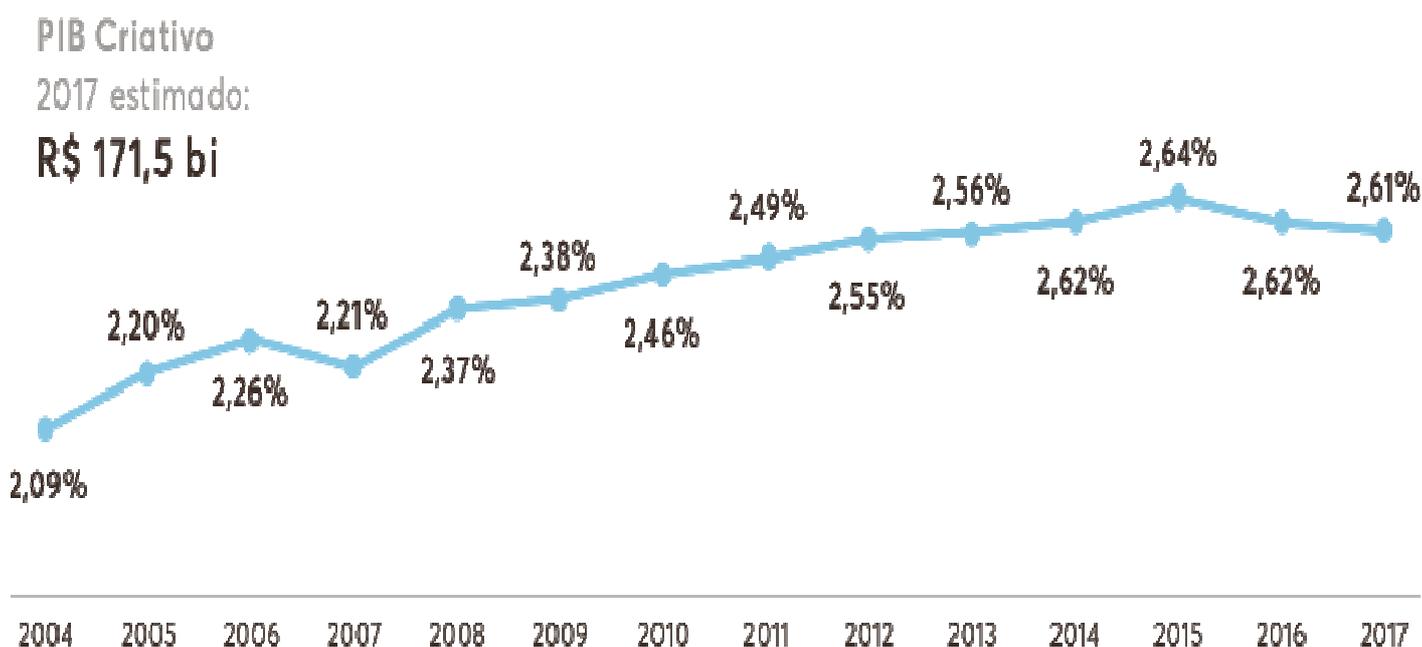
Antunes e Alves (2004) ressaltam que os desdobramentos das mutações do mundo do trabalho têm reflexos na produção fabril, há o desenvolvimento da *lean production*. Isso significa um redesenho do espaço físico produtivo, estrutura mais

enxuta, menor necessidade de mão de obra, contratações flexíveis e por prazo determinado. Expansão dos procedimentos informatizados e surgimento da “telemática”, a qual possibilita a comunicação efetiva entre empresas separadas por grandes distâncias.

O Mapeamento da Indústria Criativa (2019), documento elaborado pela Federação de Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), ratifica o pensamento de Antunes e Alves (2004). Devido às inovações tecnológicas, as máquinas têm contribuído no processo decisório, reduzindo a necessidade de intervenção humana e provocando intensos debates sobre a substituição da mão de obra pela automação. Os profissionais precisam se reinventar para atender as novas demandas, o que representa um desafio diante da velocidade com que as informações são geradas (FIRJAN, 2019).

Mesmo em um cenário complexo, a Economia Criativa tem consolidado seu espaço na cadeia produtiva brasileira e contribuído para o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), índice macroeconômico que representa o somatório de bens e serviços finais gerados no território nacional em um determinado período. O Gráfico 1 demonstra a contínua evolução, mesmo durante um período de instabilidade econômica.

Gráfico 1 - Participação estimada da Indústria Criativa no PIB

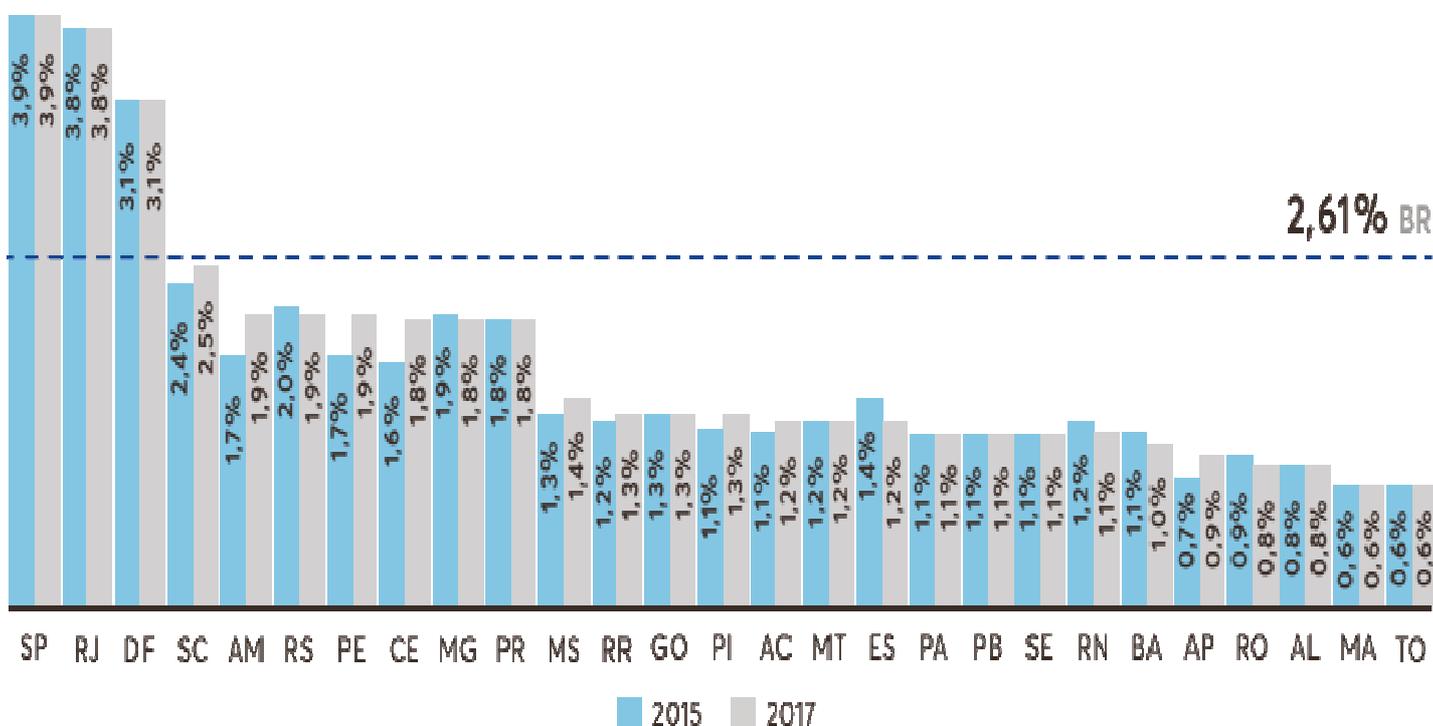


Fonte: Mapeamento da Indústria Criativa - FIRJAN 2019.

De acordo com Silva *et al.* (2019), em regra, a atuação estatal tem forte influência nas relações econômicas e sociais, podendo minimizar falhas de determinados mercados e priorizar medidas em prol do bem estar da população. Contudo, em momentos de instabilidade, as ações governamentais podem enfatizar um setor em detrimento de outro. Nesse sentido, o trabalho assalariado no segmento desfavorecido tende a reduzir sua capacidade de estruturar objetivamente as relações individuais e coletivas.

Apesar da recessão econômica dos últimos anos ter limitado a tendência de crescimento do setor, as empresas continuam investindo em inovação, firmando parcerias e buscando novas maneiras de viabilizar o processo produtivo. Embora exista uma maior participação do eixo Rio de Janeiro - São Paulo e Distrito Federal, o segmento criativo tem ramificações em maior ou menor escala em todos os estados (Gráfico 2). Isso demonstra a sua capacidade inclusiva e diversidade de atuação (FIRJAN, 2019).

Gráfico 2 - Estimativa do PIB Criativo por ente federado



Fonte: Mapeamento da Indústria Criativa 2019.

Segundo dados da FIRJAN (2019), em 2017 o Brasil registrava mais de 835 mil assalariados formalmente empregados na economia criativa, uma queda de

3,9% em relação ao biênio anterior. Apesar da conjuntura adversa, a área de Tecnologia foi uma das que teve a menor oscilação percentual. Com a tendência mundial de digitalização dos mais variados serviços e automação dos postos de trabalho, as novas tecnologias estão transformando as relações laborais (Tabela 1). Há uma valorização e demanda por profissionais que atuem em áreas de pesquisa e desenvolvimento.

Tabela 1 - Variação de emprego na área tecnológica

Segmentos Criativos	Empregos 2015	Empregos 2017	Variação %
Biociotecnologia	28.400	31.000	9,2
TIC	121.300	123.400	1,8
Pesquisa	167.500	156.000	- 6,9
Tecnologia	317.200	310.400	- 2,1

Fonte: Mapeamento da Indústria Criativa 2019.

Essa resistência a crises da área tecnológica condiz com uma das características do toyotismo: o protagonismo da informatização e saber intelectual em detrimento às atividades artesanais. Com a mundialização do capital e precarização do trabalho, os novos modelos de negócios são criados a partir dessa ótica flexível e instável (ANTUNES; ALVES, 2004). França (2018) acrescenta que movimentos emergentes, como a terceirização, estão ocupando o espaço que antes pertencia aos empregos formais.

Vale ressaltar que o contraditório, as visões antagônicas e as formas particulares de interpretar o comportamento do capital variam de acordo com as posições políticas e econômicas de cada um (IAMAMOTO, 2018). Para a FIRJAN (2019), as mudanças ocorridas no mundo do trabalho são formas de privilegiar valores como flexibilidade e liberdade, impulsionando o setor criativo. Os novos regimes trabalhistas permitem que as organizações se tornem mais competitivas com menos custos e com maior capacidade de resposta às oscilações do ambiente em que estejam inseridas.

Atualmente vigora a era da informatização do trabalho, do ciberproletariado, de ocupações em tempo parcial, de um sistema que exige um enorme rol de competências, do mercado informal, do rebaixamento salarial, da perda de direitos e da substituição do homem pela máquina (ANTUNES, 2016). A tecnologia também

impacta no perfil do consumidor, pois, com a digitalização, principalmente de serviços, novas necessidades surgem, gostos e preferências mudam e as demandas se tornam mais complexas e exigentes.

Nesse sentido, esse mapeamento aponta que não basta para as empresas focarem em produtividade baseada na automação. É necessário estudar os comportamentos de seus públicos-alvo, investir em conectividade, novos canais de comunicação e avaliar tendências (FIRJAN, 2019).

A expansão da tecnologia, a progressiva digitalização e a criação de novas formas de interação entre consumidores e empresas têm ditado o perfil dos novos empregos, especialmente em Tecnologia e Consumo, movimento que também pode ser visto, em maior ou menor grau, em todas as demais áreas criativas. Apesar da queda de profissionais criativos, a digitalização tem promovido a expansão de profissões baseada em tecnologia e modificação de padrões de consumo. Essa nova realidade traz crescente complexidade aos processos produtivos, estratégias de comercialização e padrões de consumo. Como resultado, continua sendo observado o processo de especialização dos profissionais criativos, fato que se manteve mesmo com a desaceleração econômica dos últimos anos – em que as tendências globais de médio prazo dominam as oscilações conjunturais domésticas. Acima de tudo, a emergência da economia digital é tendência perene e transformadora, movimento que modifica o perfil das ocupações geradas e reflete o papel decisivo que as novas ferramentas digitais têm assumido nas estratégias empresariais (FIRJAN, 2019, p.18).

Entretanto, na perspectiva de Alves (2007), a evolução da tecnologia atende apenas aos interesses do próprio sistema. O capital, ao dar andamento ao processo de substituição do homem pela máquina, não permite que o indivíduo adquira formas de emancipação. As relações produtivas são pautadas por uma subordinação da classe operária aos interesses hegemônicos. As máquinas capitalistas são projetadas para dar continuidade ao processo de dominação e acumulação flexível toyotista.

Para Meileiro e Fonseca (2012), o setor criativo brasileiro tem sido objeto de intensos debates, inclusive com a organização de congressos, eventos científicos e seminários. Todavia, os autores ressaltam a importância do papel do Estado para alavancar os resultados do setor. Os negócios criativos necessitam de um ambiente favorável para mitigar os riscos inerentes a sua criação. Logo, a esfera pública deve estimular esses empreendedores por meio de programas de capacitação, formas alternativas de financiamento, fomento a pesquisas e projetos e envolvimento das comunidades diretamente afetadas.

A subseção seguinte contemplará informações da economia criativa no Estado de Goiás. A análise dos dados apresentados foi feita com base no estudo conduzido pelo Instituto Mauro Borges.

2.3 O setor criativo no estado de Goiás

As mutações no mundo do trabalho obrigam os agentes econômicos e sociais a adotarem uma postura cooperativa para lidar com as incertezas deste novo contexto (ANTUNES, 2009). Esse fenômeno emergente também abrange o estado de Goiás, tanto que o Instituto Mauro Borges (IMB) apresentou o Informe Técnico nº 10 (2018) caracterizando parte da chamada economia criativa no estado e quais são seus desdobramentos.

O IMB é tido como uma referência em pesquisas científicas no estado goiano, seus levantamentos estatísticos acerca de aspectos socioeconômicos e geográficos servem de subsídio para universitários, professores, empresários, jornalistas, entre outros. O Instituto também trabalha no monitoramento e na avaliação de políticas públicas e fornece assessoria aos órgãos da administração estadual. Essa atuação busca dar suporte às decisões estratégicas dos gestores públicos e contribuir no desenvolvimento sustentável do ente federativo.

A entidade realizou um levantamento estatístico, tendo como base de análise os dados da PnadC desenvolvida pelo IBGE e, complementarmente, as informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)² de 2016. Tais fontes possibilitaram dimensionar as atividades formais e informais, apresentar dados atualizados e regionalizados, não se limitado a um nicho específico, comprovando a estratégia de diversificação na atuação desses trabalhadores (IMB, 2018).

A Tabela 2 mostra a distribuição dos trabalhadores por segmento da economia criativa no estado de Goiás em 2017. Constata-se que a taxa de ocupação nos setores destacados soma aproximadamente 278 mil pessoas. Conforme o Instituto, esse quantitativo representa 8,5% dos trabalhadores com algum tipo de ocupação no território goiano. Esse é um exemplo concreto de como a

² RAIS é um registro feito com base nas declarações anuais de todas as empresas formais (com Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ) sobre seus empregados com vínculos trabalhistas. Além de possibilitar um maior controle sobre as contratações, essas informações servem de subsídio para a elaboração de estudos estatísticos e atuariais que possibilitam um aperfeiçoamento da legislação correlata (IBGE, 2018).

classe trabalhadora está em contínuo processo de reorganização diante das transformações do capital.

Tabela 2 - Distribuição de trabalhadores por segmento

Segmento Criativo	Pessoas Ocupadas	Participação Relativa
Artes	5.916	2,1%
Artesanato	24.261	8,7%
Audiovisual	8.908	3,2%
Design	11.650	4,2%
Editorial	907	0,3%
Festas	17.293	6,2%
Gastronomia	160.428	57,7%
Pesquisa	1.914	0,7%
Patrimônio	1.153	0,4%
Publicidade	15.604	5,6%
TIC	29.912	10,8%
TOTAL	277.947	100,0%

Fonte: IBGE/PnadC – 4º trimestre de 2017, grifos do pesquisador.

Dois segmentos, devido à significativa participação relativa, merecem comentários. O primeiro é o gastronômico o qual possui a maior representatividade. Empresários, empreendedores, pequenos produtores e demais membros dessa cadeia produtiva, diante da necessidade de ofertar alimentos saudáveis e acessíveis, tendem a uma aproximação para estabelecer relações mais interativas. Embora não existam dados sobre a capacidade de consumo, esse é um exemplo de reorganização da classe trabalhadora frente às transformações do capital.

O segundo nicho que merece destaque é a área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Para Antunes (2016), o grande capital utiliza o desenvolvimento tecnológico em seu processo de acumulação flexível e segregação social. O intuito é substituir o trabalho vivo (desempenhado pelo proletariado) pelo morto, que é operacionalizado por máquinas ditas inteligentes, automatizando o processo produtivo e reduzindo as vagas de emprego.

Contudo, autor destaca que esse propósito do sistema capitalista não tem se concretizado.

As máquinas inteligentes não podem extinguir o trabalho vivo. Ao contrário, a sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual do operário que, ao interagir com a máquina informatizada, acaba também por transferir parte

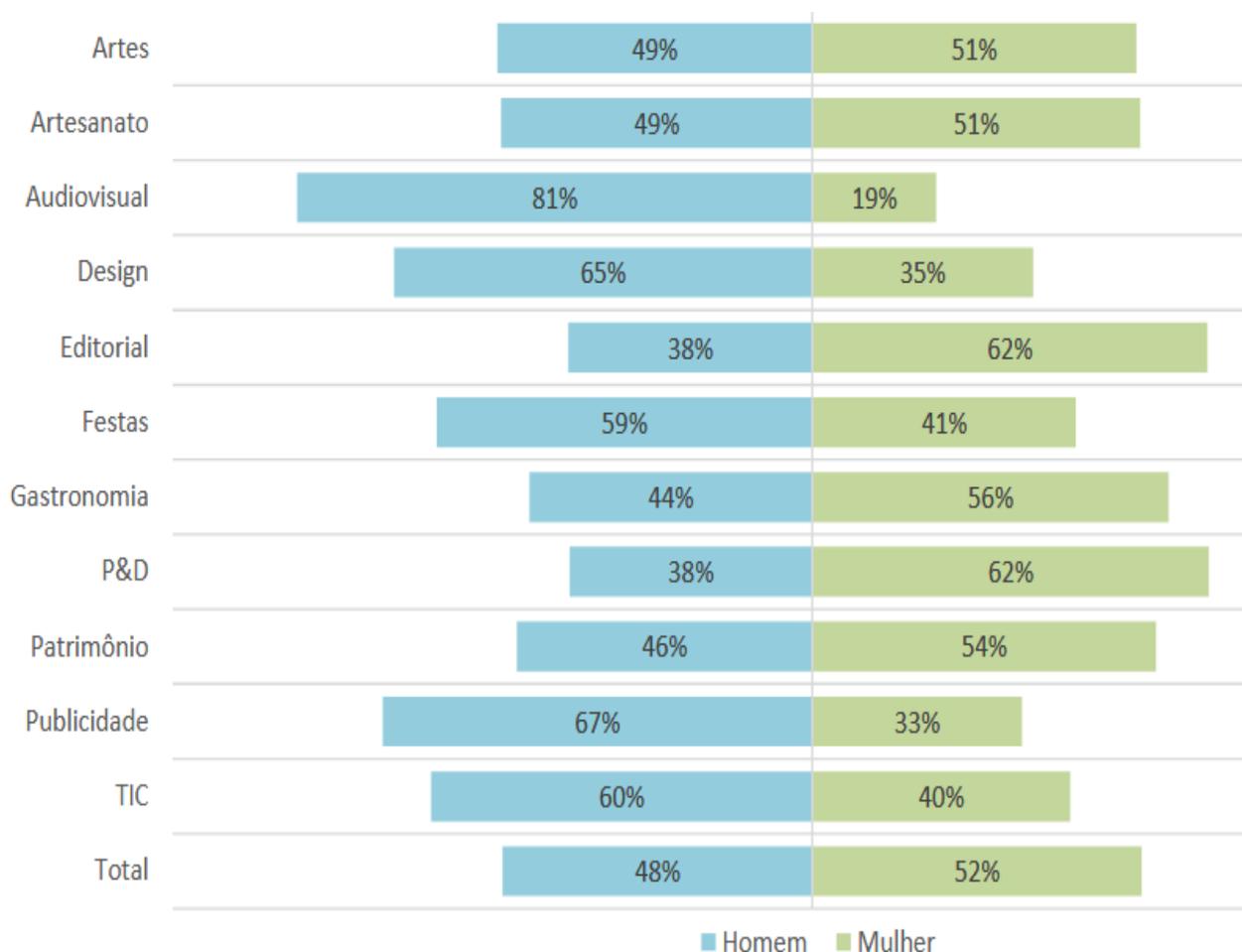
dos seus novos atributos intelectuais à nova máquina que resulta desse processo. Estabelece-se, então, um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não leva à extinção do trabalho, mas a um processo de retroalimentação que gera a necessidade de encontrar uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico (ANTUNES, 2016, p. 210).

Ainda com base na Tabela 2 é possível identificar que mais da metade dos segmentos listados são voltados para a prestação de serviços. Essa realidade sustenta outra afirmação de Antunes (2016). Para ele, o trabalho imaterial está crescendo exponencialmente, inclusive no âmbito da produção de bens e indústria de base. Negri (2004) define esse tipo de ocupação como aquela capaz de produzir bens imateriais, por exemplo: informação, ideias, imagens, relacionamentos, entre outros conteúdos intangíveis.

O informe técnico do IMB (2018) não apresenta dados sobre o efetivo desempenho dos setores listados na tabela. Contudo, o alerta feito por Lamamoto (2018) se mostra compatível com essa análise. Para a autora, o capital busca o lucro de modo incessante e, por meio de um ciclo expansionista voraz, tende a aumentar os investimentos em produtividade e reduzir os recursos disponíveis para a força de trabalho. Como consequência, há a precarização das relações laborais, elevação do índice de desemprego e redução do consumo.

Outra mudança expressiva na classe que vive do trabalho, em virtude da reorganização do capital: o crescimento da participação feminina na maioria dos setores dessa economia criativa (Gráfico 3). Ao proceder à análise sobre a composição de classes, um ponto que merece destaque são as possíveis diferenças de tratamento, valorização e oportunidades entre homens e mulheres. Seus resultados podem influenciar tanto o processo produtivo como a vida social dos envolvidos (ANTUNES, 2016).

Gráfico 3 - Participação feminina em setores da economia criativa



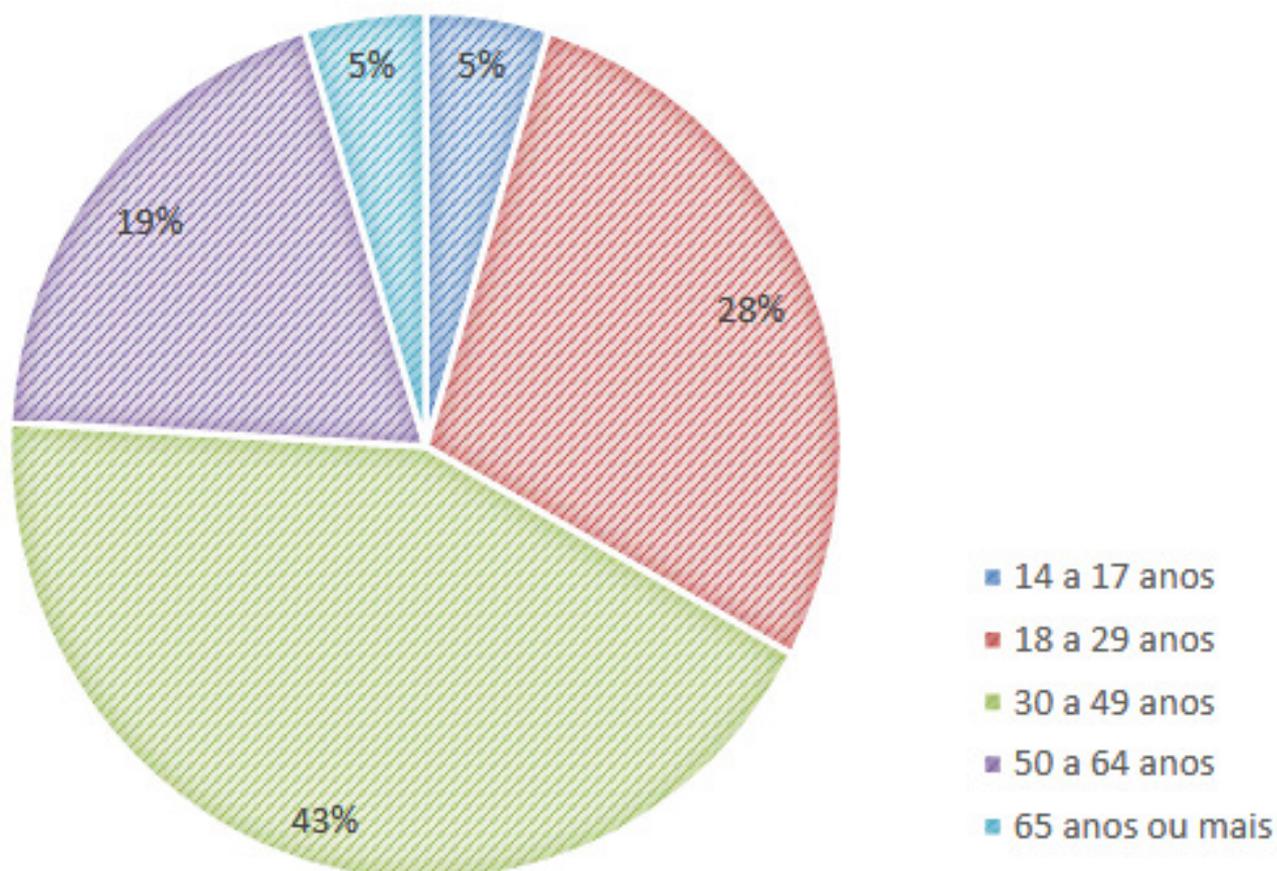
Fonte: IBGE/PnadC – 4º trimestre de 2017.

A faixa etária dos trabalhadores inseridos na economia criativa será apresentada no Gráfico 4. Dois percentuais têm relevância para o propósito desta pesquisa. O primeiro relata a participação de uma juventude profissional com idade compatível (14 a 24 anos) para participar de programas de aprendizagem. Apesar de não haver um índice específico para aprendizes, é possível verificar uma significativa representatividade de trabalhadores goianos abaixo dos 30 anos, totalizando 28% do setor.

O segundo percentual que chama a atenção é relacionado aos assalariados com uma idade mais avançada, acima dos 23%. Alves e Antunes (2004), ao tratar das mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital, destacam a exclusão dos trabalhadores considerados “ultrapassados”. Aqueles com idade próxima de 40 anos, caso fiquem desempregados, dificilmente conseguem uma

forma de reingresso. Como consequência, migram para o trabalho informal, voluntário ou incrementam a lista de desempregados.

Gráfico 4 - Faixa etária de trabalhadores inseridos na economia criativa



Fonte: IBGE/PnadC – 4º trimestre de 2017.

Desconsiderar a experiência do proletariado com idade mais avançada é um dos resultados obtidos com a contínua reestruturação do capital. Nesse sentido, Pauliani (2016), ao abordar o processo de acumulação flexível, destaca que o aperfeiçoamento do processo produtivo acarreta marginalização daqueles que não conseguem acompanhar suas mudanças. A evolução dos conhecimentos técnicos e os prazos exíguos para cumprir metas e atingir resultados tornaram-se uma imposição constante do sistema.

Embora a economia criativa possa ser considerada um tipo de resposta da classe trabalhadora diante das novas formas de acumulação pelo capital, há que se ter prudência em sua análise. Esse segmento compõe o mundo do trabalho e é influenciado pelas suas transformações. Para Antunes (2016), essas mutações criaram uma classe operária fragmentada, existe divisão entre qualificados e

desqualificados; mercado formal e informal; jovens e velhos; homens e mulheres e estáveis e precários.

Devido à internacionalização das relações de trabalho, fruto da globalização, o Instituto crê numa valorização do segmento, cujas premissas são a inovação; criatividade; desenvolvimento tecnológico e formação de parcerias entre seus agentes. Entretanto, tais características exigem da sociedade uma atuação incisiva na educação, com mais tempo de permanência na escola formal. O aperfeiçoamento contínuo da classe que vive do trabalho é pré-requisito para internalizar as permanentes novidades (IMB, 2018).

O Informe Técnico nº 10 apresentou o panorama em âmbito estadual, ressaltou a necessidade de políticas públicas e participação da sociedade civil para “fortalecimento dos setores e melhoria das condições de trabalho dos envolvidos nos diferentes segmentos criativos” (IMB, 2018, p. 8). Isso inclui investimentos em várias áreas, principalmente em educação e formação de trabalhadores.

Contudo, Saviani (2009) alerta que, partindo de princípios como eficiência, racionalidade e produtividade, o processo educativo está se tornando operacional e tecnicista. Esse modelo educacional é preconizado por uma pedagogia pautada por planejamentos previamente formulados, disseminação virtual do ensino e organização racional das suas atividades com o propósito de minimizar as interferências subjetivas. O carácter reflexivo do ensino está sendo substituído por uma educação padronizada e mecânica.

3. JOVENS E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Esta seção tem como objetivo apresentar a relação entre a juventude, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), seu contexto histórico e os cenários de incerteza diante das contínuas mudanças advindas da globalização. As ideológicas e políticas públicas do atual governo também influenciam o segmento e foram objeto de registro e análise.

Pacheco (2011) preconiza que esse processo se torna ainda mais célere com avanço da ciência e da tecnologia. O conhecimento rapidamente se torna obsoleto, havendo uma contínua necessidade de renovação por parte da sociedade. Esse é um contexto em que o cidadão se vê obrigado a atualizar seus saberes e refletir sobre sua visão de mundo. Caso contrário, tende a ser excluído em vários ambientes dos quais participa.

Nesse sentido, a educação passa a ter papel de destaque, principalmente por possibilitar que o jovem amplie seus horizontes. Para que isso ocorra, Freire (2006) alerta que a escola deve não apenas respeitar os saberes prévios do educando, mas também refletir sobre sua adoção no ambiente de ensino. Contudo, Pacheco (2011) aponta que a maioria dos cursos está sendo estruturada de modo fragmentado e muitas vezes com uma visão equivocada sobre o método científico, a ciência e a tecnologia.

Na visão de Moura *et al.* (2015), esse movimento ocorre porque o sistema capitalista de produção preconiza uma divisão social e técnica do trabalho. De um lado existem atividades intelectuais e complexas; de outro, tarefas manuais e simples. Isso implica uma fragmentação do sistema de ensino, o qual separa a formação das pessoas entre dirigentes e subalternos. Os autores ressaltam que esse é um movimento dialético, feito por meio de uma disputa de forças entre o proletariado e o capital.

As ideias de Marx e Engels (2007) sobre educação pautam-se basicamente em torno da divisão do trabalho. Com a expansão e o desenvolvimento das máquinas, novas exigências de aperfeiçoamento foram impostas à força de trabalho, o que contribuiu para a consolidação de um sistema escolar fragmentado. Os autores destacam a ausência de articulação entre os processos educativos e os anseios sociais, colaborando para a manutenção de uma classe operária explorada e submissa aos interesses do capital.

3.1 Contexto histórico da Educação Profissional e Tecnológica

O desenvolvimento industrial no início do século XX trouxe profundas transformações no mundo do trabalho, entre elas a criação de escolas com a finalidade de formar profissionais em nível técnico capazes de atender as demandas deste novo processo produtivo. Nessa linha, a EPT foi oficializada durante a vigência da Constituição de 1937. Essa asseverava ser dever do Estado criar instituições públicas de ensino em todos os níveis, inclusive o ensino profissional o qual se destinaria às classes menos favorecidas (MOURA, 2007).

A origem da EPT confirma sua inserção dentro dessa dualidade estrutural capitalista. Seu surgimento em território nacional materializa a fragmentação proposta pela classe hegemônica, pois de um lado essa vertente educacional concentrou sua atuação em aspectos manuais e técnicos. De outro, focou suas atenções na educação básica propedêutica, em uma linha de pensamento intelectualizado e com o propósito de instruir as elites (MOURA, 2007).

Essa desvalorização do ofício artesanal, segundo Afonso e Gonzalez (2016), decorre da própria história da educação profissional no Brasil, a qual é permeada por contradições. Uma orientação tecnicista voltada aos objetivos dos arranjos produtivos em contrapartida a uma perspectiva humanista/unitária, cujo foco é uma formação integral, reflexiva e crítica do trabalhador. Amaral e Oliveira (2010) ainda destacam o carácter assistencialista da EPT, o qual em muitos momentos serviu como medida paliativa na agenda política.

O contexto histórico brasileiro é oposto à concepção de EPT exposta por Pacheco (2011). O ensino profissional constitui uma categoria estruturante da juventude, já que a formação recebida, bem como as experiências e conhecimentos adquiridos influenciam tanto suas relações sociais como produtivas. A educação para o trabalho proporciona ao indivíduo uma prática interativa com a realidade, possibilitando sua emancipação. Ademais, seus efeitos também alcançam a esfera coletiva, pois esse enfoque educacional torna viável a criação de uma sociedade mais democrática (PACHECO, 2011).

Ciavatta e Ramos (2011) afirmam que apesar de a EPT, em tese, almejar um ensino integral, unitário e omnilateral, os resultados estão aquém do idealizado. A tendência histórica dualista em relação ao ensino médio e a ausência de uma política pública integrativa corroboram para essa fragmentação. Soma-se a isso a

precariedade atual de várias escolas, a desvalorização do trabalho docente (incluindo baixa remuneração) e a diferença de tratamento entre aqueles com nível superior e os que optaram por preparação imediata para o mercado de trabalho.

Apesar de não ser a intenção desta pesquisa a imersão nos acontecimentos históricos envolvendo a EPT, é necessário apresentar um pequeno relato de sua condução como política de governo. Conhecer as alterações ideológicas pelas quais esse ramo do ensino foi submetido, bem como os dispositivos normativos envolvidos, auxiliará na compreensão da atuação do capital; o atual cenário institucional da EPT e sua conexão com o tema jovem aprendiz.

O Decreto nº 7566, de 23 de setembro de 1909 pode ser considerado o marco inicial dessa modalidade em nosso país. Esse instrumento normativo criou a escola de Aprendizes Artífices, destinada à educação profissional primária e gratuita. Esses estabelecimentos escolares eram custeados pelo governo federal e procuravam formar operários e contramestres. Ademais, os menores que tivessem interesse em aprender um ofício poderiam participar de oficinas de trabalho manual e mecânico, de acordo com as especialidades da indústria local (BRASIL, 1909).

Posteriormente, no governo de Getúlio Vargas, foi instaurado um novo regime político chamado de “Estado Novo” (1937 a 1946). Pautado pela centralização de poder e forte senso de nacionalismo, esse modelo estatal foi um marco para o desenvolvimento da manufatura no país. Ciavatta e Ramos (2011) relatam que o crescimento industrial demandou novas formas de capacitar e preparar as pessoas para a produção, sendo que o ensino profissionalizante foi um dos caminhos encontrados. Inclusive com a aprovação de legislações equiparando os cursos técnicos ao ensino secundário ou médio.

Outro contexto histórico relevante remonta à época do primeiro mandato do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Por meio do Decreto nº 2.208/1997, a educação profissional foi desvinculada do ensino médio, as diretrizes curriculares se inclinaram a uma pedagogia baseada em competências. No que tange à EPT, Ciavatta e Ramos (2011) explicam que essa reforma apresentou a ideologia da empregabilidade e teve vários impactos sobre a educação e os assalariados:

[...] a responsabilização dos próprios trabalhadores pelo desemprego, sendo que a qualificação e a requalificação profissional foram consideradas meios de acesso a setores ocupacionais, prevalecendo, para a maioria dos trabalhadores, a periferia da produção, esfera em que predomina tanto a lógica taylorista-fordista quanto a precarização do trabalho. A pedagogia

das competências, nesse o caso, visava à adaptação psicofísica do trabalhador a tais condições, esvaziando a formação de conteúdos científicos que embasava a perspectiva da consolidação de uma profissão. Em síntese, centrada na dualidade das classes sociais e do sistema educacional, a propalada formação flexível ocorreria por meio da fragmentação curricular e de um tipo de rotatividade formativa. Em outras palavras, um currículo flexível supostamente proporcionaria ao trabalhador oportunidades de se atualizar ou se requalificar por diferentes itinerários formativos, demandados por mudanças na produção e/ou nas situações de emprego. O trabalhador assim formado seria capaz de renovar permanentemente suas competências, por diversas oportunidades, inclusive em cursos de currículos flexíveis (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p. 30-31).

Avançando na linha tempo, especificamente para ano de 2004, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva publicou o Decreto nº 5.154/2004, o qual revogou o Decreto nº 2.208/1997. Afonso e Gonzales (2016) relembram a importância do dispositivo, o qual redimensionou a atuação da educação profissional e promoveu novas formas de articulação com o ensino médio. Era uma tentativa de retorno a uma formação humanista integral, em detrimento do modelo tecnicista, o qual preconiza a rápida inserção do operário no mercado de trabalho.

Esses recortes históricos demonstram como o ensino profissionalizante foi submetido a profundas mudanças para atender a ideologia política vigente à época. Para Moura (2010), em nenhum momento a educação profissional teve como foco de suas atenções o ser humano. Os interesses hegemônicos a direcionaram ora para uma linha tecnicista e econômica, ora para uma perspectiva mais humanista e igualitária. O ideal unitário e omnilateral, o qual busca superar as barreiras sociais, permanece distante da realidade.

Ciavatta e Ramos (2011) reconhecem a dificuldade de se implementar uma formação integral e emancipadora para a classe que vive do trabalho; contudo, elas consideram possível. Práticas pedagógicas que permitam uma educação reflexiva; alinhamento político e conceitual; gestão democrática nos espaços escolares e condições para qualificação e envolvimento institucional dos professores são algumas medidas que podem ser adotadas com esse propósito.

Apesar do debate em torno dessa temática, o referencial teórico desta pesquisa vislumbra a EPT pelo prisma do materialismo histórico-dialético. Alves (2017) o define como um conjunto de doutrinas filosóficas que possibilitam a compreensão e análise da histórica luta de classes e as evoluções econômicas e políticas. Além disso, Antunes (1999) retrata que o mundo do trabalho engloba a

realização de atividades materiais, produtivas e sociais, as quais possuem um significado.

A EPT possui estreita relação com capacitação profissional de jovens, sendo considerada uma das formas de materialização das políticas públicas voltadas ao primeiro emprego. Nesta seara, uma nova regulamentação do setor foi proposta pelo Ministério da Educação (MEC) em 2019, por meio da criação do Programa Novos Caminhos. As primeiras impressões indicam uma tentativa de retorno aos padrões estabelecidos pelo Decreto nº 2.208/1997.

A próxima subseção demonstrará os impactos destas alterações normativas e ideológicas, tanto para as instituições de ensino e programas de aprendizagem quanto para a classe operária jovem. Também serão apresentadas as sínteses dos estudos que respaldaram a nova orientação do MEC.

3.2 O PROGRAMA NOVOS CAMINHOS E O FUTURO DA EPT

O MEC (2019) considera a EPT como um ensino estratégico para o país. Esse pensamento deriva da capacidade que a modalidade possui de gerar oportunidades de emprego, aumentar a produtividade e competitividade, bem como promover o crescimento econômico. Para o Ministério, os cenários produtivos demandam a formação de trabalhadores qualificados e dotados de competências inerentes a um ambiente laboral altamente mutável e tecnológico.

Recentemente, o órgão apresentou seu novo programa voltado para a EPT denominado Novos Caminhos. O modelo propõe alterações nas premissas ideológicas e conteúdos que envolvem esse sistema educacional. Por ser uma iniciativa nova, é cedo para discussão e contestação de possíveis resultados, porém este tópico tem como propósito discorrer sobre suas principais diretrizes e refletir sobre cenários futuros para a juventude profissional.

O programa governamental possui quatro pilares de atuação: alinhar a oferta de cursos às necessidades do setor produtivo; auxiliar na criação de um roteiro que direcione a formação técnica e profissional no ensino médio; alavancar o reconhecimento social e econômico do segmento e integrar dados estatísticos para subsidiar o processo decisório envolvendo o planejamento e a gestão do programa (MEC, 2019).

Devido a sua importância para esta pesquisa, o primeiro pilar, que apresenta uma mudança na oferta dos cursos no âmbito da EPT, receberá um destaque. Para

o MEC (2019), a qualificação dos futuros profissionais deve estar alinhada à demanda do setor produtivo e à política de emprego e renda. Dessa forma, a integração ao mundo do trabalho ocorrerá de forma mais ágil e dinâmica. A elaboração dos cursos deve colaborar com o desenvolvimento de nichos específicos de cada região, de acordo com suas potencialidades.

O ministério fundamenta essa premissa com base em resultados de alguns estudos, como o Mapa do Trabalho Industrial 2019-2023 e o Relatório sobre o Futuro dos Empregos 2018. O primeiro documento foi elaborado pelo Senai (2019) e traz a estimativa/necessidade de qualificação de 10,5 milhões de trabalhadores nacionais nos próximos três anos. Desse modo, eles estarão aptos a diversas ocupações, principalmente na área de robótica, cuja previsão de crescimento nesse período é de 22,4%.

O segundo estudo foi conduzido pelo Fórum Econômico Mundial (2018) e apresenta uma projeção de aproximadamente 75 milhões de empregos extintos devido à automação até 2022. O desenvolvimento tecnológico, o uso da inteligência artificial, a digitalização de processos, o avanço da segurança da informação e o aperfeiçoamento da interação homem-máquina não são mais uma realidade distante. Cientes desse fato, as companhias procuram se apropriar dessas tecnologias para atingir padrões mais altos de desempenho e produtividade.

As projeções apresentadas por esses estudos vão ao encontro do pensamento de Antunes e Alves (2004). Os autores destacam o papel da telemática, a qual é resultado da convergência entre telecomunicações e as novas tecnologias de informação. Dessa união surgem modalidades de trabalho que permitem a execução das atividades de maneira remota e no próprio domicílio do empregado; ampliando a interferência do capital no cotidiano pessoal e familiar (ANTUNES; ALVES, 2004).

Alves (2013) conceitua este novo arranjo industrial capitalista como maquinofatura. Para o pesquisador, esta nova forma de produção possui base técnica/tecnológica e estabelece uma nova relação entre o homem, a natureza e o trabalho.

[...] ponto de partida da maquinofatura não é o revolucionamento da força de trabalho (como na manufatura) nem o revolucionamento da técnica (como na grande indústria), mas sim o revolucionamento do homem-e-da-técnica, ou o revolucionamento da própria relação homem-técnica. Para isso, constituiu-se a ideologia da gestão nas condições da rede informacional. Enquanto nova forma tecnológica de produção do capital

baseada na rede informacional, a maquinofatura colocou a necessidade da gestão como “captura” da subjetividade do trabalho vivo, nexos essenciais do toyotismo como inovação organizacional. Por outro lado, a gestão como “captura” da subjetividade do homem como trabalho vivo colocou a necessidade da produção como totalidade social (a disseminação do espírito do toyotismo pelas instâncias da reprodução social, do processo de subjetivação social) (ALVES, 2013, p. 237).

Ainda nessa linha de adequar a oferta de cursos técnicos às demandas do mundo do trabalho, o programa Novos Caminhos prevê a atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). Esse referencial normativo orienta instituições, professores, alunos e sociedade a respeito de cursos voltados à EPT. A quarta edição será atualizada de forma a alinhar demandas socioeconômicas, produtivas e educacionais. Diversos atores da EPT, tais como Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, Sistema S, estudantes, gestores públicos, professores, pesquisadores e comunidades interessadas serão convocados para participar desse processo (MEC, 2019).

Na seção seguinte foi feita uma contextualização entre a proposta do Ministério, suas alterações ideológicas, os paradigmas envolvidos e seus possíveis efeitos sobre a jovem classe operária.

3.3 O PROGRAMA NOVOS CAMINHOS E OS APRENDIZES

A formação técnica e profissional para jovens e adultos também foi objeto de discussão e análise pelo novo programa governamental. Conforme o órgão público, existe a necessidade de destinar mais recursos públicos ao setor. Contudo, esse fomento deve ser feito de forma responsável, levando em consideração as limitações e responsabilidades orçamentárias. Além disso, a nova conjuntura econômica impõe a busca por formas mais eficientes de financiamento e gestão dos gastos públicos (MEC, 2019).

Essa visão apresentada pelo Ministério confirma algumas constatações feitas anteriormente a respeito da gestão educacional no Brasil. Para Ciavatta e Ramos (2011), há prevalência dos interesses econômicos sobre a disseminação do conhecimento e aprendizado para jovens e adultos da classe trabalhadora. Não existe uma política pública consistente, sendo que a cada troca de governo mudam-se totalmente as diretrizes anteriores e, com isso, há uma descontinuidade das práticas e programas em andamento.

Outro ponto é a dualidade existente no ensino brasileiro.

[...] ao caráter dual da educação brasileira e à correspondente desvalorização da cultura do trabalho pelas elites e pelos segmentos médios da sociedade, tornando a escola refratária a essa cultura e suas práticas. Assim, a não ser por uma efetiva reforma moral e intelectual da sociedade, preceitos ideológicos não são suficientes para promover o ingresso da cultura do trabalho nas escolas, nem como contexto e, menos ainda, como princípio (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p. 30-31).

Retomando a perspectiva do MEC, a pasta considera a forma de fomento da formação técnica e profissional para jovens e adultos insatisfatória. É necessário um maior planejamento, monitoramento e avaliação dos programas e ações conduzidas nesse âmbito. Ademais, a implementação de um modelo de governança que propicie uma melhor administração dos recursos financeiros e promova um levantamento efetivo das reais necessidades sociais e produtivas para fins de formatação dos cursos se faz necessária (MEC, 2019).

Essa diretriz gerencial está bem distante da política de profissionalização do ensino médio vislumbrada por Ciavatta e Ramos (2011). As autoras veem o trabalho de forma integrada à ciência, à cultura, à educação e ao desenvolvimento social. Elas consideram a perspectiva de uma escola unitária, a qual uma de suas premissas norteadoras é o trabalho como princípio formativo e educativo. Um ensino que permita tanto a jovens como adultos a alteração de sua realidade e de seus familiares.

Concepção semelhante possui Pacheco (2012), o trabalho não se constitui apenas numa fonte de subsistência dos indivíduos. Ao levar em consideração seu viés educativo, percebe-se sua contribuição no desafio de tornar o ser humano o sujeito de sua própria história. Resumir a educação profissional a uma mera preparação para o mercado de trabalho significa deixar de lado seu papel de habilitação das pessoas para o exercício autônomo e crítico de suas práticas laborativas.

Analisar o futuro dos aprendizes tendo por base as premissas do programa Novos Caminhos é uma tarefa complexa. O Ministério acerta ao mencionar que a formação técnica e profissional dos jovens é insatisfatória, isso é consequência de uma série de fatores: sociais, econômicos, educacionais e demográficos. Contudo, as diretrizes do novo modelo não deixam claras quais serão as medidas adotadas para melhorar os resultados até então obtidos.

No que tange ao financiamento das políticas públicas voltadas para o setor, a proposta do MEC (2019) prevê a celebração de parcerias com a iniciativa privada. O intuito é buscar incentivos financeiros a projetos empreendedores e criativos, além de aproximar as relações entre as entidades que ofertam a EPT e o setor produtivo. Haverá publicação de editais de fomento a trabalhos científicos e tecnológicos e a disseminação de uma cultura da inovação junto às redes de ensino do segmento.

Essa postura é compreensível à medida que o Estado possui limitações orçamentárias e financeiras na busca ao atendimento das mais variadas necessidades sociais. Pacheco (2012) destaca que o financiamento dos encargos educacionais impõe um regime de colaboração não apenas entre os entes federados (via convênios, acordos, termos de cooperação, dentre outros), mas também de parcerias público-privadas.

O autor sustenta seu posicionamento ao ressaltar o papel do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) nesse contexto. O fundo é composto por recursos repassados pelas três esferas de governo em favor de estados e municípios. Tem como parâmetro para a distribuição dos recursos alguns critérios, como o número de estudantes matriculados. O problema é constituir a única fonte legal e regular de financiamento que abrange oferta pública do ensino profissional (PACHECO, 2012).

4. PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

Esta seção apresentará o *locus* desta pesquisa. Isso inclui a definição de programa de aprendizagem, quais são seus objetivos, quais as atividades são propostas, os atores envolvidos, os desafios encontrados, os impactos locais e regionais. Esses programas são uma das formas encontradas pelo Estado para geração de emprego e inclusão social de jovens por meio de uma formação profissionalizante.

Raichelis (2010) comenta que as constantes mudanças ambientais derivadas da globalização afetam não apenas o mundo do trabalho, mas também o próprio Estado. O seu papel e modo de atuação passam a ter novos contornos, à medida que as demandas sociais se modificam. Isso significa que suas intervenções vão se adequando de acordo com o momento histórico, a conjuntura econômica e a ideologia política do atual governo.

Tais interferências ocorrem por meio de políticas públicas, Rua (2014) as define como o conjunto das decisões e ações relativas à alocação de valores. Dye (2008), partindo do pressuposto de que as necessidades humanas são ilimitadas e os recursos públicos para atendê-las são escassos, conceitua o termo de modo objetivo. Uma política pública é aquilo o governo escolhe fazer ou não. Tudo dependerá de qual segmento social a atuação estatal pretende atingir, por isso é fundamental a compreensão do contexto em que o país está inserido.

Esse cenário inclui o entendimento das novas relações laborativas, as quais estão desgastadas e promovem um distanciamento entre as práticas de gestão e os direitos sociais (FRANCO; DRUCK; SILVA, 2010). Logo, o Estado passa a ter um importante papel, pois deve interferir na economia com o propósito de atenuar os processos de alienação e limitação da autonomia do assalariado, resultantes da constante reestruturação do capital.

Essa é uma tarefa complexa, principalmente quando o foco passa a ser a inserção dos jovens no mundo do trabalho. Esse é um público mais vulnerável, fatores como a falta de experiência, formação acadêmica e qualificação profissional inadequada tendem a direcionar a juventude a ocupações mais precárias. Essa situação de subemprego e marginalização social está presente em várias regiões do país, em maior ou menor grau.

Apesar do cenário delicado, o direito à profissionalização por parte dos jovens adquiriu *status* constitucional, sendo uma obrigação da família, da sociedade e do Estado:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Dois anos após a promulgação da Constituição Federal, foi editada a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Esse instrumento, popularmente conhecido como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), fortaleceu o direito à educação e à proteção no trabalho. O dispositivo legal tem como um dos principais objetivos o combate e a erradicação do trabalho infantil, bem como a garantia de um emprego a partir dos 16 anos, salvo na condição aprendiz. Para isso, preconiza que a formação do jovem deve prepará-lo para o mundo do trabalho e mantê-lo frequentando regularmente a escola (BRASIL, 1990).

Dez anos após o surgimento do ECA, foi publicada a Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, publicamente denominada “Lei da Aprendizagem”. Essa norma, considerada como a materialização de uma política pública focada no primeiro emprego, estabelece normas gerais a serem aplicadas aos programas de aprendizagem, sendo direcionado a adolescentes entre 14 a 24 anos de idade. Com o intuito de ter a maior abrangência possível e atender as minorias, também foram incluídos os jovens pertencentes a famílias de baixa renda.

Posteriormente, com a finalidade de regulamentar a legislação pertinente, foi editado o Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005. Esse ato especificou as diretrizes do contrato de aprendizagem e a obrigatoriedade de os estabelecimentos destinarem de cinco até quinze por cento de suas vagas para aprendizes. Além disso, dispensaram-se dessa exigência as microempresas e as empresas de pequeno porte, bem como as entidades sem fins lucrativos cujo objeto de atuação fosse educação profissional (BRASIL, 2005).

Todavia, com a entrada em vigor do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018 houve a revogação das diretrizes contidas no antigo Decreto nº 5.598. Esse regulamento estabeleceu novas condutas sobre o direito à profissionalização. Formação profissional, entidades qualificadas, obrigatoriedade de contratação,

espécies de contrato, direitos trabalhistas, jornada de trabalho, remuneração, entre outros temas foram esmiuçados nesse ato normativo; partindo do pressuposto que era necessário atualizar a legislação pertinente.

4.1 Direito à profissionalização à luz do Decreto nº 9579/2018

O dispositivo define aprendiz como a pessoa maior de 14 e menor de 24 anos vinculada a um contrato de aprendizagem, porém excetua do limite máximo de idade os aprendizes com algum tipo de deficiência. Esse vínculo laboral poderá ter prazo de até dois anos e o empregador assegurará ao jovem inscrito no programa formação técnico-profissional funções que possibilitem seu desenvolvimento físico, moral e psicológico. Ao aprendiz caberá realizar suas funções com responsabilidade e dedicação (BRASIL, 2018).

Consoante o Sindicato Nacional de Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait, 2019), essa instrução deverá ser realizada por meio de atividades teóricas e práticas, as quais terão seu grau de complexidade aumentado de maneira progressiva. Além disso, será delimitado um horário especial para as atividades de modo que a capacitação não prejudique a frequência escolar, a qual é obrigatória (BRASIL, 2018). O planejamento e coordenação dessas ações resultarão em programas, os quais serão ofertados por entidades habilitadas para esse fim.

Para o Decreto, a formação técnico-profissional metódica será de incumbência dos serviços nacionais de aprendizagem, como é o caso de Senai, Senar, Senac, entre outros. Organizações sem fins lucrativos envolvidas com a educação profissional de jovens e escolas técnicas e agrotécnicas (atuais Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia) também são consideradas aptas. Primando pela qualidade dessa formação, deverá ser criado um cadastro nacional dessas entidades, com o objetivo de avaliar a compatibilidade do conteúdo e a duração do programa (BRASIL, 2018).

Ainda segundo o Decreto, a jornada de trabalho não prejudicará a regularidade dos estudos do adolescente, terá duração de até seis horas diárias e incluirá o tempo gasto com atividades teóricas e práticas. Também poderão ser realizadas aulas demonstrativas no próprio ambiente de trabalho; contudo, é vedado ao aprendiz o manuseio de determinados materiais e ferramentas, além do exercício de algumas atribuições, a depender do ambiente que esteja inserido (BRASIL, 2018).

Rizzo e Chamon (2011) destacam que o trabalho tem um significado particular e de grande importância para os jovens. Possibilita construir uma carreira, melhorar sua autoestima, ter autonomia, gerar um senso de responsabilidade e conquistar sua independência financeira ou, na maioria das vezes, complementar a renda familiar. A sociedade atual valoriza um emprego não apenas pelo salário ao final de cada mês, mas também pelas suas recompensas morais e psicológicas.

Nesse sentido, o Decreto aponta que a escolha dos participantes dos programas de aprendizagem deve ser abrangente e inclusiva, priorizando os jovens em situação de vulnerabilidade social:

Art. 66, § 5º A seleção dos aprendizes será realizada a partir do cadastro público de emprego, disponível no sítio eletrônico Emprega Brasil, do Ministério do Trabalho, e deverá priorizar a inclusão de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco social, tais como:

I - adolescentes egressos do sistema socioeducativo ou em cumprimento de medidas socioeducativas;

II - jovens em cumprimento de pena no sistema prisional;

III - jovens e adolescentes cujas famílias sejam beneficiárias de programas de transferência de renda;

IV - jovens e adolescentes em situação de acolhimento institucional;

V - jovens e adolescentes egressos do trabalho infantil;

VI - jovens e adolescentes com deficiência;

VII - jovens e adolescentes matriculados em instituição de ensino da rede pública, em nível fundamental, médio regular ou médio técnico, incluída a modalidade de Educação de Jovens e Adultos; e

VIII - jovens desempregados e com ensino fundamental ou médio concluído em instituição de ensino da rede pública (BRASIL, 2018).

As hipóteses previstas para o término do contrato são: extinção natural depois de decorrido o período de dois anos, com o atingimento do limite de idade (24 anos, exceto aprendiz com deficiência); por desempenho insuficiente nas atividades; pelo registro de falta disciplinar grave; pela ausência injustificada à escola com perda do ano letivo e a pedido do jovem. Os concluintes do programa receberão um certificado emitido pela instituição responsável pela qualificação profissional (BRASIL, 2018).

O Sinait (2019) ressalta que a fiscalização do cumprimento da legislação sobre aprendizagem, bem como a realização de inspeções para verificar a observância das cotas legais é de competência do MTE, atual Secretaria do Trabalho. No caso de programas ofertados por organizações sem fins lucrativos, os Conselhos Tutelares também acompanharão o andamento regular das atividades. Além disso, o Judiciário, Ministério Público e outros entes de controle poderão ser acionados, a depender do caso concreto.

Essa supervisão por parte de diversas instituições visa cumprir o mandamento constitucional que considera a educação um direito de todos e dever não apenas do Estado, mas da sociedade como um todo (BRASIL, 1988). Seguindo essa vertente, o Decreto apresenta alguns princípios educacionais voltados para os aprendizes: acessibilidade do ensino em condições de igualdade, obrigatoriedade de frequência e permanência escolar e uma capacitação profissional adequada às exigências do mercado (BRASIL, 2018).

A materialização desses princípios requer uma metodologia de ensino que incentive o trabalho coletivo, promova a criatividade, inovação e autorreflexão. A matriz curricular tem que se aproximar do contexto social e econômico do aluno e o capacitar para o mundo do trabalho. Esses processos educativos devem ser dinâmicos a ponto de propiciar uma análise crítica da realidade do estudante, debater ideologias, trocar experiências e fomentar a transformação local (MOLL, 2010).

4.2 Possíveis desdobramentos dos programas de aprendizagem

Esta subseção apresentará os possíveis efeitos positivos do desenvolvimento de um programa de aprendizagem, independentemente da localidade em que ele esteja inserido, são variados. Gonçalves (2014) sintetiza os principais: oportunidade de emprego decente; mais acesso à educação de qualidade; o crescimento pessoal ao conciliar estudos e trabalho com outras atividades; formação de uma identidade social e inserção digna no mundo do trabalho.

Para se falar sobre emprego decente é importante destacar que a modernização e o desenvolvimento econômico abriram espaço para novas ocupações profissionais, as quais reúnem um conjunto de atribuições que necessitam de uma adequada preparação técnica. Sachs (2004) destaca que essa realidade também está presente no Brasil, que possui uma economia formada por organizações modernas, complexas, heterogêneas, sendo algumas de abrangência internacional.

Na visão de Sachs (2004), esse cenário gera um processo de concentração de riqueza e melhores oportunidades de trabalho para uma pequena parcela da sociedade, a maior parte buscará sua sobrevivência nas atividades informais. A acomodação daqueles que ingressam no mundo do trabalho tende a ser feita na

forma de subempregos. Isso quando ela efetivamente acontece, pois a tendência é o aumento do número de desempregados.

É nesse contexto que está inserida uma juventude a qual necessita de suporte e proteção para ter uma perspectiva de um futuro melhor. Gonçalves (2014) ressalta as consequências da ausência de um trabalho decente para essa classe trabalhadora:

[...] Motivados pela necessidade de obter renda para subsistência própria e/ou da família, ou acesso aos bens impostos a todos pela sociedade do consumo, ou pela descrença nos estudos como propulsor de melhores condições de vida no futuro, considerando o agravante que muitas vezes a escola é mais entediante do que motivadora e criativa, não lhes é garantida a oportunidade ao trabalho decente, conceito explorado no documento os quais a depender se sua condição social para o segmento mais vulnerável dessa população; àqueles para os quais a dita sociedade do conhecimento ou a expressão capital intelectual empregados no âmbito de universidades e grandes empresas desde o século passado, despertando interesses e investimentos da família, dos governos e das instituições envolvidas direta ou indiretamente com o binômio trabalho & educação, não impacta absolutamente a “escolha” por uma colocação no mercado de trabalho (GONÇALVES, 2014, p. 193).

Além disso, uma ocupação digna permitirá que a inclusão social desse público não seja uma mera formalidade. Entretanto, para que isso efetivamente ocorra, Sachs (2004) alerta para a necessidade de políticas públicas contínuas bem como estratégias viáveis para cooperar com esse processo de inserção. “[...] políticas sociais compensatórias serão indispensáveis, além da urgência em promover o acesso universal aos serviços sociais de base – educação, saúde, saneamento, moradia” (SACHS, 2004, p. 25).

Outro ponto positivo dos programas de aprendizagem apontado por Gonçalves (2014) é a possibilidade de acesso a uma educação e formação profissional (em tese) de maior qualidade. Para a autora, o vínculo do jovem com o programa, além de atuar como um mecanismo de retenção ou retorno aos estudos também coopera para evitar a evasão escolar de maneira precoce. Isso possibilita uma melhor transição entre seu papel de estudante e futuro profissional.

Entre os desdobramentos apresentados, cabe ressaltar a formação de uma identidade social. Devido a pouca idade de seu público-alvo, as instituições responsáveis pela formação de tais jovens devem ter ciência da importância de seu papel na formação desses indivíduos. Não se trata apenas de uma simples preparação para o mercado de trabalho, o modo como o curso será conduzido também impactará nas impressões dessa juventude sobre seu futuro profissional.

Nesse contexto, Freire (2006) alerta sobre a questão da identidade cultural. Em qualquer prática educativa é fundamental considerar o contexto social e as experiências prévias do educando. Independente de sua idade, o estudante já possui algumas percepções (ainda que superficiais) sobre educação e trabalho. Logo, a formação a ele destinada deve se pautar não somente pelo binômio teoria-prática, mas também pela influência dos seus valores sociais e culturais.

Dando ênfase à inserção digna no mundo do trabalho, Gonçalves (2014) destaca a importância de ela ser protegida pela legislação trabalhista. Os contratos de aprendizagem corroboram para o combate à erradicação do trabalho infantil e pode formar futuros empreendedores. Essas medidas contribuem para atenuar o movimento de precarização do trabalho apresentado por Alves (2007). O autor o define como “[...] um processo social de conteúdo histórico político concreto, de natureza complexa, desigual e combinada, que atinge o mundo do trabalho, principalmente setores mais organizados da classe do proletariado” (ALVES, 2007, p.115).

4.3 Programa Jovem Cidadão e seus impactos no estado de Goiás

Existe uma enorme quantidade de cursos os quais ofertam formação técnica-profissional para jovens aprendizes, suas características e forma de estruturação dependerão das peculiaridades da região onde está situado. Como este estudo foi desenvolvido em uma cidade do interior goiano (São Luís de Montes Belos), foi feita a opção por apresentar a realidade de um programa de aprendizagem aplicado no estado de Goiás, Programa Jovem Cidadão (PJC).

Conforme a Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social (2020), essa foi uma iniciativa pioneira na criação de condições mais dignas de vida para a juventude. Apesar de estar com as atividades suspensas para fins de reformulação, o Projeto beneficiou mais de 30 mil famílias, desde sua criação. Segundo o Estudo Técnico nº 73 (2018), elaborado pelo Instituto Mauro Borges em parceria com a então Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (Segplan), os impactos sociais e econômicos que esse programa trouxe para o estado goiano foram significativos.

Com o objetivo de levar uma formação técnico-profissional a jovens socialmente vulneráveis, o PJC esteve em execução desde o ano 2000. Suas ações

buscaram promover a inclusão social, fomentar o protagonismo juvenil e fortalecer vínculos familiares e laborais. O programa não se restringiu apenas ao desenvolvimento econômico, também atua na redução da evasão escolar e no combate à violência (IMB, 2018).

O Estudo Técnico nº 73 (2018), baseado em informações recebidas pela então Secretaria Cidadã, destaca os principais objetivos do programa:

- inserção de adolescentes no mercado de trabalho enfatizando o aprendizado para o início de uma carreira profissional;
- colaborar para a redução dos riscos sociais e a melhoria dos relacionamentos;
- auxiliar na qualidade e continuidade de seus estudos;
- atender famílias em situação de vulnerabilidade social;
- incentivar os jovens a conhecerem seus direitos e deveres, fortalecendo suas decisões e iniciativas tomadas no dia a dia;
- fortalecer sua autoestima;

Ao demonstrar preocupação com as variadas classes sociais, a abrangência dessa iniciativa merece um destaque. Existiam algumas premissas para compor o programa: obrigatoriedade de os jovens estarem regularmente matriculados em suas escolas; possuir renda familiar de até dois salários mínimos e a abertura para inclusão de membros de grupos socialmente vulneráveis. É o caso de família na qual houve registro de caso de violência doméstica ou racial e as comunidades indígenas, quilombolas, ciganos e afrodescendentes (IMB, 2018).

4.4 Responsabilidade compartilhada

A participação de jovens é instrumento de considerável relevância no que diz respeito à oportunidade de inclusão econômica e social. O documento destaca que ao mesmo tempo em que proporciona aos jovens uma formação que embasará sua vida profissional futura, permite às empresas capacitarem mão de obra de acordo com suas necessidades e exigências, em meio a um cenário notadamente subordinado às tecnológicas (SINAIT, 2019).

A condução desse tipo de programa de aprendizagem é um processo complexo e que demanda a cooperação de vários setores da sociedade. A atuação do setor público como promotor de políticas públicas para esse público é

indispensável. Contudo, não há dúvidas de que a iniciativa privada também possui um papel fundamental no desenvolvimento desses jovens, seja ofertando oportunidades de emprego, realizando parcerias com instituições credenciadas ou fomentando projetos empreendedores.

Nesse sentido, a execução do Programa Jovem Cidadão (PJC) foi feita de maneira coletiva, envolveu a esfera pública por meio da Secretaria Cidadã do Governo do estado de Goiás e a Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (Renapsi). Esta foi responsável pelo cumprimento da legislação trabalhista, oferta dos cursos de capacitação e pelo acompanhamento psicossocial. O Estado cooperou no processo seletivo, na divulgação do programa e no monitoramento das atividades práticas no ambiente de trabalho (IMB, 2018).

A dimensão formativa da aprendizagem profissional consiste na qualificação profissional para jovens aprendizes. É feita por meio ato normativo, o qual impõe o cumprimento de cota de contratação por parte das empresas. Essas se tornam responsáveis por assegurar formação técnico-profissional desenvolvida por meio de atividades de cunho teórico e prático. Além disso, as peculiaridades de cada região influenciam nesse processo (BRASIL, 2000).

Seguindo o mandamento legal, a qualificação dos aprendizes vinculados ao PJC foi organizada por meio de atividades³ teóricas, presenciais e a distância. Por abranger um elevado número de jovens em situação de vulnerabilidade social, a parte prática ocorreu dentro dos órgãos e entidades públicas integrantes dos três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, também incluiu o Ministério Público e Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios (IMB, 2018).

4.5 Síntese dos Resultados

Nesta subseção serão apresentados alguns dos resultados obtidos pelo programa durante o biênio 2014 a 2016, período em que o instituto analisou os dados referentes aos contratos finalizados. Dentre as variáveis analisadas e compatíveis com o escopo desta pesquisa estão: tipo de emprego, continuidade dos estudos e empregabilidade, a qual é “[...] definida como a inserção dos jovens no mercado de trabalho formal” (IMB, 2018, p.11).

³ O documento não apresentou informações detalhadas sobre o tipo de conteúdo trabalhado nessas atividades e quais foram as práticas pedagógicas adotadas.

Não será objeto de reflexão os aspectos metodológicos escolhidos pelo IMB para o tratamento dos dados, o propósito é expor quais foram os impactos sobre a sociedade goiana advindos do PJC nesse intervalo de tempo. O estudo apontou que os egressos do programa, cuja maioria era do sexo feminino, foram beneficiados por um período mínimo de 14 meses. Chama a atenção que uma maioria da amostra, aproximadamente 90%, concluiu o ensino médio (IMB, 2018).

Em relação ao financiamento do programa, tendo por base o triênio 2015 a 2017, foi constatado que o repasse de recursos financeiros (desconsiderados os efeitos da inflação) por parte do Estado aumentou significativamente, vide Tabela 3⁴. Contudo, a adesão de jovens não acompanhou esse crescimento, o que refletiu no incremento do gasto médio por aprendiz (IMB, 2018).

Tabela 3 – Dados de custeio e abrangência

Variável Custo	2015	2016	2017
Repasse Anual	25.352.270,67	35.529.359,00	45.804.542,07
Repasse Médio Mensal	2.112.689,22	2.960.779,92	3.817.045,17
Médio Mensal de Jovens	2.312	2.951	3.517
Gasto Médio Mensal por Jovem	913,79	1.003,31	1.085,31

Fonte: Dados Instituto Mauro Borges/Segplan - GO 2017 – adaptado pelo autor.

No que tange à inserção no mundo do trabalho, o estudo apontou efeitos positivos, com tempo médio para a contratação dos egressos oscilando entre um e dois anos. Isso levando em consideração apenas empregos formais (IMB, 2018). Porém, uma ressalva deve ser feita:

[...] se considerado apenas os contratos por tempo indeterminado, o PJC apresenta impacto negativo ou estatisticamente não significativo na maioria dos cenários analisados, indicando que nos contratos em que não há um prazo de término estabelecido, o que pode estar relacionado ao fato de que esses indivíduos podem estar ou terem ocupado empregos de menor qualidade e com maior taxa de rotatividade, fatores que prejudicam a permanência em um mesmo local de trabalho (IMB, 2018, p 17).

Em relação aos ofícios de menor qualidade, também denominados como precários, Alves (2013) comenta que essa realidade deriva de uma sociedade dominada pelos interesses do capital. O mundo do trabalho vem sendo regido por uma vertente excludente. Em outras palavras, aqueles que não possuem as

⁴ Valores estipulados em milhares de reais.

competências técnicas desejadas são postos a margem do sistema. Isso coaduna com o padrão toyotista, pautado na eliminação de desperdícios, otimização do tempo, redução de custos operacionais e desvalorização da mão de obra considerada barata.

As altas taxas de rotatividade no mercado de trabalho formal foram outro ponto deste estudo. Entre as possíveis causas citadas estão a pouca experiência adquirida durante o programa, a má formação escolar e a escassez de oportunidades de empregos. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido pelo IMB (2018) possui uma limitação quanto aos dados disponíveis para análise. O próprio Instituto aponta a necessidade de novos levantamentos.

[...] as avaliações de políticas públicas podem apresentar algumas limitações dada uma série de fatores. A principal delas são as limitações existentes nas bases de dados, que levam por consequência à omissão de algumas variáveis no modelo. No caso deste estudo, nenhuma das duas bases possui variáveis que indiquem informações sobre a educação e renda dos pais ou sobre a taxa de rotatividade, que podem estar diretamente ligadas à produtividade do indivíduo em determinada empresa. Dessa forma, são propostos novos estudos em outras bases de dados que possam ter essas informações, a fim de diminuir essas limitações. Além disso, propõe-se utilizar essas informações para construir e testar novos grupo de controle e verificar os resultados quando comparados com o grupo de tratamento estudado neste trabalho (IMB, 2018, p. 20).

Ademais, a pesquisa ressalta que a ausência de mecanismos efetivos de controle dos resultados obtidos, bem como a pouca disseminação de informações sobre os cursos inseridos no programa são fatores que merecem uma reflexão (IMB, 2018). Por ser uma política pública essencial para a nova geração de trabalhadores, esse acompanhamento é de suma importância para a o aperfeiçoamento e atualização do programa. Alves (2007) declara que o setor produtivo é submetido a uma sobrecarga de trabalho constante e isso deriva da maior complexidade do mundo do trabalho.

A próxima seção descreverá o contexto histórico em que a instituição coparticipante dessa pesquisa (Cras Casa da Família) está inserida. Isso engloba as inovações legislativas e seus impactos sobre as entidades ali representadas. Também serão apresentados dados estatísticos sobre a área de atendimento da unidade montebelense e os desafios provenientes da pandemia provocada pelo novo coronavírus (COVID-19).

5. NOVOS CONTORNOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O propósito deste estudo foi analisar um curso de aprendizagem e sua contribuição para formação profissional de jovens inseridos em um contexto de vulnerabilidade. Nesse sentido, a próxima seção discorrerá sobre o macroambiente em que o Cras Casa da Família está inserido, suas diretrizes de atuação, os projetos e ações que se propõe a realizar, sua estreita ligação com a juventude e as possibilidades de parcerias com a sociedade civil organizada.

Esta pesquisa foi feita no âmbito de uma entidade pertencente à assistência social, sendo que com a Constituição Federal de 1988 o segmento ganhou nova abrangência. Após sua inclusão no âmbito da seguridade social, ao lado de previdência e saúde, essa área se aproximou da defesa de direitos fundamentais, gratuidade da acessibilidade e responsabilização dos entes estatais. Foi o início do processo de redefinição das políticas sociais, dentro de um contexto democrático, inclusivo e sustentável.

Cinco anos após a promulgação da Carta Constitucional, entra em vigor a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, conhecida popularmente como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Esse dispositivo define assistência social como um direito de todo cidadão e uma obrigatoriedade por parte do Estado (BRASIL, 1993). Não se limita a uma mera ajuda financeira por parte do governo, mas o marco legal para prática de políticas públicas voltadas a retirar os indivíduos que estão à margem da sociedade.

Pereira (2007) comenta que tanto a promulgação da Constituição Federal (1988) como da chamada LOAS (1993) foram avanços significativos para que a assistência social no país efetivamente fosse tratada como um direito do cidadão e dever do Estado. Principalmente porque a partir desses instrumentos, o assistencialismo (prática comum em períodos eleitorais em que se ajudava a população em troca de votos) começou a ser combatido. Ao receber o status de uma política pública, o setor evoluiu em qualidade e permitiu a ampliação de direitos a camadas sociais há tempos ignoradas.

Os serviços assistenciais serão organizados de forma descentralizada e com participação popular por meio de entidades representativas. O modelo de gestão buscará a articulação de esforços e recursos de todas as esferas estatais, União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Ao governo federal caberá a formulação de políticas públicas contendo normas gerais, as quais observarão as normas do

Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Os demais entes federativos promoverão ações de modo a atender as necessidades específicas de seu território (BRASIL, 1993).

O CNAS realiza o controle social das políticas públicas assistenciais, as quais serão executadas de forma integrada e devem considerar a universalidade de acesso. Para isso, em 2004, foi inaugurado o Sistema Único de Assistência Social (Suas), com um modelo de gestão descentralizado e participativo. O sistema atua na Proteção Social Básica (prevenção de riscos sociais e pessoais) e a Especial (destinada à parcela da população cujos direitos sociais foram prejudicados) (MDS, 2015).

O Suas coordena a Política de Assistência Social e buscar garantir ao cidadão o devido suporte diante da situação de fragilidade em que ele se encontre. Existem inúmeros serviços, benefícios e programas disponibilizados à população por meio várias unidades públicas compostas por assistentes sociais, psicólogos, advogados, pedagogos etc. Tendo como público-alvo homens, crianças, jovens, mulheres, idosos e pessoas com necessidades especiais, o atendimento prestado procura melhorar as condições de vida, relacionamento e inclusão do usuário.

O planejamento e coordenação dos programas destinados a esse segmento são responsabilidade do então Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), atual Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (SEDS). Qualquer atividade nesse âmbito deve respeitar alguns valores constitucionais e legais: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, ética, transparência, sigilo e proteção da intimidade dos pesquisados, cooperação técnica, entre outros. Além disso, os órgãos vinculados à Secretária devem avaliar, orientar e acompanhar políticas e projetos de suas áreas de atuação (BRASIL, 2018).

A SEDS preconiza o constante aperfeiçoamento do Suas. Nesse sentido, uma de suas recentes iniciativas foi a criação da Comissão Intergestores Tripartite⁵ do Sistema Único de Assistência Social. Dentre suas competências, destacam-se: o estabelecimento de estratégias operacionais para aprimorar os serviços, projetos e programas do sistema; a propositura de procedimentos para transferências de recursos; definição de metas e prioridades para o combate a pobreza e

⁵ É uma comissão composta por gestores federais, estaduais e municipais. Tem como premissa funcional a articulação de aspectos operacionais, bem como a troca de informações no âmbito do Suas (BRASIL, 2019).

vulnerabilidade social e a criação de comissões intergestoras entre os entes federados (BRASIL, 2019).

Entre as áreas de atuação do Suas, há a proteção social básica cujo viés preventivo se destina à população em situação de vulnerabilidade social por problemas financeiros, afetivos, raciais, comportamentais, entre outros. Entre as entidades que atuam nesse segmento, existe o Centro de Referência de Assistência Social (Cras), órgão público responsável por prestação de serviços de natureza continuada ou eventual envolvendo temas como violência, cultura, lazer, relacionamentos, transporte e emprego.

5.1 Centro de Referência de Assistência Social (Cras)

As ações do Cras são balizadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), reconhecido como uma prestação contínua de cunho assistencial com programas e projetos executados pelas três instâncias de governo, nacional, estadual e local. Conforme o MDS (2015), em linhas gerais esse trabalho envolve: fortalecer a família e sua qualidade de vida; potencializar a autonomia de seus membros e promover a inserção da comunidade na rede de proteção social, incluindo as pessoas com necessidades especiais, vide Figura 1.

Figura 1 - Escopo de Atuação Cras



Fonte: Orientações Técnicas Cras - 2009.

O trabalho desenvolvido junto às famílias não pode ser padronizado, há que se considerar que cada lar possui estrutura própria. Nesse sentido, o então Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, comenta:

As unidades dos Cras são espaços físicos localizados em regiões mais pobres das cidades voltadas para atendimento socioassistencial. A equipe do centro identifica as necessidades dos indivíduos e das famílias de cada localidade, acolhe e insere em atividades coletivas e/ou, se necessário, encaminha os integrantes do grupo familiar para outros atendimentos. Nessa condição, eles se configuram como instrumento estratégico dentro da rede de proteção e promoção social no Brasil. Não por acaso, são conhecidos também pelo nome de Casas das Famílias. Isso porque se organizam a partir do foco de atendimento na família. Dessa forma, além de potencializar o alcance das ações e políticas sociais, promovem o apoio para manter e sustentar os vínculos familiares e comunitários, com todos os bons efeitos que tem na sociedade (ANANIAS, 2007, p. 2).

As equipes do Cras são responsáveis por disseminar informações e orientar a população de sua área de cobertura. Isso inclui possíveis intervenções nos núcleos familiares, as quais levam em conta a singularidade e vulnerabilidade de cada grupo. Ademais, com suporte dos gestores municipais, as unidades providenciam um mapeamento da rede socioassistencial de proteção básica, buscando promover a inserção das famílias desamparadas. O objetivo é fortalecer os vínculos sociais, aprimorar as relações de convivência e dotar os indivíduos de autonomia para que possam exercer um protagonismo em suas vidas (MDS, 2007).

Em uma sociedade desigual como a brasileira, o processo de exclusão e marginalização social é constante. Pereira (2007) destaca a importância do serviço de vigilância de unidades como Cras. A atuação dessas instituições auxilia na produção de indicadores que mensurem as carências da população de um determinado território. Esses parâmetros possibilitam a verificação dos resultados e impactos sociais de determinada política pública.

Ao lidar com desenvolvimento profissional de cidadãos inseridos em um contexto de vulnerabilidade, tanto o Cras como outras instituições de assistência se colocam diante de um grande desafio. Com as mutações do capital, novas demandas profissionais surgem diariamente e exigem uma postura diferenciada dos assistentes sociais. A atuação deles não se restringe mais a aspectos psicológicos e comportamentais, precisam adquirir base teórica em outras áreas, conhecimento técnico e visão político-administrativa (RAICHELIS, 2010).

5.2 Cras Casa da Família

O MDS (2009) considera que a implantação de qualquer Cras deve ser vista como uma estratégia de descentralização de serviços de assistência social, permitindo que o órgão se aproxime da realidade do município em que irá atuar bem como compreenda as particularidades de seu território.

A territorialização refere à centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como para seu enfrentamento. A adoção da perspectiva da territorialização se materializa a partir da descentralização da política de assistência social e consequente oferta dos serviços socioassistenciais em locais próximos aos seus usuários. Isso aumenta sua eficácia e efetividade, criando condições favoráveis à ação de prevenção ou enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, bem como de identificação e estímulo das potencialidades presentes no território. (MDS, 2009, p.15).

A instituição (ver Figura 2) está localizada na cidade de São Luís de Montes - GO, cuja população estimada é de 33.817 habitantes IBGE (2020). Conforme o Plano de Ação 2019, a unidade tem como quantitativo de referência o atendimento a 3.500 famílias por meio de ações interdisciplinares. A equipe é composta de colaboradores da área administrativa, orientadores sociais, psicóloga e pedagogos totalizando oito membros. Os serviços de proteção básica ofertados são balizados não apenas pelo PAIF, mas também englobam os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Figura 2 - Cras São Luís de Montes Belos - GO



Fonte: Registro feito pelo pesquisador 2019.

Consoante à Resolução nº 109, de 25 de novembro de 2009, o SCFV é uma intervenção social que busca criar um senso de pertencimento, fortalecer os vínculos familiares, compartilhar e refletir sobre experiências pessoais, incentivar a socialização e evitar a inserção em situações de risco. As ações são empreendidas em grupos diversificados em razão de sexo, raça, etnia, deficiência, idade, entre outros critérios. Possuem caráter preventivo e proativo, tendo o propósito de defender direitos e desenvolver capacidades de cada pessoa (BRASIL, 2009).

Uma das principais funções desempenhadas pela unidade pública de São Luís de Montes Belos consiste na coleta de informações sobre o perfil dos usuários atendidos, suas demandas e as fragilidades sociais recorrentes do município. Esses dados servirão de subsídio para criação de índices representativos do seu território de atuação, os quais poderão colaborar com a elaboração de políticas públicas de combate às situações de vulnerabilidade na cidade e região. Outra atribuição de

destaque é o auxílio no registro das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo (CadÚnico).

Segundo o Plano de Atividades 2019, vide Tabela 4, a atuação do Cras Casa da Família estava direcionada da seguinte forma:

Tabela 4 - Cronograma de Atividades 2019

AÇÃO	PERÍODO	LOCAL	AGENTE
Atendimento psicossocial/ encaminhamentos	Diário	Cras	Equipe Técnica
Visitas domiciliares	Demanda externa	Área de cobertura	Equipe Técnica
Acompanhamento SCFV	Mensal	Domicílio	Equipe Técnica
Acompanhamento PAIF	Mensal	Domicílio	Equipe Técnica
PAIF – Oficinas	Mensal	Cras	Equipe Técnica
Campanhas Socioeducativas	Calendário externo	Cras, Parceiros	Equipe Técnica
Palestras e eventos	Calendário externo	Cras, Parceiros	Equipe Técnica
Capacitação para o futuro	Dois encontros semanais	Cras	Orientador Equipe Técnica
Grupos de Estudos	Mensal	Cras	Coordenação
Reuniões de planejamento	Mensal	Cras	Coordenação

Fonte: Plano de Ação 2019 - Cras Casa da Família, ajustado pelo pesquisador.

Entre as ações previstas para aquele ano, o programa Capacitação para o futuro tinha como foco possibilitar a aprendizagem de jovens e colaborar com seu ingresso no mundo do trabalho local. Contudo, essa iniciativa não se limitava à geração de emprego e renda, ia além, pois suas atividades buscavam desenvolver princípios éticos, orientar sobre a relevância dos direitos humanos, da democracia, da cidadania e da inclusão social. Foi baseado nesse projeto que o pesquisador realizou os procedimentos de coleta de dados e as demais etapas previstas no cronograma.

A subseção seguinte trará esclarecimentos sobre o planejamento das atividades institucionais para o ano de 2020, as mudanças advindas da atual crise sanitária e como elas estão afetando o programa conduzido pelo órgão.

5.2.1 Plano de Ação Cras Casa da Família 2020

No início do mês de março de 2020, o Brasil começou a vivenciar as consequências provocadas pela pandemia eclodida com o surgimento do novo coronavírus. Denominada COVID-19, a doença é causada pelo SARS-CoV-2 e seus sintomas são múltiplos: tosse, febre, coriza, dor de garganta, perda de olfato, redução do paladar, cansaço físico e dificuldade de respirar. Alguns pacientes desenvolvem infecções assintomáticas, contudo ainda podem se tornar agentes transmissores (BRASIL, 2020).

Há um esforço coletivo por parte da comunidade médica e científica não apenas para atender as demandas população, mas também para desenvolver estudos que permitam a criação de uma vacina. Essa nova conjuntura mundial alterou radicalmente a rotina da sociedade, novas condutas sociais estão sendo divulgadas pelos meios de comunicação com o propósito de conter/minimizar o avanço da doença. Além disso, há em andamento uma reorganização na forma de prestação dos mais variados serviços e comercialização de bens.

Esse cenário, como não poderia ser diferente, afetou significativamente o planejamento de 2020 do Cras Casa da Família. A começar pela suspensão de qualquer atividade fora do escopo emergencial de distribuição de cestas básicas e atendimentos considerados prioritários pela coordenação. Por ser uma unidade com alta rotatividade e concentração de pessoas, foram estabelecidas inúmeras restrições ao atendimento presencial.

Diante disso, o programa de aprendizagem Capacitação para o Futuro teve suas atividades suspensas por período indeterminado. Essa interrupção do programa determinada pela coordenação da unidade, obedecendo às diretrizes estabelecidas pelo governo municipal e estadual, é compreensível e adequada. Porém, cabe ressaltar que a maior parte das atividades de coleta de dados foi realizada em 2019, fato que minimizou algumas dificuldades no momento da análise das informações obtidas.

5.3 Gestão territorial no âmbito do Cras

Diante de um contexto tão crítico, é natural que a maior parte do meio acadêmico e científico concentre suas ações em pesquisas voltadas para a área da saúde, buscando obter uma maior compreensão sobre o novo vírus e como

combatê-lo. Entretanto, essa crise sanitária também possibilita uma reflexão sobre o impacto territorial das ações governamentais no âmbito da assistência social, algo que Souza e Bronzo (2020) apresentaram como gestão territorial da proteção básica.

As autoras comentam que a delimitação do campo de atuação pautada no espaço geográfico ocupado pelas instituições era um tema ausente na elaboração de políticas voltadas à assistência social. A partir de 2004, a provisão dos serviços passou a considerar essa questão como elemento estruturante de suas ações (SOUZA; BRONZO, 2020). No que tange à realidade do Cras:

A política se organiza como sistema, sendo que a oferta de serviços se estrutura em dois níveis de complexidade: serviços de baixa complexidade, desenvolvidos nos Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e serviços de média e alta complexidade, desenvolvidos nos Centro de Referência Especializada de Assistência Social (Creas), discriminados a partir das situações de vulnerabilidade e riscos enfrentados pela população. No âmbito da proteção básica, os Cras possuem obrigatoriamente duas funções exclusivas: a gestão territorial da proteção social básica na sua área de abrangência e a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família [...] (SOUZA; BRONZO, 2020, p.58).

Levando em consideração a dimensão territorial e o Plano de Ação 2019, o Cras Casa da Família trabalharia no atendimento a 3.500 famílias. Esse público reside na cidade de São Luís de Montes Belos – GO, incluindo algumas comunidades rurais, as quais circundam o município. Entretanto, com a pandemia, esse número não condiz com a nova realidade do órgão. A própria instituição ainda não consegue delimitar com precisão o aumento no número de atendimentos.

Entre os fatores que dificultam essa mensuração está a diversidade de demandas inéditas que chegam à unidade. Um exemplo é o trabalho social feito junto aos beneficiários do Auxílio Emergencial provido pelo governo federal. Este auxílio faz parte de uma política de distribuição de renda, sendo uma das medidas adotadas para minimizar os impactos da pandemia no mundo do trabalho.

Esse recurso financeiro é disponibilizado àqueles que preencham alguns critérios, dentre os quais estão o nível de rendimento familiar e a questão do desemprego. Em todo o país, há uma grande parcela da população que é beneficiária deste recurso e a mídia vem noticiando as gigantescas filas de espera nas agências bancárias responsáveis pelo seu pagamento. Como não poderia ser diferente, essa também é uma realidade na cidade montebelense.

Nesse sentido, o Cras Casa da Família tem prestado um serviço social inédito em sua história, ver Figura 3. A equipe da unidade provê suporte psicológico e

alimentício aos beneficiários do auxílio que aguardam seu atendimento nas longas filas formadas na porta da agência bancária. Tal iniciativa confirma a seguinte afirmação: “A fragmentação das ações governamentais é um dos principais desafios a ser enfrentado no campo da gestão pública, pois evidencia múltiplos problemas de coordenação e a perda de consistência [...]” (SOUZA; BRONZO, 2020, p. 56).

Figura 3 – Atuação Cras Casa da Família



Fonte: Acervo Cras Casa da Família 2020.

O propósito desta subseção foi demonstrar, com um exemplo atual, a dificuldade de se estabelecer um limite de atuação para a unidade. Existe a necessidade de uma maior interação, integração e coordenação das ações promovidas por instituições que compõem a rede de assistência social. Esta grave crise sanitária apenas confirmou a ausência de sinergia e comunicação no planejamento e desenvolvimento das atribuições de cada entidade.

Souza e Bronzo (2020) destacam que o enfoque territorial não deve ser delimitado apenas por bairros, cidades ou outras medidas geográficas. Ele também precisa englobar as relações sociais, culturais e econômicas da região. As entidades

públicas não podem depender de mapeamentos genéricos para delimitar seu escopo de atuação. É importante observar as especificidades locais e o contexto social da população ali inserida. O poder público deve ofertar uma gama de serviços os quais sejam compatíveis com as reais necessidades daquele território.

A próxima subseção trará os pormenores do programa de aprendizagem conduzido pelo Cras Casa da Família. Serão descritas as atividades pedagógicas, a forma de condução do curso e a infraestrutura disponível.

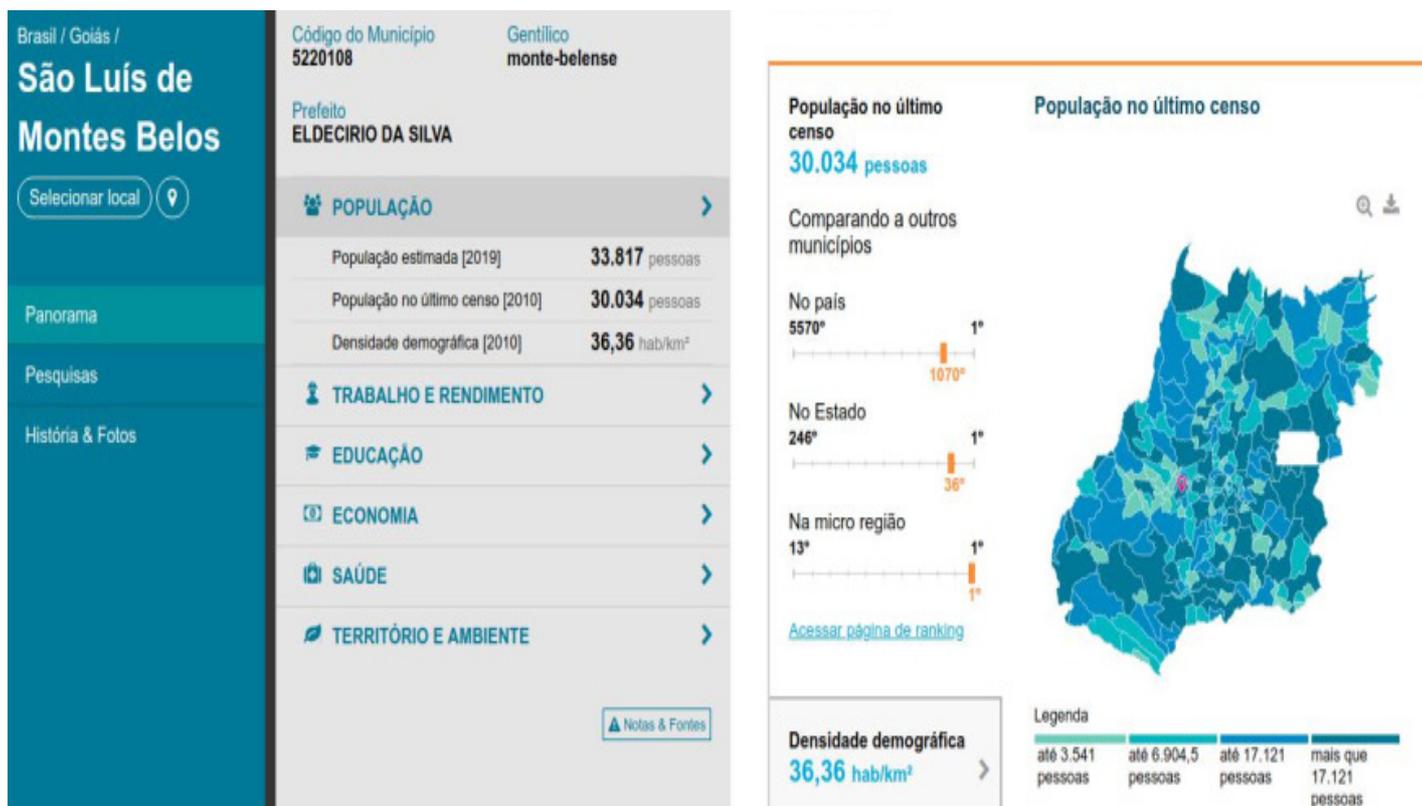
5.4 Programa Capacitação para o Futuro

A economia brasileira é formada por contrastes, pois em parte é constituída por empresas modernas, competitivas, com projeção internacional e que recebem subsídios governamentais (vide agronegócio). Ao mesmo tempo, existem organizações que necessitam lidar com a escassez de recursos, alta carga tributária, baixa produtividade e contínuo endividamento. Ademais, uma significativa parcela da população trabalha diariamente, na informalidade, apenas em busca da própria sobrevivência (SACHS, 2004).

Loureiro e Silva Neto (2018) destacam que o trabalho humano (em um contexto pós-moderno) prima o individualismo e não se atenta ao autorreconhecimento dos sujeitos. O labor vem sofrendo um processo de degeneração social e alienação universal em virtude da hegemonia do capital. As relações trabalhistas estão fragilizadas, direitos foram mitigados e a perspectiva de futuro é vislumbrada com preocupação.

É nesse cenário de disparidades e complexidades estruturantes que está inserida a classe operária jovem de uma cidade interiorana localizada a oeste do estado de Goiás. Com uma população estimada em 33.817 habitantes (ver Figura 4), São Luís de Montes Belos apresentou em 2017 um o salário médio mensal de 1.8 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas com algum tipo de ofício era de 19,3% em relação a sua população (IBGE, 2020).

Figura 4 - Panorama de São Luís de Montes Belos - GO



Fonte: IBGE Cidades 2020.

Pelo escopo de atuação (serviços de proteção social básica), percebe-se que a atuação primária do Cras Casa da Família não abarca a formação profissional de jovens. Na verdade, o programa surgiu dos pedidos de pais, avós e responsáveis atendidos pela unidade. Com a inerente dificuldade de se conseguir emprego, havia a preocupação com o futuro desses adolescentes. Por meio dessa contínua demanda, a elaboração de um programa de aprendizagem começou a ganhar espaço e relevância no planejamento da instituição.

Nesse contexto, surgiu o curso Capacitação para o Futuro. Entre suas principais diretrizes estão: impedir a evasão escolar, estimular a convivência social e familiar, fomentar a cidadania e preparar jovens para o mundo do trabalho. Para isso, as atividades e oficinas englobam palestras, grupos de estudo, práticas educativas, aulas teóricas e seminários que incentivem o desenvolvimento integral do aprendiz e o oriente em suas escolhas profissionais.

É importante ressaltar que o curso estava em construção e era um projeto piloto. Inclusive, parte da amostra desta pesquisa foi composta justamente pela primeira turma do programa. A coordenação da unidade relatou que a cerca de dois

anos havia um programa de aprendizagem⁶, o qual realizava suas atividades dentro das instalações do Cras. Porém, as oficinas que eram desenvolvidas resumiam-se ao cumprimento de requisitos estabelecidos pelo governo estadual, não existia uma integração com as ações do órgão, o qual apenas cedia o espaço físico.

Logo, diante da necessidade de atender os apelos de pais, avós, tios e responsáveis auxiliados frequentemente pela unidade, o curso de aprendizagem Capacitação para o Futuro deu seus primeiros passos. A princípio, consoante o Plano de Ação 2019, o programa tinha dois encontros semanais com duração de 90 minutos cada um. A equipe responsável por sua condução era composta de três colaboradores (dois pedagogos e uma psicóloga) do Cras e apoiadores das mais diversas áreas.

Esse apoio de pessoas externas à unidade, na verdade, podia ser considerado como uma espécie de parceria voluntária feita junto a empresas locais dos mais variados segmentos (têxtil, alimentício e comércio em geral) e outras entidades públicas, vide Universidade Estadual de Goiás, Câmara Municipal e a própria prefeitura. O tipo de colaboração de cada parceiro variava de acordo com sua disponibilidade, as atividades envolviam a realização de palestras, seminários, oficinas e visitas técnicas.

É importante ressaltar uma particularidade deste programa: a ausência de uma instituição parceira ofertante de cursos especificamente voltados para a educação técnica e profissional. Essa situação não infringe o disposto nas normas legais que regem o tema e pode ser explicada pelo fato do projeto de aprendizagem ainda estar em fase de estruturação e contar com uma equipe composta por três membros fixos, sendo dois pedagogos e uma psicóloga.

Consoante a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), os programas de aprendizagem serão ofertados em um dos três níveis: formação inicial por arco ocupacional, nível técnico e capacitação inicial para a qualificação em determinada função. O primeiro nível busca aumentar as opções para a inserção de aprendizes no mercado trabalho, contudo, difere das demais categorias por não envolver uma instituição ofertante de cursos técnicos e profissionalizantes, regularmente autorizados e reconhecidos pelos órgãos fiscalizadores (SINAIT, 2019).

⁶ O contexto histórico e as demais informações sobre esse programa de aprendizagem e sua relação com a instituição coparticipante serão apresentados na subseção 7.2 (Capacitação para o Futuro: os desafios da equipe Cras).

No que tange à estrutura física (ver Figura 5), os dois encontros semanais ocorriam na própria instituição ou na Oficina Mundo do Trabalho. As atividades desenvolvidas na sede buscavam estimular o pensamento crítico e abrangiam inúmeros temas: a importância de cuidar da saúde; cidadania e respeito mútuo; senso de coletividade; continuidade dos estudos; equilíbrio emocional; convívio familiar; escolha de uma carreira profissional, entre outros.

A metodologia de ensino adotada para trabalhar esses assuntos com os aprendizes consistia basicamente em:

- dinâmicas e exibição de filmes pertinentes a cada tema a ser tratado;
- estímulo ao trabalho em equipe por meio de atividades pedagógicas;
- aulas expositivas intercaladas com jogos e brincadeiras;
- qualificação básica ao adolescente na busca por emprego;

Figura 5 – Infraestrutura CRAS Casa da Família



Fonte: Acervo Cras Casa da Família 2019.

Outro elemento monitorado pela unidade era a motivação dos jovens, esse termo envolve foco, direcionamento, intenção e ação. Esse é um processo singular, pois os fatores que influenciam no comportamento de uma determinada pessoa podem não produzir o mesmo resultado em outro ser humano. As variáveis internas e externas que geram motivação são distintas para cada indivíduo, dependem do contexto social, nível de escolaridade, idade, gênero e perspectivas futuras. Logo, esse é um terreno em que não se pode destinar um tratamento padronizado (RYAN; DECI, 2000).

Nesse sentido, existe um espaço de suma importância para o programa chamado de Oficina Mundo do Trabalho, ver Figura 6. Nela eram desenvolvidas diversas atividades práticas englobando aulas gastronômicas, cursos estéticos, atividades lúdicas, esportivas e confraternizações. O propósito era estimular cooperação, participação, motivação, curiosidade, socialização, internalização dos conteúdos aprendidos, colaborar na construção da identidade social do jovem e agregar benefícios físicos e emocionais relacionados ao esporte.

Figura 6 – Oficina Mundo do Trabalho



Fonte: Acervo CRAS Casa da Família 2019.

A aplicação prática (ver Figura 7) de quaisquer conteúdos atua como elemento motivador e constitui-se em um fator crítico para a continuidade de qualquer aprendizado. Limitar o acesso apenas à teoria, além de restringir a capacidade de internalização, tende a provocar desinteresse do público-alvo. Embora a motivação seja uma variável predominantemente intrínseca, aspectos externos podem cooperar positivamente nesse processo (RYAN; DECI, 2000).

Figura 7 – Atividades práticas Oficina Mundo do Trabalho



Fonte: Acervo Cras Casa da Família 2019.

A próxima seção discorrerá a respeito do procedimento metodológico percorrido neste estudo. Serão apresentadas informações sobre o tipo de pesquisa, tamanho e escolha da amostra, instrumentos de coleta de dados e os autores que respaldaram cada opção escolhida.

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Uma pesquisa necessita de uma estrutura que facilite sua viabilidade de execução e propicie uma ordem lógica ao trabalho. Não há um único caminho e o arranjo metodológico poderá sofrer futuras alterações (LAKATOS; MARCONI, 2016). Nesse sentido, visando uma melhor compreensão do desenvolvimento deste estudo, foi feita uma divisão da parte metodológica.

Nesta seção serão apresentados aspectos técnicos e suas respectivas definições. Informações sobre a natureza do estudo, a população de aprendizes, a delimitação da amostra, os instrumentos de coletas utilizados e o porquê de sua adoção. A análise de resultados foi retratada em tópico posterior.

6.1 Natureza e tipo da pesquisa

Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa se propõe a compreender um fenômeno e as suas relações no macro e microambiente no qual esteja inserido. A interação dele com os objetivos da pesquisa, o diálogo com os teóricos que fundamentam o estudo desenvolvido e a busca por resultados que retratem com a maior veracidade possível a situação pesquisada. Ademais há a possibilidade de fazer reflexões sobre uma temática baseada em princípios científicos.

O propósito deste estudo, de natureza qualitativa, foi analisar o programa de aprendizagem Capacitação para o Futuro (coordenado pelo Cras Casa da Família, da cidade de São Luís de Montes Belos – GO) e sua contribuição para formação de seus aprendizes. Apesar de não ser usual a atuação de entidades assistenciais na preparação voltada para o mundo do trabalho, essa iniciativa surgiu após constantes apelos das mães de adolescentes atendidas pelo órgão. Havia uma preocupação com relação ao futuro desses jovens e por isso os contínuos pedidos de ajuda na busca por uma vaga de emprego.

Diante das particularidades desse contexto, esta pesquisa foi feita na forma de estudo de caso único e exploratório. Conforme Yin (2005), este é um modelo que requer a coleta e análise de dados com foco em um mesmo local/ instituição. Além disso, por ser uma das principais modalidades adotadas em trabalhos de natureza qualitativa, esta tipologia possibilita investigar um fenômeno com maior riqueza de detalhes e em seu cenário real.

Partindo do pressuposto que foram ponderadas questões teóricas e práticas, o desenvolvimento do estudo de caso e as respectivas atividades de campo tendem

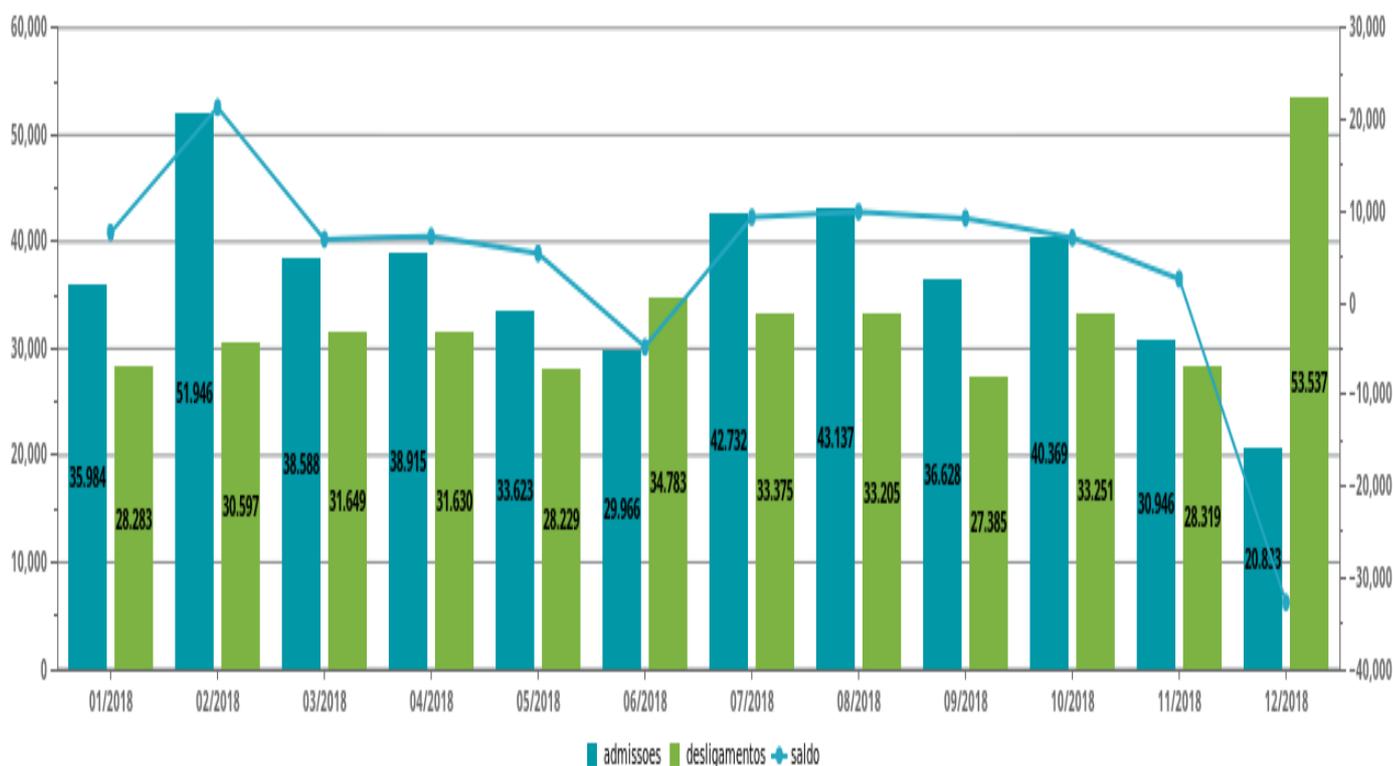
a ocorrer sem intervenções significativas por parte do pesquisador (YIN, 2005). Apesar disso, a normatividade do conhecimento científico e os conflitos que lhe são inerentes podem ser harmonizados pela ciência, tanto no quesito unidade como diversidade (MINAYO, 2001).

6.2 Delimitação da amostra e local da pesquisa

Segundo Correia (2006), no desenvolvimento de uma pesquisa é praticamente impossível (por vezes, economicamente inviável) analisar todos os elementos de uma determinada população. Não haverá uma maior precisão nos resultados, caso haja o acesso a todos os elementos de determinado conjunto universo. O grande volume de dados, a complexidade em seu manuseio e os eventuais erros em procedimentos de coleta geram uma maior probabilidade de ocorrer imprecisões.

A vinculação da amostra ao objeto ou questionamentos da pesquisa influencia na escolha e observação dos participantes, consoante Minayo (2017). O universo de aprendizes em território brasileiro é muito extenso. Dados referentes ao ano de 2018, disponibilizados pela Escola do Trabalhador, vinculada ao então MTE, apresentam um levantamento das admissões e desligamentos desses jovens. O Gráfico 5 demonstra a inviabilidade de se realizar um estudo de mínima credibilidade se não houver uma delimitação do campo de pesquisa.

Gráfico 5 - Admissões e desligamentos de aprendizes



Fonte: Escola do Trabalhador - Indicadores da Aprendizagem Profissional 2018.

Desse modo, foi feita a opção por trabalhar com uma amostra deste conjunto universo. Correia (2006) relata que o trabalho via amostragem de uma determinada população geralmente possibilita realizar inferências estatísticas de maneira mais segura. O principal aspecto é verificar a representatividade deste subconjunto bem como sua relevância científica e selecionar a característica em comum que será objeto de análise e reflexão.

A delimitação do campo desta pesquisa foi realizada seguindo os ensinamentos de Marconi e Lakatos (2016). Para as autoras, esse procedimento envolve o estabelecimento de limites para a investigação do objeto. Pode ser feito com base no assunto, na extensão e em uma série de fatores. Contudo, em alguns casos, o próprio assunto e os objetivos do estudo estabelecem as restrições de atuação.

Diante do exposto e por questões de logísticas, o Centro de Referência e Assistência Social de São Luís de Montes Belos – GO foi selecionado. Em relação à amostra, este estudo foi composto por dois grupos, aprendizes e colaboradores da unidade. Segundo informações do Plano de Ação 2019, havia 18 jovens

regularmente vinculados ao programa e três servidores diretamente envolvidos com esse projeto, sendo uma coordenadora e dois orientadores sociais.

A inclusão na amostra dos três membros vinculados à instituição coparticipante teve como a finalidade coletar dados, principalmente documentos e relatórios institucionais, de todas as partes envolvidas no processo de formação profissional. Ao identificar a visão, expectativas, resultados e dificuldades na condução do programa, espera-se ser possível compreender com maior clareza o processo pedagógico envolvido e como ele impacta na formação desses aprendizes no mundo do trabalho.

6.3 Instrumentos de coleta de dados

Nesta subseção serão descritos os tipos de instrumentos utilizados para a pesquisa de campo e quais autores respaldaram a escolha de cada um deles. Além disso, detalhes sobre a aplicação de cada instrumento, bem como a reação dos participantes serão apresentados. Posteriormente, em tópico distinto, serão expostos os resultados advindos do tratamento dos dados obtidos nessa etapa. Essa divisão entre aspectos técnicos e análises/inferências tem o propósito de facilitar a compreensão de como foi desenvolvido esse estudo.

6.3.1 Questionário

Minayo (2004) relata que durante a coleta de dados para uma determinada pesquisa o rigor metodológico e a prudência científica são importantes. Porém, a flexibilidade em adequar o planejamento previamente definido também tem grande relevância. Novas indagações, que surgirem durante os procedimentos de campo, podem auxiliar no entendimento de proposições contidas no referencial teórico, bem como redirecionar algumas premissas do estudo.

Na elaboração desse instrumento, foram adotados vários os ensinamentos de Hartmut Günther (2003). O autor menciona alguns cuidados com esse instrumento de pesquisa:

[...] Verifica-se a seguinte interdependência entre a elaboração de um instrumento e a estratégia de sua aplicação: (1) o grau de complexidade dos conceitos determina número de itens e forma de apresentação deles; (2) existe relação recíproca entre as características da população-alvo e a complexidade dos conceitos a serem investigados. Ambos determinam a maneira de transformação dos conceitos em itens (perguntas) e sua

administração; (3) o tamanho da amostra influencia a maneira de administrar o instrumento em termos de entrevista.

Além do mais, o tamanho da amostra é determinado pelos recursos (tempo, dinheiro e recursos humanos) disponíveis. Esta disponibilidade de recursos influencia o planejamento da administração do instrumento, bem como a codificação das respostas, seu processamento e, eventualmente, as possíveis análises (Günther, 2003, p.1).

O Cras Casa da Família integra o rol de instituições vinculadas à Assistência Social. Logo, foi natural encontrar aprendizes em situação de vulnerabilidade. Por isso, ao elaborar o questionário e durante sua aplicação, o alerta de Günther (2003) foi de suma importância. É preciso considerar o contexto social dos participantes; avaliar o tempo e esforço mental para responder os itens e estabelecer uma interação de respeito. Agindo dessa maneira, a probabilidade de se obter respostas autênticas poderá aumentar (GUNTHER, 2003).

Para a aplicação do questionário, foi previamente agendada uma data (31/01/2020) junto à coordenação. Essa precaução possibilitou a realização desta etapa sem interferências no andamento regular do curso. Todos os esclarecimentos e autorizações ⁷ necessários foram feitos pelo pesquisador juntos aos pais e aprendizes presentes. Além disso, para fins de transparência, um representante da coordenação foi convidado para acompanhar todos os trâmites dessa etapa.

Este instrumento de coleta de dados continha perguntas fechadas referentes às seguintes áreas: perfil, renda, escolaridade, participação no programa e estágio profissional. Baseado nessas temáticas, os questionamentos foram agrupados em cinco blocos. O primeiro foi composto por indagações referentes à idade, gênero sexual e etnia. Apesar de a questão racial ser um tema delicado, os aprendizes não manifestaram qualquer tipo de desconforto quanto ao conteúdo ali apresentado.

O segundo bloco abrangeu perguntas envolvendo a renda familiar desses jovens. Mesmo ciente de que os participantes estavam inseridos em um contexto de vulnerabilidade social, era necessário coletar maiores informações sobre os aspectos financeiros. Até porque uma das principais razões de eles terem ingressado no programa foi a necessidade de cooperar com o custeio dos gastos mensais de seus lares.

⁷ O detalhamento desse procedimento foi feito na subseção 6.4 (Critérios de seleção dos participantes).

Neste ponto foi possível observar a ânsia dos participantes em terminar o curso e conquistar uma vaga de emprego o mais rápido possível. De certa forma, eles deixaram transparecer um pouco da pressão social que sentem. Muitos deixaram a impressão de que será um enorme desapontamento caso o programa não lhes possibilite obter um trabalho remunerado.

No terceiro bloco as indagações envolveram a temática escolaridade e aqui cabe um registro interessante. Apesar de São Luís de Montes Belos ser uma cidade de interior, existem duas instituições de ensino superior (Universidade Estadual de Goiás e o Centro Universitário Montes Belos) que juntas ofertam uma pluralidade de graduações, sem contar as que atuam no ensino a distância. Em tese, isso significaria maiores oportunidades, contudo os aprendizes demonstraram desânimo com as opções disponíveis.

Embora haja o interesse em ingressar numa faculdade, os jovens mencionaram, informalmente, que os cursos de seus respectivos interesses estão disponíveis apenas em instituições privadas. Logo, no curto prazo eles não teriam condições de arcar com as mensalidades, mesmo com um possível emprego na condição de aprendiz.

Os dois últimos blocos foram elaborados com o intuito de identificar as razões que levaram os participantes a ingressar no programa, suas experiências profissionais anteriores e perspectivas de futuro. As impressões registradas durante a aplicação do questionário indicam que esses jovens têm esperança de conseguir um futuro melhor por meio da formação obtida no programa Capacitação para o Futuro.

6.3.2 Entrevistas

O uso de entrevista em uma pesquisa qualitativa tem de ser consciente e após um planejamento prévio de sua funcionalidade. Rosa e Arnoldi (2007) destacam a relevância desse mecanismo ao mencionar que a opção por essa técnica de coleta deve ser feita quando o pesquisador necessita de respostas aprofundadas e que tragam representação fidedigna aos resultados obtidos. Isso só poderá acontecer com a seleção de sujeitos participantes conhecedores do tema e que estejam aptos a emitir opiniões concretas a respeito do assunto.

Esse método de investigação científica é indispensável para estudos de natureza qualitativa (BARDIN, 2016). Seguindo as orientações de Lakatos e Marconi (2016), o modelo de entrevista adotado foi o semiestruturado. Este exige um roteiro prévio para guiar as ações do pesquisador, mas não restringe totalmente sua liberdade durante a aplicação, permitindo ajustes nos tópicos para comparações e reflexões futuras.

Uma precaução, levada em consideração, foi com relação ao momento de aplicação e a duração das entrevistas (MANZINI, 2004). O Cras Casa da Família possui diversas atividades e a equipe responsável⁸ pelo programa de aprendizagem não tem dedicação exclusiva, tendo que conciliar as demandas do curso com os demais afazeres que lhe são atribuídos. Logo, diferentemente dos aprendizes, os quais foram submetidos à aplicação de questionário em uma única data (31/01/2020), as entrevistas foram realizadas de acordo com a disponibilidade de cada colaborador.

Por ser considerada uma referência no tratamento de dados em pesquisas de cunho qualitativo, a análise do conteúdo foi baseada nos ensinamentos de Bardin (2016). Para a autora, esse tipo de análise organiza-se em torno de três polos: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A pré-análise consiste em:

É a fase de organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas.
[...] possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final (BARDIN, 2016, p. 125).

Bardin (2016) alerta que esta primeira etapa é composta de atividades não estruturadas. O processo envolve primeiramente a leitura flutuante, momento em que se estabelecem os documentos de coleta de dados, conhece-se o texto e faz-se a transcrição das entrevistas. Posteriormente, selecionam-se os documentos que serão analisados, formulam-se as hipóteses a serem verificadas e a elaboram-se indicadores. A autora comenta que o conjunto de documentos devem seguir algumas regras, entre elas destacam-se:

⁸ Os três colaboradores entrevistados foram identificados pela codificação C1, C2 e C3. Isso possibilitou manter o sigilo dos participantes e a transcrição literal de trechos considerados relevantes para os objetivos desta pesquisa.

- exaustividade: esgotar a totalidade da comunicação, nenhum elemento poderá ficar de fora;
- representatividade: a amostra selecionada deve conter informações representativas do universo a ser pesquisado;
- homogeneidade: os dados coletados devem obedecer a critérios precisos de escolha e referir-se ao mesmo tema;
- pertinência: os documentos precisam ser pertinentes aos propósitos da pesquisa.

O segundo polo é a exploração do material. Neste ponto, Bardin (2016) trabalha a codificação dos dados brutos, a definição de categorias de análise em razão de elementos com características comuns e a identificação das unidades de registro. Isso envolve conteúdo, temas, palavras ou frases, além das unidades de contexto, que auxiliam na compreensão do conteúdo da mensagem.

O terceiro polo refere-se ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Por ter uma abordagem qualitativa, a pesquisa apresenta determinadas particularidades. “É válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou variável de inferência precisa, e não em inferências gerais” (Bardin, 2016, p. 145).

Para desenvolvimento deste procedimento, foi elaborado um roteiro buscando verificar como a atuação desses participantes e da instituição contribui efetivamente para a formação profissional dos aprendizes. Os questionamentos envolveram o planejamento do curso; ações em andamento; oficinas; mecanismos de seleção; acompanhamento de egressos; potenciais parceiros; contexto econômico; entidades fiscalizadoras e perspectivas de futuro.

Três representantes (dois pedagogos e uma psicóloga) do Cras participaram desta etapa, sendo que todos os esclarecimentos sobre os trâmites que envolveram esse estágio foram feitos, assim como o recolhimento dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) devidamente assinados. Durante a realização das entrevistas foram feitos alguns registros, os quais merecem alguns comentários adicionais.

Apesar de este procedimento ter sido gravado, os entrevistados demonstraram muita tranquilidade em relação ao conteúdo das perguntas. Foram diretos em suas respostas e bastante transparentes. Desde o início reconheceram a

importância do programa para o futuro de seus aprendizes, porém há uma preocupação com relação ao futuro da unidade e a continuidade de suas atividades, devido à atual conjuntura política.

Outro ponto que merece destaque é o acompanhamento psicológico conduzido pelo órgão, principalmente devido à vulnerabilidade social e emocional destes jovens. Este trabalho é importante, pois em muitos momentos os aprendizes não têm condições de assistir as aulas, algo que representa um desafio para o andamento das atividades pedagógicas em sala.

Consoante os ensinamentos de Bardin (2016), na etapa de pré-análise foi feita a transcrição das entrevistas, posteriormente sua compilação e leitura do material resultante. A última fase consistiu na interpretação dos dados, para isso as falas foram reunidas em categorias. Essa organização sistemática do conteúdo permitiu a realização de inferências, as quais são compatíveis com a fundamentação teórica e objetivos estabelecidos para essa pesquisa, e serão apresentadas na seção sete.

6.3.3 Observação direta

Jones (1981) retrata procedimentos necessários para realizar atividades direcionadas à observação de *locus* de pesquisa, bem como os cuidados ao monitorar e descrever o comportamento humano. Para o autor, a resposta às perguntas objeto de um experimento científico pressupõe uma análise casual e funcional. A primeira é capaz de identificar fatores espontâneos e a segunda lida com práticas contínuas de um determinado ambiente.

Como a pesquisa de campo foi conduzida por um único observador, alguns cuidados foram adotados com o intuito de minimizar possíveis distorções dos dados comportamentais obtidos. A opção por uma postura cautelosa deve-se à recomendação de Jones (1981) e Marconi e Lakatos (2016). Ao realizar esse tipo de trabalho, é desejável que haja mais de um pesquisador envolvido para que se possa comparar as variáveis comportamentais identificadas (JONES, 1981).

Contudo, o mesmo autor esclarece que é possível que apenas um observador apresente resultados fidedignos a uma determinada realidade. Para isso é necessária a aplicação das técnicas adequadas capazes de guiar suas ações e minimizar o subjetivismo da análise (JONES, 1981). Nesse sentido, a obra de Marconi e Lakatos (2016) foi de sua importância, pois as autoras apontaram as vantagens e desvantagens ao se optar por realizar algum tipo de observação.

A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar fatos e fenômenos que se deseja estudar. É um elemento básico de investigação científica, utilizado na pesquisa de campo e se constitui na técnica fundamental da Antropologia. A observação ajuda o pesquisador a identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social (MARCONI; LAKATOS, 2016, p. 173-174).

Há uma série de vantagens e desvantagens científicas ao se adotar a observação. Contudo, o primeiro cuidado é ter consciência de que ela por si só não é suficiente para a coleta de dados durante a pesquisa de campo. Existe a necessidade de aplicar outras técnicas complementares nessa etapa do estudo (MARCONI; LAKATOS, 2016). Eis as principais vantagens:

- possibilita estudar uma ampla variedade de fenômenos, inclusive aspectos comportamentais dos participantes;
- menos reflexiva e exigente para o pesquisador responsável;
- permite detectar dados não abrangidos por outras técnicas, como é o caso da entrevista e do questionário.

Entre as desvantagens podem-se listar as seguintes: criação de impressões positivas ou negativas a respeito dos participantes, a ocorrência simultânea de fenômenos relevantes para o estudo os quais podem ser ignorados pela impossibilidade de observá-los ao mesmo tempo e o surgimento de fatos imprevistos que comprometam o andamento dos trabalhos, incluindo aspectos da vida cotidiana, particular e social (MARCONI; LAKATOS, 2016).

Diante do exposto, é importante relatar uma precaução adotada nessa fase. Trata-se do tipo de convivência estabelecida com os jovens aprendizes. O pesquisador procurou manter um tratamento amistoso e de muito respeito, sempre mantendo certo distanciamento social para não ser influenciado durante as atividades de observação. Além disso, com as constantes visitas à instituição, eles foram se acostumando à presença de mais um “aluno” em sala de aula.

Este instrumento de coleta de dados foi utilizado com o propósito de identificar minúcias do cotidiano dos aprendizes e demais profissionais ligados direta ou indiretamente ao curso. Foi concedido ao pesquisador amplo acesso às

instalações em que o programa de aprendizagem é desenvolvido. Com isso os registros provenientes da observação (realizados por meio do aplicativo bloco de notas) puderam ser feitos com tranquilidade.

Apesar de as atividades teóricas ocorrerem na sede da unidade e as práticas nas dependências da Oficina Mundo do Trabalho, as anotações de campo foram feitas de maneira conjunta em um único arquivo. Elas indicaram que os aprendizes demonstravam maior ânimo e interesse com o aprendizado obtido na oficina. Nas tarefas propostas na sede, em várias ocasiões eles se dispersavam, exceto quando eram ministradas dinâmicas em grupo.

Um exemplo claro dessa situação pôde ser visto foi no momento em que uma das professoras apresentou o conteúdo teórico referente à comunicação verbal e os benefícios de se tornar um leitor assíduo. Durante a exposição dos conceitos houve pouca interação por parte dos jovens, contudo, quando foi anunciada uma simulação de uma entrevista de emprego eles se animaram e ficaram inquietos.

6.4 Critérios de seleção dos participantes

A transparência foi princípio fundamental durante o levantamento de campo, por isso todos os esclarecimentos necessários para cumprir a legislação e os preceitos éticos foram respeitados. O primeiro passo foi a apresentação à Coordenação do Cras Casa da Família de documentação emitida pelo Instituto Federal Goiano autorizando a realização da pesquisa.

Posteriormente, na própria sede da unidade, foi agendada uma reunião com os orientadores sociais e a responsável pela gestão do programa de aprendizagem para esclarecimentos pormenorizados sobre os objetivos e relevância da pesquisa proposta. Além disso, foram apresentados os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).

Durante esse encontro (27/01/2020), foi feito o convite formal para a coordenadora da instituição e os dois instrutores, além do recolhimento dos TCLE's assinados. Ademais, com o aval e suporte da coordenação, foi definida a data (31/01/2020) mais apropriada para uma reunião com os pais/responsáveis, juntamente aos aprendizes.

Nessa oportunidade, foram apresentadas todas as explicações pertinentes à pesquisa. Também houve a leitura e esclarecimentos sobre o conteúdo dos termos autorizativos, suas finalidades, os procedimentos envolvidos, possíveis desconfortos

e benefícios, a garantia de sigilo, liberdade para recusa e as implicações de um possível aceite. Àqueles que manifestaram interesse, foi concedido um tempo adicional para reflexão e nova leitura do termo, se assim desejassem, antes da sua devolução devidamente assinado.

Cumprido ressaltar que a participação dos aprendizes foi condicionada ao atendimento de três pré-requisitos cumulativos:

- Estar regularmente vinculado ao programa;
- Assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) pelo jovem;
- Assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos pais/responsáveis ou pelo aprendiz quando fosse maior de 18 anos;

Entretanto, em respeito à liberdade individual, não foi feito nenhum tipo de imposição para a participação dos jovens nessa etapa. Havia a abertura para manifestação formal de recusa ou desistência e isso poderia ser feito a qualquer momento tanto pelo participante como por seu responsável legal, sem que implicasse ônus à pessoa.

6.5 Aspectos Éticos

O Ministério da Saúde, por meio do Conselho Nacional da Saúde (CNS), editou a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Tal normativo foi editado considerando que o progresso da ciência, da tecnologia e de seus benefícios atuais e potenciais não pode dispensar o respeito aos princípios éticos. O documento preconiza que o assentimento da pessoa envolvida no estudo deve ser livre e esclarecido.

Posteriormente, no uso de suas competências regimentais, o Plenário desse Conselho homologou a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Este ato normativo considera a ética um elemento fundamental para o respeito e proteção da dignidade dos participantes durante a realização de pesquisas científicas. Seus regramentos são aplicáveis em procedimentos metodológicos que envolvam a coleta de dados e informações de indivíduos identificáveis (BRASIL, 2016).

Com o propósito de conduzir o estudo dentro dessas diretrizes e preservar a integridade dos participantes, este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal Goiano. Somente após a autorização do

colegiado foram iniciados os trâmites para o levantamento de campo e os procedimentos de coleta de dados.

A anuência do participante só poderá ser aceita após a apresentação e compreensão da natureza da pesquisa, objetivos, métodos, benefícios, riscos potenciais, possíveis incômodos e a manifestação do participante de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida (BRASIL, 2012). Logo, o uso dos instrumentos de coleta de dados foi condicionado à assinatura dos termos autorizativos.

Especificamente para os membros do Cras, pais e/ou responsáveis, foi disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), vide Apêndices 4 e 5. O aval dos jovens foi obtido via Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), o qual foi redigido em linguagem clara e objetiva, conforme Apêndice 6. Essa precaução buscou proporcionar maior transparência e compreensão dos objetivos desse estudo e como se daria a contribuição dos envolvidos.

Essa conduta teve o respaldo teórico de Manzini (2004). Para o autor, os instrumentos de coleta de dados devem ser elaborados considerando as peculiaridades do público-alvo e isso requer alguns cuidados. Entre eles, destacam-se a atenção com a linguagem utilizada, a forma dos questionamentos, o roteiro contendo as perguntas e o local em que serão realizados os procedimentos (MANZINI, 2004).

A privacidade de todos os membros que contribuiram direta ou indiretamente com a pesquisa foi preservada. Para isso, a identificação foi feita por meio de letras e números, sendo que com essa medida esperou-se ter uma maior liberdade e transparência nas respostas. A participação foi facultativa e apesar de informar sobre a possibilidade de desistência, não foi registrado nenhum tipo de ocorrência.

Não foram registradas situações excepcionais as quais pudessem colocar em risco a integridade dos participantes e conseqüentemente suspender ou até mesmo encerrar precocemente a pesquisa. Toda documentação associada a esse trabalho foi arquivada e estará sob a responsabilidade do pesquisador pelo período de cinco anos, a contar da finalização do estudo. Após esse prazo, os termos autorizativos e outros documentos físicos serão descartados, as mídias digitais serão apagadas.

A próxima seção trará a análise dos dados provenientes das atividades de campo e as possíveis inferências ao relacionar os achados científicos com a

fundamentação teórica norteadora deste estudo. Novamente, será possível visualizar como contexto social da educação profissional e tecnológica impacta a vida dos colaboradores da unidade, aprendizes e seus familiares.

7. Análise e discussão de Resultados

O objetivo desta pesquisa foi analisar a contribuição para a formação profissional dos aprendizes vinculados ao programa Capacitação para o Futuro, ofertado pelo Cras Casa da Família, unidade São Luís de Montes Belos – GO. Para atingir esse propósito, optou-se por dividir os procedimentos metodológicos em duas etapas. A primeira expôs aspectos técnicos e teóricos da metodologia adotada e foi descrita na seção seis.

Naquele ponto foram apresentadas informações relativas à natureza qualitativa deste estudo, a população de aprendizes, a delimitação da amostra, os instrumentos de coleta dados (entrevista, questionário e observação direta) utilizados e as razões de sua escolha. Nesta seção será trabalhada a análise e discussão dos resultados obtidos após a pesquisa de campo, o tratamento dos dados e sua correlação com as bases teóricas que fundamentam esta pesquisa.

7.1 Capacitação para o Futuro: a percepção de seus aprendizes

Inicialmente, o curso contava com a presença de 18 aprendizes, os quais representavam a amostra desta pesquisa. Entretanto, a aplicação dos questionários foi feita com 10 jovens. Essa redução ocorreu devido ao descumprimento de um dos três pré-requisitos condicionantes à participação: vínculo regular com o programa; assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) e/ou assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos pais/responsáveis ou pelo aprendiz, quando for maior de dezoito anos.

É importante ressaltar que a taxa de retorno durante a aplicação de questionários, em média, tende a alcançar 25%. Isso ocorre por diversos fatores tais como: extensão do instrumento, facilidade de preenchimento, interesse em cooperar e atendimento aos critérios pré-estabelecidos (LAKATOS: MARCONI, 2016). Apesar desse decréscimo no número de participantes da amostra inicialmente estabelecida, os dados obtidos possuem relevância científica, haja vista uma taxa de retorno equivalente a 55%.

Feito este esclarecimento e dando prosseguimento à estrutura metodológica proposta na seção seis, os questionamentos foram agrupados em cinco blocos, os quais constituíram as categorias de análise das respostas obtidas pelos aprendizes.

- Perfil etnográfico

Esta categoria foi composta por três perguntas, as quais buscaram delinear o perfil dos aprendizes vinculados ao curso, especificamente sua idade, gênero sexual e etnia. Em relação à faixa etária, quatro são maiores de dezoito anos e os demais ainda não atingiram a maioridade civil. O gênero feminino e a coloração da pele parda ou mulata predominam entre sujeitos, totalizando 70% da amostra.

Os dados obtidos neste primeiro bloco permitem uma reflexão pautada nos ensinamentos de Saviani (2009). O autor declara que os ambientes pedagógicos são como espelhos que demonstram as particularidades de cada indivíduo e seu contexto social. Contudo, as distinções de cor, raça, credo, classe, entre outras não são suficientes para inferências quanto a sua capacidade cognitiva e possíveis resultados acadêmicos, essa ideologia pertencente à pedagogia tradicional, tendente à estratificação de pessoas.

- Renda

O segundo bloco abrangeu questionamentos envolvendo o rendimento do participante e de sua família. Metade da amostra (cinco) possui um rendimento mensal de um salário mínimo e o restante, dois ou mais. Dois aprendizes têm familiares que residem em sua casa recebendo algum tipo de ajuda financeira do governo. Diante dessa conjuntura, chama a atenção que apenas três jovens relataram contribuir no custeio das despesas de seu lar.

Esse percentual de 30%, o qual colabora com a renda familiar, corresponde ao quantitativo de aprendizes que já estão inseridos no mundo do trabalho. Os demais também possuem essa pretensão, assim que conseguirem um ofício remunerado. Esta realidade condiz com o pensamento de Frenzel e Bargagi (2014), os autores apontam a necessidade precoce e a pressão com que os jovens lidam diariamente na busca por um trabalho.

Além de almejar a independência financeira, eles precisam contribuir na manutenção dos gastos com moradia, alimentação, vestuário, medicamentos, entre outras necessidades de seus familiares. Essa conjuntura assemelha-se ao pensamento de Rizzo e Chamon (2011), eles enfatizam que uma das consequências de se ter um emprego é a criação de um senso de responsabilidade. Não só com relação ao seu próprio futuro, mas também para o bem estar de seus entes queridos.

- Educação

A terceira categoria trouxe indagações englobando a variável escolaridade, tanto do aprendiz como dos demais membros de sua família⁹. O objetivo dessas perguntas foi identificar o grau de instrução dos participantes, o contexto educacional em que esses jovens estão inseridos, as suas perspectivas futuras e a taxa de evasão escolar. Essa análise foi importante, haja vista que uma das finalidades dos programas de aprendizagem é o fomento à educação.

Para facilitar a visualização e interpretação desses dados, foi elaborada a Tabela 5. Esta técnica facilita a compreensão por parte do leitor, possibilita relacionar assuntos, proporciona uma visão consolidada dos dados obtidos e auxilia no processo de classificação das informações (LAKATOS: MARCONI, 2016). Por se tratar de uma amostra relativamente pequena, a tabulação foi manual e os valores foram trabalhados em termos absolutos.

Tabela 5 – Escolaridade de aprendizes e familiares

Público	Fundamental Incompleto ¹⁰	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo
J O V E M	01	03	06	---	---
#	#	#	#	#	#
F A M Í L I A	06	03	03	01	03

Fonte: Dados da pesquisa 2020.

Ao trabalhar o quesito escolaridade no âmbito dos programas de aprendizagem, é importante ressaltar as orientações normativas sobre esse tema. Existem diversos critérios para o ingresso em tais cursos, vide o limite de idade.

⁹ Nesta definição de família, consideram-se as pessoas que residem juntas na mesma casa.

¹⁰ A coluna intitulada ensino fundamental completo foi desconsiderada, tendo em vista que nenhum participante declarou possuir esse grau de instrução. Sua ausência não comprometeu em nada a análise e interpretação dos dados.

Contudo, para que as empresas estabeleçam um determinado nível escolar para o exercício de uma função por parte dos aprendizes, é obrigatório que isso seja feito de acordo com Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), elaborada pelo Ministério da Economia (SINAIT, 2019).

Nesse sentido, atribuições que demandem conhecimentos de nível superior devem ser desconsideradas (BRASIL, 2018). O propósito desses cursos é a oferta de uma formação continuada e agregadora para que os jovens possam lidar com as complexidades crescentes do mundo do trabalho. A imposição de um patamar desarrazoado de escolaridade atuaria com um mecanismo de exclusão no âmbito dessa política de primeiro emprego (SINAIT, 2019).

Tendo por base os dados da Tabela 5, percebe-se que mais da metade (seis) dos participantes já concluiu o ensino médio e outros três estão caminhando para isso. Ao analisar esses dados, conjugando-os com as informações obtidas sobre a renda dos aprendizes e seus familiares, os ensinamentos de Saviani (2009) são esclarecedores. O autor destaca que a escola está muito distante de ser um instrumento de equalização e emancipação social, o sistema de ensino tem conduzido o movimento proletário em uma direção que atenda em grande parte os interesses de uma minoria burguesa.

Esse raciocínio é totalmente contrário à perspectiva de Freire (2006). O eminente autor compreende a educação como uma forma de intervenção no mundo. Não apenas como um mecanismo para aquisição, reprodução e aplicação dos conhecimentos, mas também com um meio capaz de romper com uma ideologia dominante e dar voz aos oprimidos do sistema. O avanço da ciência e tecnologia não pode atender apenas aos anseios de uma pequena parcela da população, o ensino deve romper barreiras.

Um dos objetivos específicos desta pesquisa foi identificar elementos que pudessem interferir direta ou indiretamente na formação profissional ofertada pelo Cras Casa da Família. Nesse sentido, a variável escolaridade tende a demonstrar uma influência positiva. Durante as aulas e palestras, os professores e convidados ressaltaram por inúmeras vezes o papel da educação no futuro profissional de cada um deles. Destacaram que a formação técnica destinada pelo programa deve ser vista como uma etapa capaz de propiciar novas oportunidades.

No entanto, essa influência positiva da educação na formação desses jovens não deriva somente dos apelos feitos pelos colaboradores do programa. Essa constatação foi confirmada por meio da observação sistemática conduzida no decorrer dos trabalhos de campo. Essa técnica permite que pesquisador planeje suas atividades e foque sua análise em fatores que possam contribuir para atender aos objetivos da investigação, desconsiderando eventos aleatórios (LAKATOS; MARCONI, 2016).

Por intermédio dessa modalidade de observação foi possível perceber como o tema faculdade era recorrente nas conversas entre os aprendizes, sendo visto como um caminho para melhorar de vida. A Tabela 5 apresenta um contingente de familiares que possuem ou tiveram contato com a educação superior e eles foram citados pelos participantes como exemplos a serem seguidos. Os jovens continuamente debatiam sobre as opções de graduação existentes na cidade e os interesses e aptidões de cada um.

Outra reflexão possível a partir da referida tabela é com relação ao tema evasão escolar, o qual tende a ser um fator que interfere na formação dos jovens. O Sinait (2019) esclarece que para manutenção da condição de aprendiz, é necessário ter concluído o Ensino Médio ou estar matriculado e frequentando regularmente a escola. No caso de pessoas com algum tipo de deficiência, além de não existir um limite de idade, a comprovação de escolaridade considerará as competências inerentes à profissionalização.

Nesse ponto, seis participantes finalizaram o Ensino Médio e três caminham nessa direção, totalizando 90% da amostra. Esse é um percentual significativo, porém não é possível afirmar que o programa de aprendizagem tem influência direta nesse cenário. Seis jovens estavam no último ano dessa etapa escolar antes do início das atividades do curso. Há ainda o registro de um aprendiz matriculado no Ensino Fundamental, contudo isso não é um impeditivo para sua participação já que o programa encontra-se em fase de elaboração.

- Razões de ingresso e perspectivas com relação ao programa

O quarto bloco¹¹ de perguntas contidas no questionário foi direcionado para

¹¹ A partir desse bloco, existem questionamentos os quais permitem a justificativa por extenso da alternativa escolhida. Com o intuito de preservar a identidade dos aprendizes, a transcrição literal das respostas será feita por meio da codificação A1, A2 e assim sucessivamente.

obter respostas quanto às motivações que levaram os aprendizes a ingressar no programa, quem os influenciou, suas impressões e expectativas. Os dados obtidos a partir dessas indagações proporcionaram análises referentes a aspectos motivacionais e principalmente uma espécie de *feedback* (retorno) para a coordenação sobre o nível de satisfação dos alunos com o modo de condução do curso.

Ainda que o acesso à *internet* tenha se difundido em escala global, nenhum dos participantes soube da existência do programa por meio dessa ferramenta. Sete aprendizes (70% da amostra) relataram que foram influenciados a participar do curso pelos pais e ou responsáveis. Esses dados ratificam os motivos que culminaram na criação do programa, ou seja, os constantes pedidos por parte dos familiares para que o órgão auxiliasse seus filhos na busca por um emprego.

Cumpramos ressaltar que essa interferência da família no futuro profissional desses jovens não é um comportamento inesperado, principalmente por se tratar de um público inserido em um contexto de vulnerabilidade social. Frenzel e Bardagi (2014) destacam que a procura de emprego (muitas vezes de maneira precoce) pelos adolescentes fundamenta-se não apenas na almejada independência financeira, mas também na real necessidade de contribuir para o custeio das despesas mensais de suas famílias.

Com relação ao nível de satisfação com as aulas/atividades práticas e ao desempenho dos professores que compõem a equipe do programa, o curso teve uma avaliação positiva. Mesmo que tais indagações envolvam aspectos subjetivos, o fato de não haver registro de respostas de cunho negativo merece destaque. Inclusive, nove participantes (90% da amostra) ainda justificaram por extenso as alternativas assinaladas.

Segue relação das justificativas apresentadas para o quesito satisfação com as aulas/atividades práticas e professores:

- A1 satisfeito: “Você aprende várias coisas nas aulas”
- A2 satisfeito: “É ótima para a formação e meu aprendizado”
- A3 satisfeito: “Tudo no horário certo, lanche e etc.”
- A4 satisfeito: “São boas”
- A5 satisfeito: “Estou aprendendo”

- A6 muito satisfeito: “Pois aprende coisas novas e que precisamos delas na vida”
- A7 muito satisfeito: “O programa irá me capacitar para o mundo do trabalho”
- A8 muito satisfeito: “O empenho da professora”
- A9 muito satisfeito: “O professor possui uma boa dinâmica”

Pelo teor das respostas percebe-se que as expectativas dos aprendizes estão sendo atendidas. Eles têm valorizado o aprendizado contido nas atividades desenvolvidas e reconhecem a qualidade dos profissionais envolvidos em sua formação. Isso pode ser visto como um *feedback* positivo para o Cras, pois demonstra que o empenho da equipe (mesmo sendo um programa em fase de estruturação) tem sido apreciado pelos participantes.

Nesse sentido, os ensinamentos de Freire (2006) a respeito de comprometimento e generosidade daqueles que exercem a atividade docente são esclarecedores:

Saber que não posso passar despercebido pelos alunos, e que a maneira como me percebam me ajuda ou desajuda no cumprimento de minha tarefa de professor, aumenta em mim os cuidados com meu desempenho. Se a minha opção é democrática e progressista, não posso ter uma prática reacionária, autoritária, elitista. Não posso discriminar o aluno em nome de nenhum motivo. A percepção que o aluno tem de mim não resulta exclusivamente de como atuo, mas também de como o aluno entende como atuo. [...] Precisamos aprender a compreender a significação de um silêncio, ou de um sorriso ou de uma retirada da sala. O tom menos cortês com que foi feita uma pergunta. Afinal, o espaço pedagógico é um texto para ser constantemente lido, interpretado, escrito e reescrito. Neste sentido, quanto mais solidariedade exista entre o educador e educandos no trato deste espaço, tanto mais possibilidades de aprendizagem democrática se abrem na escola (FREIRE, 2006, p. 108).

A quarta categoria de análise foi encerrada abordando a questão das expectativas com o ingresso no programa. Macedo; Alberto; Araújo (2012) mencionam um caminho efetivo para se analisar o que adolescentes aprendizes esperam de seu futuro profissional: perguntas simples e objetivas. Esse tipo de indagação é importante, pois permitirá à entidade realizar os devidos ajustes em práticas que não estão suprindo os anseios dos jovens.

Neste quesito, eis as justificativas apontadas:

- A1 atendidas: “Você aprende várias coisas nas aulas”
- A2 atendidas: “Tudo o que eu esperava está sendo fornecido”
- A5 atendidas: “O programa me incentivou bastante”

- A6 atendidas: “Aprendi mais do que eu esperava”
- A7 atendidas: “Falta de interesse por parte dos colegas”
- A8 atendidas: “Ela está sendo superada por atender vários pedidos de jovem que quer entrar no mundo do trabalho”
- A9 superadas: “Tem questões que eu não imaginava no curso”

Analisar conteúdos que lidam diretamente com interesses individuais é tarefa delicada, exige prudência. Bardin (2016) alerta que esse tipo de análise pode se valer da inferência (dedução) desde que sejam adotadas algumas medidas: o emissor, o receptor e a mensagem (incluindo a codificação utilizada e sua finalidade) devem ser amplamente compreendidos por todos os envolvidos. Afinal, esse é um campo baseado em percepções e singularidades, logo não há que se falar em certo ou errado.

Nesse cenário, todos os aprendizes afirmaram que suas expectativas foram atendidas ou superadas. Entre as sete justificativas expostas, o participante A5 relatou o aumento em sua motivação. Conceitualmente, Ryan e Deci (2000) apontam que é possível comparar motivações de cunho interno (autêntica e endossada) e externo, a qual é proveniente de uma excitação ou incentivo momentâneo. Entretanto, baseado em um único questionamento dessa natureza, não é prudente fazer inferências sobre o tipo de estímulo a que o jovem se referia.

A justificativa do participante A8 abrange a inserção no mundo do trabalho, inclusive utilizando esta terminologia. É natural que os aprendizes tenham como um de seus principais objetivos a conquista de uma oportunidade de trabalho. Inclusive, a declaração do aprendiz A6 pode ser vista como uma confirmação da funcionalidade desses programas. Ao mencionar que o curso atende aos apelos de vários jovens, isso demonstra a dificuldade em se conseguir um emprego formal sem o apoio de uma instituição pública ou privada.

Essa realidade não é exclusividade da classe operária jovem de São Luís de Montes Belos – GO. O mundo do trabalho e suas contínuas mutações retratadas por Alves (2005) e Antunes (2016) têm como característica a exclusão de camadas sociais mais vulneráveis. Iamamoto (2018) chama a atenção que a lógica vigente é a de mercado, a qual privilegia os anseios de uma minoria e conduz à banalização do indivíduo. Contexto totalmente oposto ao preconizado por Marx (2013), o qual vislumbrava o conhecimento humano como instrumento de emancipação social.

- Estágio profissional e experiências anteriores

O último bloco de perguntas abrangeu a temática carreira profissional. Primeiramente, registra-se que o curso ofertado pelo Cras Casa da Família é a primeira experiência para oito participantes. Os demais (20% da amostra) já tiveram algum tipo de contato anterior com programas de aprendizagem. Isso confirma o propósito da existência de tais cursos, pois segundo o Sinait (2019) eles constituem uma das formas de materialização das políticas públicas voltadas para o primeiro emprego.

O passo inicial foi verificar se a condição de aprendiz está sendo útil ou não na busca de um emprego. Oito alunos assinalaram a resposta sim e cinco a justificaram, conforme transcrição literal:

- A1: “Sim, pois já me ajuda a trabalhar”
- A2: “Sim, por conta da experiência que é adquirida”
- A5: “Consegui meu primeiro emprego pelo programa”
- A6: “Através do programa ajuda você a procurar outro emprego por esse aprendizado”
- A7: “Pois o programa ensina a lidar com isso”

A exposição dos motivos demonstra que esses jovens creem nos benefícios dessa formação para conseguir um emprego. Todavia, aparentemente, não possuem uma visão clara de quais são essas vantagens. Em parte, isso pode ser explicado devido ao ineditismo do programa para a maioria dos participantes. Ademais, entre as respostas não foi reportada a falta de orientação e divulgação de informações por parte da coordenação e professores.

Continuando a análise sobre a utilidade da condição de aprendiz na procura por um emprego, dois participantes marcaram a opção indiferente e um a alternativa não, nesse caso foram registradas duas justificativas:

- A3 indiferente: “Pois eu não consegui emprego”
- A4 não: “Agora estudo o dia todo e não tem como trabalhar”

É nítida entre os participantes a necessidade e urgência em conseguir um emprego durante ou após o término do curso. Nesse sentido, os estudos de Gonçalves (2014) tendem a colaborar para uma melhor compreensão de posicionamentos semelhantes ao do jovem A3:

[...] grande contingente da população jovem a quem resta pressionar sua rede de contatos quando entendem ter chegado a hora de buscar uma

colocação no mercado. Motivados pela necessidade de obter renda para subsistência própria e/ou da família, ou acesso aos bens impostos a todos pela sociedade do consumo, ou pela descrença nos estudos como propulsor de melhores condições de vida no futuro, considerando o agravante que muitas vezes a escola é mais entediante do que motivadora e criativa, não lhes é garantida a oportunidade ao trabalho decente (Gonçalves, 2014, p. 193).

Em relação à declaração feita pelo aprendiz A4, os ensinamentos de Rizzo e Chamon (2011) são bastante assertivos. Os adolescentes veem no trabalho um mecanismo impulsionador de sua ascensão social, mas, ao mesmo, não possuem consciência das dificuldades inerentes à conciliação entre emprego e estudos. Administrar o próprio tempo é tarefa árdua, principalmente para um público com pouca experiência pessoal, profissional e acadêmica.

As últimas indagações dessa categoria de análise foram direcionadas para a emissão de opinião sobre a importância dos programas de aprendizagem e sua indicação ou não como uma opção para a formação profissional, ver Tabela 6. Nesse contexto, nove participantes reconheceram a relevância do curso e os benefícios para sua vida laborativa, as justificativas foram as seguintes:

Tabela 6 – Percepções sobre o programa Capacitação para o futuro

	IMPORTÂNCIA	INDICAÇÃO
A1	“Faz com que você melhore sua carreira profissional”	“Pois tem muitas pessoas que precisam, para entrar no mercado de trabalho”
A2	“O jovem aprende ter um pouco de responsabilidade e aprende muitas coisas com esse programa”	“Pelo programa você consegue muitos empregos e muitas experiências”
A6	“Isso abre portas para o primeiro emprego”	“Pois além de ajudar na capacitação, são passadas ótimas referências pelo trabalho prestado”
A8	“Pois estou tendo experiência”	----
A9	“Porque o programa me ajuda muito”	----

Fonte: Dados da pesquisa 2020 – elaborado pelo autor.

As declarações contidas na Tabela 6 permitem algumas reflexões sobre esse tipo de capacitação profissional e as impressões dos aprendizes envolvidos. No que tange aos programas de aprendizagem, as justificativas novamente confirmam sua importância para iniciar ou alavancar a carreira profissional dos jovens. Entretanto, as respostas dos participantes durante a aplicação do questionário, de um modo

geral, apontam que sua visão sobre essa formação se restringe quase que exclusivamente à busca de um emprego.

Não se pode afirmar que eles estejam equivocados em pensar dessa maneira. A atividade laborativa é relevante para população como um todo, principalmente em um sistema capitalista que tem como diretrizes a competição, meritocracia e acumulação de capital. Entretanto, não custa lembrar a estreita ligação da “Lei da Aprendizagem” com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e qual seria o seu papel na formação dos jovens da classe operária.

A princípio, a EPT foi idealizada buscando harmonizar os fundamentos de uma educação que não se restringisse a mera exposição teórica. O ensino deveria ser integral, unitário e omnilateral, em outras palavras, os conhecimentos adquiridos seriam úteis na vida acadêmica, laborativa, social e cívica. Contudo, esse modelo de formação, tal como foi idealizado, não foi efetivamente colocado em prática, tanto que os resultados apresentados são considerados insuficientes (CIAVATTA; RAMOS, 2011).

Essa constatação pode ser explicada pela forma como a EPT foi historicamente conduzida. A depender da ideologia política vigente à época, a concepção de uma formação unitária era modificada para uma visão tecnicista voltada ao atendimento das necessidades dos arranjos produtivos. A perspectiva politécnica e humanista dava lugar a políticas públicas pautadas no mercado de trabalho e no modelo de desenvolvimento econômico (AFONSO; GONZALEZ, 2016).

Influenciado por esses movimentos históricos, o fato de os participantes desta pesquisa enxergarem seu programa de aprendizagem apenas como uma ponte para a conquista de um emprego não é algo surpreendente. Na verdade, esse é apenas mais um exemplo da fragmentação existente entre educação e trabalho. Sendo que, para Ciavatta e Ramos (2011), fenômenos como esse são resultantes da ausência de uma política pública integrativa para o setor.

7.2 Capacitação para o Futuro: os desafios da equipe Cras

Os programas de aprendizagem buscam subsidiar a criação de oportunidades laborativas por meio de formação técnica de complexidade progressiva (SINAIT, 2019). Todavia, o Programa Capacitação para o Futuro é o primeiro contato da instituição com a capacitação profissional de jovens. Logo, com o intuito de

compreender como órgão está lidando com este novo desafio, foram feitas entrevistas com os colaboradores que lidam diretamente com os aprendizes. A seguir serão apresentadas as análises provenientes desta etapa, juntamente com suas respectivas reflexões teóricas.

- Origens, objetivos e expectativas com a criação do programa.

A ideia de trabalhar com cursos voltados para aprendizagem não algo novo para a instituição. A entrevistada C1 relatou que o órgão já havia tido contato com este universo dois anos atrás, contudo a experiência não foi vista de maneira tão positiva.

[...] acontecia oficinas dentro do Cras há muito tempo atrás, mas as oficinas não eram direcionadas especificamente para o mundo do trabalho. Elas eram ofertadas como forma de cumprir uma condicionalidade do governo, mas eu não sei muito bem sobre isso (C1).

As razões que levaram a criação do Programa Capacitação para o Futuro podem ser resumidas em uma palavra: necessidade.

[...] eu via necessidade devido às mães desses adolescentes terem me procurado. [...] olha meu filho não sabe nem falar direito. Assim, ele quer trabalhar, mas eu tô com medo de repente ele ficar frustrado e entrar para o outro mundo que seria muito ruim.

[...] foi criando essa necessidade, não de um ou outro, foram vários. [...] precisada dar um norte para esses meninos, uma autonomia de si. [...] nós só estamos tentando ajudar de algum jeito (C1).

A gente começa a fazer um atendimento e a pessoa fala que tem um filho e que ele precisa de um emprego. São mais mães e chefes de família que estão sozinhas cuidando de três, quatro filhos (C2).

Existe uma clara apreensão por parte dos pais em afastar seus filhos da criminalidade e outras mazelas sociais (MOURA, 2018). Esses relatos ratificam a preocupação da família com o futuro pessoal e profissional de seus filhos, algo natural em uma sociedade em que os jovens têm acesso a qualquer conteúdo por meio da *internet*. Em suma, os trechos anteriores e o apresentado a seguir ressaltam a aflição demonstrada pelos pais/responsáveis em ocupar o tempo ocioso dos adolescentes bem como a existência de uma demanda local não suprida.

A família tem que entender que às vezes não é nem o caso do jovem ter que trabalhar e sim ter uma perspectiva de futuro. Às vezes o menino é obrigado a ir para uma formação que ele não queria ir e aí que tipo de profissional ele vai ser. Tem um que disse que queria fazer Letras, mas o pai não deixa fazer Letras porque ele fala que é só para mulher. Pedagogia

não é direcionada para o homem. Agronomia é só pra quem quer trabalhar em roça (C1).

Afirmar que um programa de aprendizagem é a solução para todos esses problemas seria uma inverdade. Contudo, esse tipo de curso promove uma formação profissional que engloba simultaneamente educação e trabalho. Para Pacheco (2011), a combinação dessas duas variáveis proporciona ao indivíduo uma melhor interação com sua realidade, reafirma o papel da escola, fortalece a noção de coletividade e contribui para o desenvolvimento da democracia.

No que tange às pretensões da unidade com a criação deste curso, não se trata apenas de ajudar esses jovens a conseguir um emprego, ter mais autonomia e melhorar sua condição financeira. A unidade faz um trabalho mais abrangente envolvendo aspectos comportamentais, sentimentais e emocionais, tanto de aprendizes como de seus familiares.

Nós avaliamos a família como um todo e esses prontuários de acompanhamento fazem parte desse trabalho (C2).

A gente consegue fazer um tipo de acompanhamento com a psicóloga, a cada quinze dias ela pega eles para conversar. A gente consegue pegar muita coisa pelo olhar deles. O olhar deles é muito perdido e o comportamento diz muito. Mesmo que eles saiam daqui sem arrumar um emprego, mas com um sorriso. Isso já foi um ganho (C1).

Eu preciso trabalhar o lado emocional deles porque todos os que vêm aqui têm problemas. [...] é financeiro, cobrança demais, cobrança religiosa. Olha o caso dos dois meninos que estavam aqui, eles não arrumam emprego não é por causa da faixa etária, é porque são homossexuais e eles veem que é por causa disso. E aí a gente tenta mostrar para eles que não tem nada a ver isso, se são ou se não são, eles conseguem trabalhar. [...] essa coisa que fica dentro deles atrapalha a autoestima e eles não tem autonomia com a própria vida (C1).

[...] aí aqui é a hora de soltar esse grito que fica dentro deles. Eu não tô dizendo que eu vou revolucionar a vida deles, mas a gente pode tentar dar mais autonomia (C2).

Essas transcrições corroboram com o pensamento de Moura (2018), a autora reflete acerca dos fatores que influenciam os jovens a ingressar no mundo do trabalho. Entre as principais variáveis estão: independência financeira, contribuição para a renda familiar e notoriedade social. Ademais, Rizzo e Chamon (2011) debatem sobre os impactos psicológicos que um emprego pode acarretar na vida dos adolescentes. Com uma maior autonomia sobre suas finanças e o custeio de seus gastos pessoais eles melhoram a autoestima e criam um senso de responsabilidade.

- Interação com outros programas de aprendizagem, parcerias públicas e privadas, cenário político e econômico.

Então, tem outro que é do IEL¹², que esse é do estado. [...] basicamente o estado fornece para os adolescentes que estão dentro das escolas do ensino médio e todos que tão dentro da faculdade (C1).
[...] olha tem o Pró-Cerrado¹³ e o IEL (C2).

Pelas declarações citadas percebe-se que os colaboradores possuem poucas informações sobre outros programas de aprendizagem presentes no município e região. É possível que a falta de interação com outras organizações seja resultado de finalidades institucionais distintas. Nesse sentido, Souza e Bronzo (2020) explicitam que a existência de um distanciamento entre as entidades de caráter privado e os serviços públicos sociais provém da dificuldade em compatibilizar objetivos e metas, bem como estruturar maneiras de cooperação mútua.

As narrativas envolvendo parcerias e outras formas de cooperação, com órgãos públicos ou empresas privadas, merece um destaque:

[...] nós não temos um auxílio de outros órgãos (C1).
[...] aos poucos eu fui criando parcerias com algumas empresas, às vezes eles precisavam de um jovem aprendiz ou algo assim e a gente estaria encaminhando (C1).
Nós estamos tentando outras empresas, mas eu acho que falta o conhecimento dessas empresas relacionado até onde o aprendiz pode ir. [...] tem as limitações, ele não pode fazer hora extra, não pode trabalhar a noite, ele não vai poder ficar mais tempo que os outros lá dentro porque ele tem a escola dele, não pode trabalhar perigoso, ele não pode sofrer pressão, tá vendo que tudo limita a contratação (C1).
[...] também tem a Hering¹⁴, a nossa coordenadora tem um bom relacionamento com eles, e a gente orienta a pessoa em como fazer o currículo e procura ajudar nesse sentido (C2).
[...] nessa questão do trabalho a gente também encaminha para o SINE¹⁵, muitas vezes nosso assistente social chega a levar ele lá para fazer o cadastro e ver o que consegue para ela (C2).
Tem a questão da filantropia, acaba que a gente recebe um pouco de auxílio AFMBS¹⁶ e também tem a questão das igrejas que nos ajudam. [...]

¹² O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) atua na divulgação de vagas de estágio e intermediação com as empresas interessadas. Além disso, possui uma parceria com o Senai-GO na gestão de um programa de aprendizagem.

¹³ A Fundação Pró-Cerrado é uma organização sem fins lucrativos que atua por meio de parcerias com o poder público, a iniciativa privada e o terceiro setor. Entre suas finalidades institucionais destacam-se: divulgação de programas de intercâmbio, fomento ao ensino e ao trabalho, a preservação do meio ambiente, a promoção do bem estar e inclusão social.

¹⁴ A Companhia Hering é uma empresa especializada em vestuário, em 2015 inaugurou uma unidade fabril em São Luís de Montes belos – GO.

¹⁵ O Sistema Nacional de Emprego (SINE) é um órgão do governo federal criado com a missão controlar o pagamento do seguro-desemprego, unificar as oportunidades de trabalho e divulga-las por meio de suas agências regionais.

tem alguns projetos firmados, a Associação Nova Vida¹⁷ vai rodar um projeto em 2020 e as parcerias do Mundo do Trabalho. [...] o pessoal busca parcerias com lojas, algumas instituições públicas e supermercados para acolher esse pessoal. [...] a gente busca, liga nas instituições e a maioria diz que vai ajudar, mas não é uma coisa muito estruturada (C3).

Na subseção 3.3 desta pesquisa foram apresentadas as premissas básicas do novo programa governamental voltado para a EPT, denominado Novos Caminhos. Segundo o MEC (2019), o financiamento das ações envolvendo essa modalidade de ensino será feito por intermédio de parcerias e convênios com a iniciativa privada. Isso incluirá o fomento a projetos empreendedores, científicos e tecnológicos e tem como objetivo aproximar o setor produtivo e as instituições inseridas no âmbito da EPT.

O custeio da educação por meio de parcerias público-privadas é uma alternativa viável diante de limitações orçamentárias (PACHECO, 2012). Todavia, os relatos apresentados tendem a demonstrar que essas propostas governamentais ainda estão distantes da realidade do Cras Casa das Famílias. Percebe-se que há um esforço da unidade nesse sentido, mas ao que tudo indica são ações isoladas e baseadas no relacionamento da coordenação com as empresas e demais entidades.

Em relação ao cenário político, a crise econômica e seus possíveis impactos na condução das atividades do órgão, observa-se que não há um consenso entre os entrevistados:

[...] é necessário, eu vejo com bons olhos porque assim, a casa hoje estava bagunçada. Cada verba tem que ter a destinação correta e não dá pra gente saber que tipo de mudança que vai ter (C1).

Eu, quando jovem, fui da esquerda. Hoje eu sou a favor da iniciativa privada. Você tem que trabalhar e batalhar para ter uma casa própria, um carro, enfim (C2).

Teve corte verba, já começa por aí. Cortou da Saúde, da Educação e do tripé da previdência mesmo. Então para a questão social esse governo não está bom. [...] com o motivo de melhorar a economia tá havendo cortes e prejudicando a população que mais precisa, é o pessoal mais carente, que tem renda percapita de até R\$100,00 (C3).

- Órgãos de fiscalização e controle.

A fiscalização de entidades que ofertem cursos voltados para a capacitação de jovens será feita de maneira conjunta pelo Poder Judiciário, Ministério Público e Conselhos Tutelares. Estes têm papel fundamental no monitoramento de atividades

¹⁶ A Associação Filantrópica Montes Belos Solidária (AFMBS) é uma entidade privada de carácter beneficente com atuação no município de São Luís de Montes Belos – GO.

¹⁷ A Associação Nova Vida é uma instituição vinculada à Congregação Nova Vida, denominação cristã protestante com sede em São Luís de Montes belos – GO.

desenvolvidas por programas em que haja a presença de menores de 18 anos, incluindo a averiguação da estrutura física e da equipe de trabalho (SINAIT, 2019).

Ademais, as novas regulamentações legais do direito à profissionalização, provenientes do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, evidenciaram a importância da fiscalização dos contratos de aprendizagem por parte dos auditores fiscais do trabalho. Entretanto, as falas dos entrevistados demonstram que ainda há muito a ser melhorado neste quesito:

Quando vem uma fiscalização nesses programas é que a gente vê o que tá acontecendo de errado. [...] a gente começa a ver quem precisa muito e o porquê disso. [...] tipo o bolsa-família que é pra ajudar e não manter a família e o mesmo vale para os outros benefícios de prestação continuada. Não é seu acabou e ninguém vai tirar, existem algumas condicionalidades que faz com que você acabe não recebendo ele mais (C1).

[...] a questão do acompanhamento estadual acaba que é ausente, é um desafio, tem muita coisa que poderia ser melhorada se esses órgãos olhassem pra gente com mais carinho (C2).

Eu vejo fiscalização ativa por parte do conselho tutelar e geralmente porque alguém falou. É mais por meio de denúncia, mais de sair fiscalizando não (C3).

- Métodos de seleção e práticas pedagógicas.

Cada programa, respeitada a legislação regente, tem autonomia para definir seu processo de atração e seleção de candidatos (SINAIT, 2019). Todavia, as transcrições demonstram que ainda não existe qualquer tipo de procedimento formal no âmbito da unidade.

Não tem seleção formal, às vezes a gente numa casa e o pai fala que o menino não faz nada, só fica dentro de casa e que ele queria que ele trabalhasse. Aí a gente tenta fazer com que pai entenda que talvez não seja a hora do menino trabalhar, mas talvez é a hora de começar a preparar ele. Vai depender da situação, tem menino de dezoito anos que não sabe o que ele quer da vida, se ele vai continuar estudando ou se vai parar. Aí as atividades tentam ajudar nesse sentido. Agora tem que entender que eu não posso trabalhar todo dia com ele, tem as atividades específicas daqui (C1).

[...] fazer seleção formal aqui não faz, é por necessidade mesmo (C2).

Sobre o conteúdo de atividades ministradas no curso bem como as práticas pedagógicas envolvidas destacam-se os seguintes trechos:

Não tem como eu dar um curso nos padrões formais porque senão eles perdem o gosto pelo que estão fazendo. Veja comigo, se nós vamos dar uma palestra e tem muita fala, eles perdem o foco (C1).

Temos muitas novidades. [...] nós começamos a trabalhar oficinas na área de beleza e culinária e confeitaria. [...] também fizemos parceria com o

Senar¹⁸ para eles terem um desenvolvimento melhor, aprender a fazer alguma coisa e poder melhorar a sua renda. [...] são seis cursos: panificação, defumação de carne, artesanato, doces cristalizados, derivados do leite e da mandioca (C2).

Por meio da Secretaria de Assistência Social de São Luís e juntamente com o Senar que entra com o curso e material e a prefeitura ajuda com os lanches (C3).

A perspectiva gramsciana defendida por Nosella (2010) considera que a formação de qualquer membro da classe trabalhadora deve se pautar pelo reconhecimento de seus direitos, deveres, responsabilidades sociais e cívicas junto à sociedade a que pertence. Nesse mesmo sentido, Pacheco (2011) ressalta que as experiências e conhecimentos adquiridos no ensino profissional contribuem para a formação da juventude ao dotá-los de capacidade de discernimento e escolha.

A vertente defendida por Nosella (2010) e Pacheco (2011) é a mesma que fundamenta teoricamente esta pesquisa. Contudo, os procedimentos de campo (incluindo a fase de observação) demonstram que a unidade está fazendo o que é possível para fornecer uma formação aos seus aprendizes. Embora não haja indícios que o programa possua um método ou práticas pedagógicas, previamente definidos, e que orientem a condução das atividades.

- Equipe Cras: características e expectativas.

É a minha primeira experiência com aprendizes (C2).

Eu tinha contato com jovens, mas era um atendimento mais pontual na área da saúde. [...] não é fácil porque eu lidava com outro público-alvo, gestantes e crianças (C3).

Minha equipe hoje, com a entrada de novos técnicos, eles são engajados, acatam tudo de uma forma muito rápida. Todo mundo está trabalhando. [...] um exemplo foi a renovação das atividades no Mundo do Trabalho (C1).

Não restam dúvidas acerca dos vetores responsáveis pela criação do programa: necessidade, carência e urgência. Não houve um planejamento prévio, o que explica o momento de estruturação do curso. “Quem tem fome, quem está em situação de vulnerabilidade, tem pressa e não dá pra gente ficar esperando” (C1). Esta realidade pode ser exemplificada pela ausência de treinamento por parte da equipe responsável por conduzir as atividades do curso.

A gente até pediu, solicitou um curso de capacitação. Só que por enquanto nada e é por conta própria mesmo. [...] é na marra e acaba que

¹⁸ O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) é uma entidade voltada para formação profissional a nível rural, incluindo a promoção de bem estar social para jovens e adultos.

sobrecarrega também porque tem muita coisa que a gente não consegue lidar no momento e vai acumulando (C2).

Estes achados científicos ratificam a utilidade da proposta de produto educacional contida nessa pesquisa. A próxima seção apresentará esse conceito e discorrerá sobre suas potenciais formas de auxiliar a instituição no planejamento e condução das atividades voltadas aos aprendizes.

8. Produto Educacional

O Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), vinculado ao Instituto Federal Goiano, tem como exigência a apresentação de um produto educacional. Esse é um diferencial do mestrado profissional, pois, além da dissertação, o discente tem que cumprir esse requisito para obtenção do título. O produto buscará melhorias no desenvolvimento de atividades ou processos de trabalho e deve ter relação com campo de atuação do estudante.

Moreira e Nardi (2009) relatam que existem comunidades de pesquisadores os quais produzem conhecimento e são reconhecidos internacionalmente. No entanto, apesar dos esforços e valorosas contribuições de tais pesquisas, ainda há espaço para produções científicas que impactem de modo significativo o ambiente pesquisado, mesmo que seja algo restrito àquela localidade.

Os mestrados profissionais podem atuar nesse sentido. Especificamente no caso do ProfEPT, por ser da área de Ensino, existem diversas alternativas de produtos educacionais. Elaboração de mídias, matérias interativos, aplicativos e eventos podem ser citados como exemplos. O importante é que tais propostas agreguem valor e contribuam para a melhoria do ambiente pesquisado, além de serem associados à Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Ribeiro (2005) ressalta que essa modalidade de pós-graduação permite “rápida” transferência de conhecimento científico para a sociedade. Esse movimento é mais ágil quando comparado ao mestrado acadêmico. Isso ocorre porque os discentes desses programas, em sua maioria, atuam em organizações privadas ou públicas e tendem a ter contato direto com o objeto de estudo.

Entretanto, a proximidade com o *locus* de pesquisa também pode acarretar equívocos durante a interpretação de dados, propositura de soluções precipitadas e conclusões enviesadas (MINAYO, 2001). Nesse sentido, primando pela prudência científica, o produto educacional foi previamente apresentado à coordenação da unidade. A partir do *feedback* dos gestores foram feitos ajustes para uma maior assertividade durante sua possível adoção.

Os jovens que frequentam a unidade assistencial montebelense estão inseridos em um contexto de vulnerabilidade e risco social. Ao formular a proposta de produto educacional, as especificidades desse público-alvo foram levadas em consideração. Ademais, a necessidade de um instrumento agregador ao processo

de ensino e aprendizagem desses aprendizes motivou a criação desse produto. Deci e Ryan (2000) ressaltam a importância de se respeitar as particularidades dos parceiros como forma de obter respaldo e credibilidade em suas ações.

Diante dessa realidade, foi realizada uma busca por cursos já estruturados, ativos e direcionados à formação profissional de jovens. Os fatores que nortearam essa investigação foram:

- abrangência do programa;
- presença de instituições vinculadas à assistência social entre os participantes

Baseado nesses pré-requisitos, o programa Jovem Candango foi o escolhido. Sua criação, forma de estruturação, amplitude e entidades colaboradoras serão descritas a seguir.

8.1 Programa Jovem Candango

Instituído pela Lei nº 5.216, de 14 de novembro de 2013 e regulamentado pelo Decreto nº 40.883, de 16 de junho de 2020, esse programa incorpora a aprendizagem ao setor público da capital federal. Oferta formação profissional e técnica por intermédio de práticas pedagógicas que fomentem o desenvolvimento físico e mental de seus participantes. Tem como suas prioridades o combate à evasão escolar, à violência e ao desemprego por meio da inserção destes jovens no mundo do trabalho (BRASÍLIA, 2020).

As unidades da administração pública distrital designarão um supervisor ou orientador social para supervisionar e acompanhar as atividades desempenhadas pelos seus aprendizes. Esse profissional informará o jovem sobre seus deveres e responsabilidades, controlará a frequência ao trabalho e avaliará o desempenho funcional. Ademais, a instituição enviará mensalmente um relatório para o órgão responsável pela gestão do programa (BRASÍLIA, 2020).

Entre os órgãos públicos colaboradores estão: a Controladoria Geral do Distrito Federal, a Secretaria de Desenvolvimento Social e o Cras Brasília. Destaca-se ainda a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), a qual inaugurou, em 2018, o Centro de Aprendizagem Israel Pinheiro. Conforme notícia veiculada pela Agência Brasília (2018), esse espaço recebeu 150 aprendizes que foram divididos em dois grupos, um com atuação na área administrativa e outro na produção de mudas em viveiros gerenciados pela empresa pública distrital.

A iniciativa possui duas organizações responsáveis pela formação: a Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (Renapsi)¹⁹ e a Obras Sociais Jerônimo Cândido (OSJC)²⁰. Além disso, existe uma série de exigências para o ingresso nesse programa, contudo o foco deste tópico não é detalhar o trâmite processual e o arcabouço legal regente do tema. Logo, as próximas informações versaram a respeito de seu escopo de atuação e as responsabilidades atribuídas aos órgãos públicos parceiros.

A presença de duas entidades conduzindo as atividades formativas não é um empecilho legal. Ambas estão inscritas no Cadastro Nacional da Aprendizagem (CNAP²¹) e cumprem as diretrizes orientadoras da educação profissional e tecnológica (SINAIT, 2019). Apesar da grave crise sanitária e das medidas protetivas de isolamento social, as atividades do programa continuam ativas. Por meio de ambientes virtuais de aprendizagem está sendo feita uma antecipação da carga horária teórica do curso.

A Renapsi, por exemplo, adaptou sua metodologia de ensino modular às plataformas digitais. Esse método trabalha os conteúdos em blocos de conhecimento denominados módulos, os quais são elaborados de acordo com as competências a serem desenvolvidas em seu público-alvo. O processo formativo engloba cinco vetores: ética e responsabilidade, domínios de tecnologia, resolução de problemas, comunicação e empreendedorismo (RENAPSI, 2020).

A próxima subseção apresentará uma síntese do produto educacional resultante desta pesquisa, os conceitos envolvidos em sua criação, situações de aplicabilidade e os possíveis benefícios de seu uso pela instituição coparticipante. Almeja-se que esse guia possa colaborar com Cras Casa da Família na gestão de seu programa, caso o órgão público opte por seguir as orientações ali contidas.

¹⁹ A Renapsi trabalha por meio de parcerias em todo território nacional. Desenvolve ações e projetos voltados para a área da saúde, educação, cultura, esporte, lazer, turismo e geração de emprego e renda.

²⁰ A OSJC é uma associação que oferta serviços educacionais e profissionalizantes visando o a formação de indivíduos pertencentes a comunidades socialmente vulneráveis.

²¹ Banco de dados nacional contendo informações sobre as instituições formadoras e disponível para livre consulta por meio do *website* da Secretaria do Trabalho: www.trabalho.gov.br.

8.2 Guia Aprendiz da Família²²

A ideia deste produto educacional teve origem em uma palavra, necessidade. De um lado havia a demanda de pais e responsáveis atendidos pelo Cras Casa da Família, os quais constantemente pediam que a unidade conseguisse uma vaga de emprego para os filhos. Do outro estava um órgão público que aceitou este desafio, contudo enfrentava dificuldades em gerenciar o programa e direcionar suas ações.

Nesse sentido, a proposta exposta à administração da instituição coparticipante consistiu em uma coletânea contendo práticas pedagógicas e administrativas exitosas em outras entidades. O guia foi elaborado, ver Figura 8, principalmente com base nas premissas de funcionamento do programa de aprendizagem denominado Jovem Candango, aplicado no Distrito Federal. O objetivo deste produto educacional é contribuir de forma simples e didática para a estruturação do curso Capacitação para o Futuro.

Figura 8 – Guia Aprendiz da Família



Fonte: Guia Aprendiz da Família 2020.

As disposições contidas neste documento compõem um modelo de gestão administrativa e pedagógica, em outras palavras, um conjunto de procedimentos e

²² O guia foi submetido à avaliação da banca examinadora desta pesquisa. Houve sugestões de melhoria, as quais foram avaliadas e as consideradas pertinentes foram incorporadas ao produto educacional. Posteriormente, foi feita uma última revisão de seu conteúdo e o encaminhamento do material para a diagramação.

sugestões quanto à atuação na formação profissional de jovens. Como este é o primeiro contato do órgão com o universo dos aprendizes, há uma necessidade de orientação na condução das atividades e na formulação do curso. Existindo clareza em relação aos objetivos, maior a probabilidade de se alcançar bons resultados com essa iniciativa.

Para sua elaboração foi utilizada a técnica chamada *benchmarking*. Paludo (2016) a define como um método sistemático e contínuo de comparação de práticas administrativas, processos gerenciais e resultados entre organizações similares. Não se trata de uma cópia, a finalidade desta ferramenta é melhorar a qualidade dos serviços prestados, reduzir custos e aperfeiçoar o desempenho organizacional.

Esse procedimento foi feito junto ao Programa Jovem Candango, aplicado no Distrito Federal. Os principais motivos para essa escolha foram: sua execução ocorre no âmbito da administração pública; entre seus participantes estão a Secretaria de Desenvolvimento Social, o Cras Brasília e outras entidades de cunho assistencial. Ademais, esta iniciativa possui uma estrutura sólida, atuando na formação de jovens desde 2013.

Para uma melhor compreensão do conteúdo deste guia, foi feita a divisão por eixos de aplicabilidade. O primeiro traz uma carta de apresentação ao leitor; o segundo versa sobre aspectos institucionais do órgão, incluindo a recomendação de práticas administrativas e elementos básicos para composição do plano de ação; o terceiro apresenta sugestões pedagógicas e o quarto indica possíveis temas a serem trabalhados em sala de aula.

No eixo administrativo foram recomendadas proposições²³ contributivas para a inserção do curso Capacitação para o Futuro no planejamento estratégico do Cras Casa da Família. É fundamental que a unidade e seus membros tenham clareza sobre o significado do programa e seus impactos no cotidiano do órgão. Essa percepção será importante para a definição dos objetivos desta iniciativa e o comprometimento das partes envolvidas.

Freire (2006) destaca que a prática educativa é uma forma efetiva de intervenção na sociedade. Isso vai além dos conteúdos ministrados, envolve um ato de comprometimento e generosidade do docente para com o educando. Logo, o eixo pedagógico trouxe sugestões de atividades instrutivas a serem desenvolvidas

²³ As proposições sugeridas foram acompanhadas de justificativas, caso houvesse necessidade de explicações adicionais.

durante as aulas, considerando a viabilidade de sua adoção pela equipe técnica responsável pela condução do programa.

Partindo da premissa que o órgão adotará a formação inicial por arco ocupacional, o que em outras palavras significa dizer que as atividades teóricas e práticas ofertadas não demandam nenhum pré-requisito ou conhecimentos específicos (SINAIT, 2019). O último eixo deste guia, denominado temático, trouxe indicações de assuntos passíveis de serem trabalhados, com o intuito de cooperar com o processo formativo desses jovens.

Para uma leitura completa do conteúdo contido no Guia Aprendiz da Família, acesse o portal eduCAPES²⁴. Neste sítio eletrônico estão armazenados textos, livros didáticos, artigos de pesquisa, aplicativos, teses, dissertações entre outros materiais de ensino, cuja publicação foi formalmente autorizada pelo autor(es) ou que estejam sob domínio público (CAPES, 2020). A próxima subseção apresentará os trâmites adotados para aplicação deste produto, as adaptações necessárias em decorrência da pandemia provocada pela COVID-19 e as sugestões de melhoria propostas pelo órgão.

8.3 Aplicação e avaliação Produto Educacional

Finalizada a elaboração do Guia Aprendiz da Família e após autorização do professor orientador desta pesquisa, foi realizada a aplicação deste produto educacional. A princípio, esta etapa estava prevista para acontecer na própria sede do Cras Casa da Família. Contudo, devido às restrições provocadas pela crise sanitária, as atividades presenciais da unidade estão temporariamente suspensas, isso inclui o curso Capacitação para o Futuro.

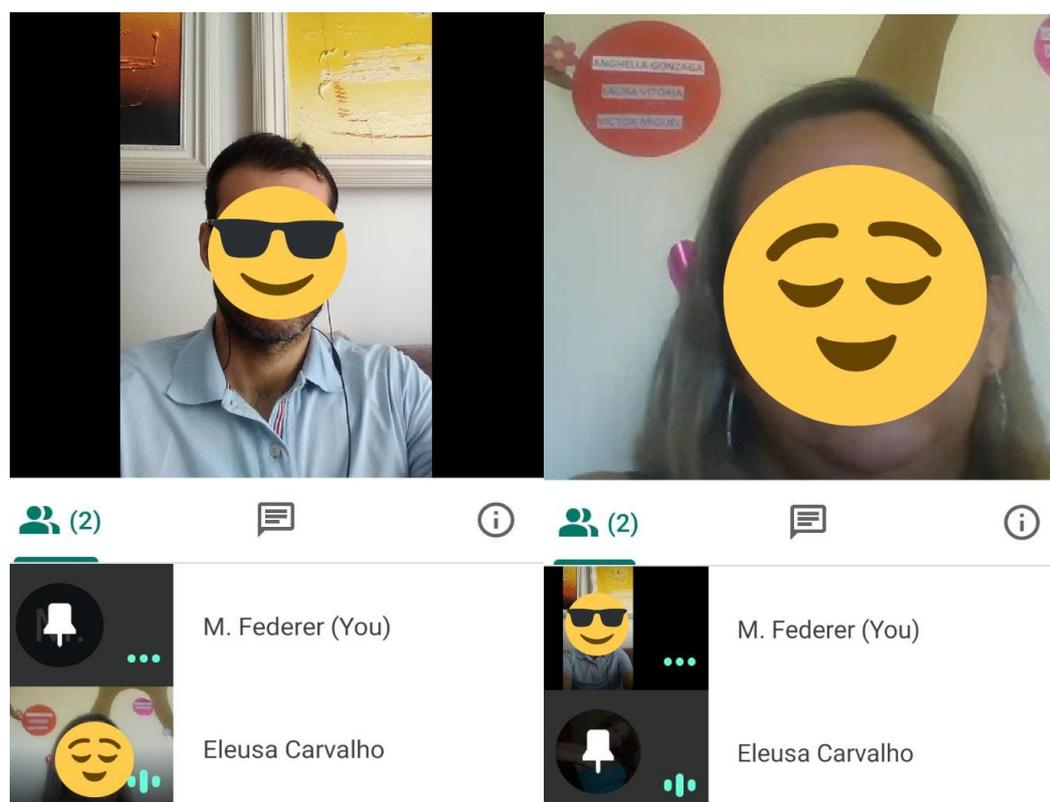
Diante dessa situação, bem como primando pela segurança dos participantes, foi feita a opção por realizar este procedimento por intermédio da plataforma *online Google Meet*, no dia 11 de agosto de 2020. A reunião (ver Figura 9) contou com a presença da coordenadora do programa e do pesquisador responsável. Para elucidar as diretrizes deste guia, foi elaborada uma apresentação do produto educacional²⁵. Esta foi compartilhada durante o evento e, posteriormente, encaminhada via *e-mail*.

²⁴ Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/>.

²⁵ A apresentação do produto educacional, utilizada na fase de aplicação, consta como o Anexo III desta pesquisa.

Após a explanação da finalidade deste produto, bem como seus eixos de aplicabilidade, foi aberto um espaço para questionamentos, sugestões e críticas. A proposta foi bem recebida pela coordenação, principalmente pelo fato de o curso estar em fase de estruturação. A maneira como os conteúdos foram organizados foi considerada adequada. Além disso, a viabilidade e praticidade das recomendações tornam o guia exequível pela unidade.

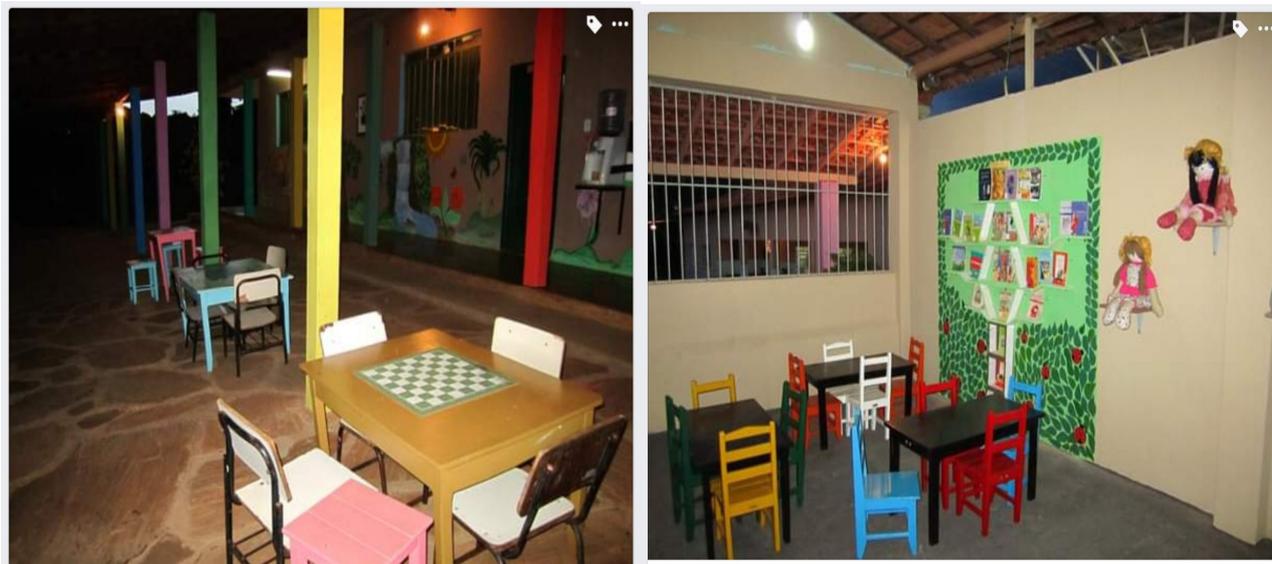
Figura 9 – Aplicação produto educacional



Fonte: Dados da Pesquisa 2020.

Houve uma sugestão (a qual foi prontamente atendida) de ajuste na proposta apresentada. A inserção da Sociedade de Assistência ao Menor Aprendiz (SAMA) como uma das entidades parceiras, conforme Figura 10. Apesar do nome, o local não é destinado à capacitação de aprendizes. Na verdade, possui um público-alvo variado, indo desde crianças até adultos. Neste espaço, são realizados diversos tipo de eventos: curso de corte e costura; aulas de maquiagem; atividades de pintura; oficinas de artesanato; peças teatrais; festivais circenses e confraternizações.

Figura 10 – Infraestrutura SAMA



Fonte: Acervo Cras Casa da Família 2016.

A elaboração deste guia bem como sua indicação à Coordenação do Cras foi feita com o intuito de cooperar no processo de estruturação de seu programa de aprendizagem. Este produto educacional não tem a pretensão de ser a solução de todos os desafios vivenciados pela unidade, mas espera-se que sua possível adoção colabore com o alcance dos objetivos do curso Capacitação para o Futuro.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Regido pelo sistema capitalista, o mundo do trabalho está em contínua transformação. A remodelação das atividades produtivas inclui ofícios com pouca ou nenhuma regulamentação. Em prol da terceirização, os vínculos laborais tornaram-se precários e há um crescimento exponencial dos empregos informais. A classe operária sofre diretamente os impactos dessas mutações. A extinção de profissões proveniente do avanço tecnológico e a constante necessidade de treinamento por parte dos trabalhadores são apenas dois exemplos recorrentes (ANTUNES, 1999), (ANTUNES; ALVES, 2004) (ALVES, 2005), (ALVES, 2007), (ANTUNES, 2009) e (ANTUNES, 2016).

Pacheco (2011) vislumbra a educação e o trabalho não apenas como meios para garantir a subsistência. Esse binômio tem enorme relevância, à medida que permite ao trabalhador, incluindo os jovens, alterar sua realidade, tornando-se o protagonista de sua própria história. Nesse sentido, estando ciente da responsabilidade assumida pela instituição coparticipante, esta pesquisa foi desenvolvida com a intenção de contribuir na estruturação do programa de aprendizagem Capacitação para o Futuro, coordenado pelo Cras Casa da Família.

Esta iniciativa, pioneira entre os órgãos de cunho assistencial com atuação na região oeste do estado de Goiás, reúne um grupo de aprendizes que têm pressa em conseguir uma vaga de emprego. Seja pela necessidade de complementar a renda familiar ou pela busca de autonomia financeira. O fato é que eles, bem como a maioria dos adolescentes, veem no trabalho uma forma de inclusão e ascensão social (RIZZO; CHAMON, 2011), (FRENZEL; BARGAGI, 2014) e (GONÇALVES, 2014).

Os achados científicos derivados deste estudo demonstraram que a unidade tem diante de si um enorme desafio. A começar pelo fato que a formação profissional destinada aos seus aprendizes não poderá se assemelhar aos padrões usuais de outros cursos. Essa constatação pode ser feita devido às particularidades de seu público-alvo, composto por jovens cuja maioria é formada por mulheres de cor preta ou parda, inseridos em um contexto de vulnerabilidade social.

Ademais, cabe ressaltar que seus pais ou responsáveis também são beneficiários diretos dos serviços assistenciais prestados pelo Cras. Isso significa que o órgão público tem dupla atuação nesse contexto familiar, pois além de prestar os serviços de fortalecimentos de vínculos também atuará na formação profissional

e no amparo psicológico dessas pessoas. Nesse sentido há o pensamento de Ryan e Deci (2000), os autores ressaltam a importância do equilíbrio emocional para a condução de qualquer projeto.

Outras singularidades deste programa são: a impossibilidade de um planejamento prévio de suas atividades, haja vista a urgência e preocupação dos pais com o futuro de seus filhos; a forma de ingresso de seus aprendizes, pois não existe um processo formal de seleção; a ausência de uma capacitação apropriada de seus servidores para conduzir as atividades do curso; o acúmulo e sobrecarga de trabalho; as limitações financeiras e orçamentárias e a dificuldade em se harmonizar os objetivos do curso com as demais atividades típicas do órgão.

Foi baseado nesse cenário que esta pesquisa propôs à coordenação do Cras Casa da Família o produto educacional denominado Guia Aprendiz da Família. O objetivo deste documento é contribuir de forma simples e didática para a estruturação do curso Capacitação para o Futuro. As atividades deste programa devem ir além da mera inserção do aprendiz no mundo do trabalho, pois o elo existente entre educação e o trabalho poderá propiciar a estes jovens a garantia de direitos e perspectiva de um futuro.

Sem dúvidas este guia não será e não se propõe a ser a resposta para todos os obstáculos enfrentados pela instituição. A elaboração e recomendação deste material tem o propósito de contribuir com a unidade no cumprimento desta nobre missão a que se propôs. Diante de um mundo do trabalho cada vez mais excludente, ações como essa necessitam de reconhecimento e apoio para que possam gerar resultados positivos para toda a comunidade envolvida.

10. LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Ao delimitar a formação profissional de jovens (por meio de programas de aprendizagem) como temática central desta pesquisa, nos deparamos com universo complexo, influenciado por diversos atores e repleto possibilidades. Esse contexto evidenciou algumas limitações deste estudo, as quais serão listadas e comentadas, bem como indicações para trabalhos científicos vindouros.

➤ Ineditismo do programa Capacitação para o Futuro

Por um lado, o fato desta iniciativa do Cras montebelense ser algo incomum entre órgãos públicos de cunho assistencial tornou o desenvolvimento desta pesquisa desafiador. Por outro, inviabilizou a tentativa de agendar uma visita técnica *in loco* por parte do pesquisador e a equipe responsável pelo curso com outras entidades.

A ação que mais se aproxima da realidade vivenciada pela instituição coparticipante, com resultados positivos no segmento de preparação de aprendizes é o programa Jovem Candango, situado no Distrito Federal. Entretanto, devido à distância (330 quilômetros) uma viagem à capital federal foi financeiramente inviável para os interessados.

Nesse sentido, um estudo com o propósito de mapear outras unidades assistenciais que atuem na formação de jovens pode ser uma pesquisa valiosa. Além de proporcionar uma maior divulgação do trabalho feito por essas entidades, também será possível realizar a troca de experiências, fomentar parcerias com o setor público e privado e harmonizar os objetivos de diferentes órgãos vinculados à assistência social, tarefa desafiadora na perspectiva de Souza e Bronzo (2020).

➤ Aplicação do produto educacional durante a pandemia COVID-19

A princípio, a proposta deste estudo era realizar testes práticos com algumas recomendações contidas no Gui Aprendiz da Família. Desse modo, poderiam ser feitos ajustes que atendessem às demandas do curso. Entretanto, diante da grave crise sanitária provocada pelo novo coronavírus, a maior parte das atividades da unidade foi suspensa por tempo indeterminado, incluindo seu programa de aprendizagem.

Apesar de a aplicação dos questionários e entrevistas ter ocorrido antes dessa suspensão, essa situação limitou o contato posterior com aprendizes e

instrutores. Sem dúvida suas impressões alavancariam a qualidade do conteúdo contido no produto educacional. Uma recomendação feita à coordenação do Cras foi a ampla divulgação deste material para seus servidores e comunidade externa interessada, bem como a abertura para sugestões de melhoria.

A seguir serão apresentadas possibilidades de novas pesquisas as quais emergiram durante a defesa desta dissertação junto à banca examinadora e podem esclarecer pontos não abrangidos por este estudo:

➤ Programa Capacitação para o Futuro: uma iniciativa isolada?

A condução de cursos voltados à formação profissional de jovens não se restringe a entidades que compõem os Serviços Nacionais de Aprendizagem (Sistema S) e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Existindo demanda e uma infraestrutura adequada, a legislação permite a atuação de outras instituições neste segmento (SINAIT, 2019).

Este foi o caso do programa jovem aprendiz administrado pelo Cras Casa da Família, unidade São Luís de Montes Belos – GO. Entretanto, surgem alguns questionamentos: há outros órgãos assistenciais trabalhando com esse público? É possível fazer um mapeamento dessas iniciativas? Quem sabe formar parcerias entre os geograficamente mais próximos?

➤ O papel da legislação e dos órgãos de fiscalização e controle no âmbito da aprendizagem profissional?

A Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, conhecida popularmente como “Lei da Aprendizagem” é o dispositivo legal regente deste tema. Sua última regulamentação foi feita com a entrada em vigor do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018. Apesar de as atualizações legislativas buscarem adaptar o arcabouço legal às transformações do mundo do trabalho, é possível listar algumas inquietações: a lei e suas normas correlatas possuem efetiva aplicabilidade? São conhecidas? São cumpridas? Em caso afirmativo, em qual medida?

Outro ponto que merece ser estudado com maior profundidade é a relevância do monitoramento das atividades deste setor pelos órgãos de fiscalização e controle. O Manual da Aprendizagem preconiza uma atuação conjunta entre o Poder Judiciário, Ministério Público e Conselhos Tutelares (SINAIT, 2019). Será que ela

efetivamente ocorre? Em caso positivo, de que maneira? Reativamente? Preventivamente? Esporadicamente? Os infratores são penalizados? Quais os tipos de punições?

- Quais os impactos do Programa Novos Caminhos sobre a EPT e os cursos de aprendizagem?

Em 2019 foram apresentadas as novas diretrizes orientadoras do ensino profissional. Por meio do Programa Novos Caminhos, o Ministério da Educação propôs mudanças significativas, tanto no aspecto ideológico como no procedimental. De acordo com a proposta, as vertentes de atuação da EPT serão: alinhamento da oferta de cursos às demandas do setor produtivo; criação de um roteiro para a formação técnica e profissional no ensino médio e integração dos dados estatísticos para subsidiar o processo decisório (MEC, 2019).

À época do desenvolvimento desta pesquisa, esta ação governamental ainda não havia sido implementada e por isso cabem alguns questionamentos? A proposta foi aceita? Quais foram os resultados? Quais as consequências para os programas de aprendizagem? Quais as perspectivas de futuro para diretamente interessados?

- Por que as empresas contratam jovens aprendizes?

O cuidado e zelo para com os aprendizes são uma responsabilidade compartilhada entre a sociedade, as instituições privadas e o setor público (WANTOWSKY, 2014). Para as empresas, destacam-se algumas vantagens em contratar estes jovens trabalhadores: fomentar a formação destes futuros profissionais com os valores e cultura da organização; diminuir gastos com pessoal e dar credibilidade e visibilidade social à companhia. (BRASIL, 2000).

Em tese, esse é um cenário que proporcionaria benefícios a todas as partes envolvidas, entretanto pergunta-se: As corporações compreendem seu papel nesta missão? Quais são seus interesses em contar os serviços dos aprendizes? Que tipos de benesses as interessam? Qual é a realidade dos jovens nessas instituições? Como foram recebidos? Quais são suas perspectivas de futuro?

REFERÊNCIAS

- AFONSO, A. M. M.; GONZALES, W. R. C. Educação Profissional e Tecnológica: análises e perspectivas da LDB/1996 à CONAE 2014. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.24, n. 92, p. 719-742, jul./set. 2016.
- AGÊNCIAS NOTÍCIAS ACRE. **Jovens artesãos realizam o sonho de viver, estudar e trabalhar na floresta**. Disponível em: agencia.ac.gov.br/jovens-artesaos-realizam-sonho-de-viver-trabalhar-e-estudar-na-floresta. Acesso em: 20 jan. 2020.
- AGÊNCIA BRASÍLIA. **Novacap ganha centro de treinamento de jovens aprendizes**. Disponível em: agenciabrasilia.df.gov.br/2018/01/19/novacap-ganha-centro-de-treinamento-de-jovens-aprendizes. Acesso em: 24 jul. 2020.
- ALVES, A. M. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho – a questão social no século XXI. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 235-248, ju/dez, 2013.
- _____. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: Ensaios de Sociologia do Trabalho. 2. ed. Bauru: Praxis, 2007.
- _____. O método materialista histórico-dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, v. 9, n.1, p. 1-13, set, 2017.
- _____. **O Novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. Toyotismo como ideologia orgânica da produção capitalista. **Revista Organização & Memórias**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-15, jul, 2000.
- AMARAL, C. T. do; OLIVEIRA, M. A. M. Educação profissional: um percurso histórico, até a criação e desenvolvimento dos cursos superiores de tecnologia. **Educação profissional e a lógica das competências**, Petrópolis, v. 2, p. 167-206, 2010.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
- _____. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____. O Trabalho, Sua Nova Morfologia e A Era da Precarização Estrutural. **Theomai Sinmes**, Quilmes, n. 19, p. 47-57, primeiro semestre, 2009.
- ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, mai/ago, 2000.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BLURTON JONES, N. **Estudos etológicos do comportamento da criança**. São Paulo: Pioneira, 1981.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: 5 out. 1988.
- _____. Lei Ordinária nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**: 13 jul. 1990.
- _____. Lei Ordinária nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Lei Nacional da Aprendizagem. **Diário Oficial da União**: 20 dez. 2000.
- _____. Decreto nº 7.566 de 23 de Setembro de 1909. Regulamenta as atividades de ensino profissional e gratuito no âmbito das capitâneas e dá outras providências. **Diário Oficial**: 26 set. 1909.
- _____. Decreto nº 5.598 de 1 de Dezembro de 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: 2 dez. 2000.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109 de 11 de Novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da União**: 25 nov. 2009.

_____. Portaria nº 2.227 de 06 de Junho de 2018. Dispõe sobre os princípios e ações no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social. **Diário Oficial da União**: 7 jun. 2018.

_____. Decreto nº 9.579 de 22 de Novembro de 2018. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: 22 dez. 2018.

_____. Decreto nº 10.009 de 05 de Setembro de 2019. Institui a Comissão Intergestores Tripartite do sistema Único de Assistência Social. **Diário Oficial da União**: 06 set. 2019.

_____. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466 de 12 de Dezembro de 2012. Trata de pesquisas em seres humanos. **Diário Oficial da União**: 12 dez. 2012.

_____. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510 de 07 de Abril Dezembro de 2016. Retrata precauções éticas em pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**: 08 abr. 2016.

BRASÍLIA. Decreto nº 40.883 de 16 de Junho de 2020. Regulamenta o Programa Jovem candango e dá outras providências. **Diário Oficial do DF**: 16 jun. 2020.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BRONZO, C.; SOUZA, S.P. Os desafios da gestão territorial na proteção básica em uma metrópole. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 137, p. 54-73, jan/abr, 2020.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan/jun, 2011.

CORREA, S. M. B. **Probabilidade e estatística**. 2. ed. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2006.

CAPES. **O que é o eduCAPES?** Disponível em: educapes.capes.gov.br/redirect?action=about. Acesso em: 06 nov. 2020.

DECI, E. L.; RYAN, R. M. Self-Determination Theory and the Facilitation of Intrinsic Motivation, Social Development, and Well-Being. **American Psychological Association**, v. 55, n. 1, p. 68-78, 2000.

DYE, T. R. **Understanding Public Policy**. 12. ed. Englewood Cliffs: PrenticeHall, 2008.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, out, 2007.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **Mapeamento da indústria criativa no Brasil**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: firjan.com.br. Acesso em: 30 ago. 2019.

FERNADES, J. C. L. Educação digital: Utilização dos jogos de computador como ferramenta de auxílio à aprendizagem. **Fasci-Tech**, São Caetano do Sul - SP, v. 1, n. 3, p.88-97, jul/dez, 2010.

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, 2010.

FRANÇA, D. P. I. Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. **Revista Pegada**, São Paulo, v. 19, n.1, p. 236-243, jan/abr, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 33 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2006.

FRENZEL, H. S., BARDAGI, M. P. Adolescentes Trabalhadores Brasileiros: um breve estudo bibliométrico. **Revista Psicologia, Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 79-88, jan/mar, 2014.

FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 168-194, jan/abr, 2009.

GRAMSCI, A. **La alternativa pedagógica**. Barcelona: Editorial Fontamara, 1981.

GONÇALVES, A. L. A. Aprendizagem profissional: trabalho e desenvolvimento social e econômico. **Revista USP Estudos Avançados**, v. 28, n. 81, p.191-200, ago. 2014.

GUNTHER, H. Como Elaborar um Questionário. **Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais**, Brasília, n. 1, 2003.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IAMAMOTO, M. V. Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 204-226, ago/dez, 2018.

IBGE. PnadC - **Taxa de Desocupação**. Disponível em: agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27820-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-6-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-25-6-no-trimestre-encerrado-em-abril-de-2020. Acesso em: 21 jul. 2020.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em: ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 04 dez. 2018.

_____. **Panorama de São Luís de Montes Belos - GO**. Disponível em: cidades.ibge.gov.br/brasil/go/sao-luis-de-montes-belos/panorama. Acesso em: 21 jun. 2020.

INSTITUTO MAURO BORGES. **Caracterização da economia criativa no estado de Goiás**. Informe Técnico nº10, Junho, 2018.

_____. **Uma avaliação do programa Jovem Cidadão**. Estudo Técnico nº73, Dezembro, 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas 2016.

LOUREIRO, C. F. B.; SILVA NETO, J. G. O retorno de Marx em tempos neoliberais: sobre a ontologia e a política. **Argum**, Vitória, v. 10, n. 2, p. 190-202, mai/ago. 2018.

MACEDO, O. J. V.; ALBERTO, M. F. P.; ARAÚJO, A. J. S. Formação profissional e futuro: expectativas dos adolescentes aprendizes. **Educação de Psicologia**, Campinas, v. 29, sup. 1, p. 779-787, out/dez. 2012.

MANGINI, F. N. R.; MIOTO, R. C. T. A interdisciplinaridade na sua interface com o mundo do trabalho. **Revista Katálisis** [online]. v.12, n.2, p. 207-215, 2009.

MANUAL DA APRENDIZAGEM PROFISSIONAL. **O que é preciso saber para contratar o aprendiz**. Brasília: Sinait, 2019.

MANZINI, E. J. **Entrevista semi-estruturada**: análise de objetivos e roteiros. In: Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos, v. 2, 2004. Anais [...]. Tema: Pesquisa Qualitativa em debate. Bauru - SP, 2004.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MELEIRO, A.; FONSECA, F. Economia criativa: uma visão global. **Latitude**, Alagoas, v. 6, n. 2, p. 6-21, 2012.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **De ferro e flexíveis marcas do Estado Empresário e da Privatização na Subjetividade Operária**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

_____. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 7, p 01-12, abril, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Novos Caminhos**. Disponível em: portal.mec.gov.br/novoscaminhos/estrategias/index.html. Acesso em: 14 abr. 2020.

MINISTÉRIO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Serviços de Proteção Básica**. Disponível em: mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Orientações Técnicas CRAS**. Disponível em: mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Cras_que_temos.pdf. Acesso em: 11 jun. 2019.

_____. **CRAS, um lugar de (re)fazer histórias**. Disponível em: [mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Revista/Revista%20CRAS%20-%20um%20lugar%20de%20\(re\)fazer%20hist%C3%B3ria.pdf](http://mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Revista/Revista%20CRAS%20-%20um%20lugar%20de%20(re)fazer%20hist%C3%B3ria.pdf). Acesso em: 03 out. 2019

_____. **Revista Cras: um lugar de fazer história**. Disponível em: mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Revista/Cras_Umlugar_fazer_historias.pdf. Acesso em: 11 jun. 2019.

_____. **Serviços de Proteção Básica**. Disponível em: mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e. Acesso em: 13 jun. 2019.

_____. **Serviços de Proteção Básica**. Disponível em: mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-tendimento/cras. Acesso em: 13 jun. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Coronavírus COVID-19: o que você precisa saber**. Disponível em: coronavirus.saude.gov.br. Acesso em: 29 out. 2020.

MOLL, J. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: Desafios, tensões e possibilidades**. Artmed, 2010.

MOREIRA, M. A.; NARDI, R. O mestrado profissional na área do Ensino de Ciência e Matemática: alguns esclarecimentos. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, Curitiba, v. 2, n. 3, p.1-9, set/dez, 2009.

MORAES NETO, B. R. Processo de Trabalho e Eficiência Produtiva: Smith, Marx, Taylor e Lênin. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 651-671, jul/set, 2009.

MOURA, D. H. Educação Básica e Profissional Tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, v. 2, p. 4-30, 2007.

MOURA, D. H. A relação entre a educação profissional e a educação básica na Conae 2010: possibilidades e limites para a construção do novo Plano Nacional de Educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 875-94, jul./set. 2010.

MOURA, L. S. **Juventude e Trabalho: O perfil do jovem aprendiz da Rede Pró-Aprendiz-GO**. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2018.

NEGRI, A.. De l'avenir de la democracie (débat avec Olivier Mongin). **Alternatives Internationales**, Paris, n. 18, 2004.

NOSELLA, P. **A escola de Gramsci**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, D. P. R. **Teoria Geral da Administração**. Uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2008.

PACHECO, E. **Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo: Editora Moderna, 2011.

_____. **Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio**: proposta de diretrizes curriculares nacionais. Brasília-DF: Editora Moderna, 2012.

PALUDO, A. **Administração Pública**. 7. ed. São Paulo: Editora Método, 2016.

PEREIRA, P. A. Assistência social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pelo PNAS e pelo SUAS. **Revista Ser Social**, Brasília, n. 20, p. 68-83, jan-jun, 2007.

PAULIANI, L. M. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 514-535, jul-set, 2016.

RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Revista Serviço Social**, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

REIS, C. F. A. (org.). **Economia criativa**: como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

RENAPSI. **Educação 4.0 e formação de jovens aprendizes**. Disponível em: renapsi.org.br/educacao-4-0-e-a-formacao-de-jovens-aprendizes. Acesso em: 24 jul. 2020.

RIBEIRO, A. F. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.19 n.35, p.65-79, jul./dez. 2015.

RIBEIRO, R. J. O mestrado profissional na política atual da CAPES. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, p.8-15, jul. 2005.

RIZZO, C. B. S.; CHAMON, E. M. O sentido do trabalho para o adolescente. **Educação & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8 n. 3, p. 407-417, nov.2010/fev.2011.

RUA, M. G. **Políticas públicas** – 3. ed. rev. atua. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.

SACHS, I. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos e políticas públicas. **Revista USP Estudos Avançados**, v. 18, n. 51, p.23-49, ago. 2004.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 41. ed. Campinas - SP: Autores e Associados, 2009.

SECRETARIA DE ESTADO SOCIAL. **Programa Jovem Aprendiz**. Disponível em: social.go.gov.br/component/content/article/19-a%C3%A7%C3%B5es/26-programa-jovem-aprendiz.html?highlight=WyJqb3ZlbSlsImNpZGFkXHUwMGUzbylsImpvdmVtIGNpZGFkXHUwMGUzbyJd&Itemid=101. Acesso em: 28 mai. 2020.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM. **Mapa do Trabalho Industrial 2019-2023**. Disponível em: noticias.portaldaindustria.com.br/especiais/conheca-o-mapa-do-trabalho-industrial-nos-estados. Acesso em: 14 abr. 2020.

SILVA, F. A. B.; ARAÚJO, H. E. **Indicador de desenvolvimento da economia da cultura**. Brasília: Ipea, 2010.

SILVA, F. A. B.; VIEIRA, M. P.; FRANCO, B. L. **A economia criativa sob medida**: conceitos e dinamismo das classes criativas. Brasília: Ipea, 2019.

SOBRAL, F.; PECI, A. **Administração**: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

SOUZA, D. T. R. **Formação continuada de professores e fracasso escolar**: problematizando o argumento da incompetência. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.3, p. 477-492, set./dez. 2006.

TAYLOR, F. W. **Princípios de administração científica**. Tradução Arlindo Vieira Ramos. 9. ed. Rio de Janeiro : LTC, 2019.

UNESCO. **Creative Economy Report 2013**: Widening local development pathways. Special Edition. United Nations publication, New York, 2013.

UNCTAD. **Creative Economy Outlook 2018**: Trends in international trade in creative industries. United Nations publication, Geneva, 2018.

WANTOWSKY, G. Trabalho do menor aprendiz é também uma questão de responsabilidade social. **Boletim Jurídico**, Uberaba, v. 3, n. 99. 2014.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Future of Jobs Report 2018**. Disponível em: abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2018/12/WEF_Future_of_Jobs_2018.pdf. Acesso em: 14 abr. 2020.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Apêndice I – Questionário para os aprendizes**PERFIL****a)** Qual a sua idade? 14 15 16 17 18 Outra: _____**b)** Qual seu gênero sexual: Feminino Masculino**c)** Qual a sua raça/etnia? Branca Pardo/mulato Negro Amarelo Indígena Outra: Especifique _____**RENDA****a)** Qual a renda auferida por todos os membros da sua família? Menos de 1 salário mínimo 1 salário mínimo 2 ou mais salários mínimos Não soube informar**b)** Alguém de sua família recebe ajuda financeira do governo? Sim: Qual _____ Não Não soube informar**c)** Quantas pessoas moram em sua casa? 2 3 4 Mais**d)** Você contribui com a renda familiar mensal? Sim Não

Se sim, como e com que valores? _____

ESCOLARIDADE**a)** Qual a sua escolaridade? Ensino fundamental incompleto Ensino fundamental completo Ensino médio incompleto Ensino médio completo**b)** Sobre as pessoas que moram em sua casa, quantos possuem: Ensino fundamental incompleto ou completo Ensino médio incompleto ou completo Ensino superior incompleto ou completo**c)** Você estuda ou estudou em qual tipo de escola? Pública

- Particular
- Ambas

d) Você pretende ingressar em uma faculdade?

- Sim
- Não
- Indeciso

PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA

a) Como você ficou sabendo desse programa de aprendizagem?

- Pais
- Familiares
- Amigos
- Empresas
- Internet
- Outros: _____

b) Quem o influenciou a participar do programa de aprendizagem?

- Pais
- Familiares
- Amigos
- Empresas
- Outros: _____

c) A quanto tempo você está no programa?

- Até 6 meses
- Até 1 ano
- Acima de 1 ano

d) Qual sua avaliação sobre a formação que está recebendo?

- Excelente
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

e) Caso esteja trabalhando, o aprendizado formação obtida no programa te ajuda nas atividades desenvolvidas na empresa?

- Sim
- Parcialmente
- Não

Justifique sua resposta: _____

f) Qual o seu nível de satisfação com as aulas?

- Muito satisfeito
- Satisfeito
- Razoavelmente satisfeito
- Insatisfeito
- Muito Insatisfeito

Justifique sua resposta: _____

g) Em relação as suas expectativas sobre o programa, elas estão sendo:

- Superadas
- Atendidas
- Parcialmente Atendidas
- Parcialmente Frustradas
- Frustradas

Justifique sua resposta: _____

ESTÁGIO PROFISSIONAL

a) Você já trabalhou como jovem aprendiz antes de participar desse curso?

Sim

Não

Caso sim, comente sobre como foi sua experiência: _____

b) A participação no programa está sendo útil na busca por um emprego?

Sim

Não

Indiferente

Justifique sua resposta: _____

c) Ser jovem aprendiz está influenciando na renda de sua família?

Sim

Não

Indiferente

Justifique sua resposta: _____

d) Em sua opinião, programas de aprendizagem:

São importantes para inserção de jovens no mundo do trabalho

São inúteis para a inserção de jovens no mundo do trabalho

É um modo eficaz das empresas ofertarem oportunidades profissionais aos jovens

São vistos como mera obrigação legal por parte das empresas

Não fazem diferença na vida dos jovens

Justifique sua resposta: _____

e) Você indicaria a participação em programas de aprendizagem como meio para aprimorar sua formação profissional?

Sim

Não

Justifique sua resposta: _____

f) Você indicaria a participação em programas de aprendizagem como meio de inserção no mundo do trabalho?

Sim

Não

Justifique sua resposta: _____

Apêndice II – Roteiro Entrevista Orientadores Sociais Cras

Fase preliminar - Rapport

a) Qual é o seu nome?

b) Você é natural de São Luís de Montes Belos?

c) Conte-me um pouco sobre a sua trajetória profissional? O que te levou a trabalhar nessa área? Como você conheceu o Cras e desde quando atua na instituição?

1) O programa de aprendizagem da instituição é sua primeira experiência nessa área? Ou você já trabalhou com aprendizes anteriormente?

2) Qual sua opinião/expectativas sobre o programa ofertado pelo Cras?

3) A presença de jovens em situação de vulnerabilidade social dificulta os trabalhos em sala de aula?

4) Qual a postura dos aprendizes durante as aulas? Eles demonstram interesse? Dispersam com facilidade?

5) Qual a maior dificuldade encontrada para se trabalhar os aspectos pedagógicos nesse grupo?

6) Você já recebeu algum treinamento e/ou formação para lidar com esses aprendizes?

7) Existem parcerias da unidade com outros órgãos governamentais e empresas para fins de inclusão dos aprendizes no mundo do trabalho?

8) Qual sua opinião sobre conteúdo da formação profissional ofertada, o curso habilita o aprendiz a desempenhar suas funções?

9) Quais atividades (teóricas e práticas) são desempenhadas pelos aprendizes durante o curso?

10) Como é feito o acompanhamento das atividades desenvolvidas em sala de aula?

11) Como os pais/responsáveis contribuem na formação dos jovens?

12) Você gostaria de acrescentar alguma informação ou possui algum questionamento?

Apêndice III – Roteiro entrevista Coordenação Cras

Fase preliminar - Rapport

d) Qual é o seu nome?

e) Você é natural de São Luís de Montes Belos?

f) Conte-me um pouco sobre a sua trajetória profissional? O que te levou a trabalhar nessa área? Como você conheceu o Cras e desde quando atua na instituição?

1) Como o programa foi elaborado e inserido nos objetivos do órgão? Com quais expectativas?

2) Qual o panorama dos programas de aprendizagem na região? As empresas e demais instituições públicas têm manifestado interesse em formar parcerias?

3) A recente crise econômica também afetou o setor público. Como esse fenômeno interferiu na formação de aprendizes e demais cursos ofertados pela unidade?

4) O Ministério do Trabalho, o Estado de Goiás e a Prefeitura do município têm apoiado o órgão em suas iniciativas para capacitar jovens aprendizes? Em caso afirmativo, de que maneira?

5) Quais atividades são desenvolvidas pela entidade com o propósito de fomentar a aprendizagem local e atrair as empresas?

6) Como é feito o procedimento de seleção dos jovens? Houve intermediação de alguma entidade?

7) Existem empresas cooperando com o processo de formação profissional? Se sim, quais? Se não, por quê?

8) O conteúdo do curso de formação é revisado com o intuito de habilitar o aprendiz para as novas demandas do mundo do trabalho?

9) Como é feito o acompanhamento pela coordenação das atividades desenvolvidas em sala de aula?

10) Como a unidade pretende monitorar os futuros egressos já inseridos no mundo do trabalho?

11) Em que aspectos a atual legislação facilita ou dificulta o desenvolvimento da juventude profissional? O que poderia ser modificado?

12) Que medidas você poderiam ser tomadas para aumentar o interesse das empresas na contratação de aprendizes?

13) Já ocorreu alguma fiscalização por parte do Ministério do Trabalho ou instituição congênere? Se sim, descreva o tipo de ação realizada.

14) Como os pais/responsáveis contribuem na formação dos jovens?

15) Você gostaria de acrescentar alguma informação ou possui algum questionamento?

Apêndice IV - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) - Aprendizes

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Você está sendo convidado(a) voluntariamente a participar da pesquisa “Programa Jovem Aprendiz: um estudo de caso no Cras de São Luís de Montes Belos – GO”. A pesquisa objetiva analisar o programa Capacitação para o futuro coordenado pelo Cras Casa da Família e a contribuição dele para sua a formação.

No seu caso, a coleta de dados será feita por meio de aplicação de questionário sob a orientação do pesquisador responsável. Para participar deste estudo, o seu responsável deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo ou benefícios diretos oriundos de sua participação, apenas os conhecimentos resultantes da realização desta pesquisa. Você será esclarecido(a) sobre quaisquer dúvidas e estará livre para consentir ou recusar sua participação. Desse modo, seu responsável poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento sem acarretar nenhuma penalidade.

O pesquisador preservará sua identidade e trabalhará os dados obtidos de acordo com os padrões profissionais e éticos. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Não existem riscos físicos ou associados a agentes químicos, contudo pequenos desconfortos psicológicos, morais, sociais e culturais poderão ocorrer tendo em vista o compartilhamento de informações relacionadas a sua vida profissional e familiar. Dentre os riscos identificados estão a ansiedade, constrangimento, timidez, insegurança por participar da pesquisa.

Com o intuito de minimizar possíveis danos, o pesquisador adotará algumas medidas: garantia de sigilo dos envolvidos; aplicação simultânea dos questionários com os aprendizes, assim possíveis dúvidas serão solucionadas imediatamente e o preenchimento coletivo tende a deixá-los mais tranquilos; havendo necessidade, amparo psicológico disponibilizado pelo Cras Casa da Família.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada a pesquisa. Após sua conclusão, a todos os envolvidos serão feitas a devolutiva e a publicação dos resultados obtidos. Em relação aos documentos (termos, questionários, entrevistas, anotações etc.) serão armazenados, em local seguro, pelo pesquisador por um prazo mínimo de cinco anos. Encerrado esse tempo, os materiais impressos, serão picotados e destinados à reciclagem. Os materiais digitais serão deletados permanentemente.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, portador(a) do documento de identidade ou CPF _____ (se já tiver documento), fui esclarecido(a) quanto aos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada. Estou ciente que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá mudar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Morrinhos, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do pesquisador

Assinatura do(a) menor

Apêndice V - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - Aprendizes**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Você está sendo convidado(a) voluntariamente a participar da pesquisa “Programa Jovem Aprendiz: um estudo de caso no Cras de São Luís de Montes Belos – GO”. A pesquisa objetiva analisar o programa Capacitação para o futuro coordenado pelo Cras Casa da Família e a contribuição dele para sua formação.

No seu caso, a coleta de dados será feita por meio de aplicação de questionário sob a orientação do pesquisador responsável. Para participar deste estudo, o seu responsável deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo ou benefícios diretos oriundos de sua participação, apenas os conhecimentos resultantes da realização desta pesquisa. Você será esclarecido(a) sobre quaisquer dúvidas e estará livre para consentir ou recusar sua participação. Desse modo, seu responsável poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento sem acarretar nenhuma penalidade.

O pesquisador preservará sua identidade e trabalhará os dados obtidos de acordo com os padrões profissionais e éticos. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Não existem riscos físicos ou associados a agentes químicos, contudo pequenos desconfortos psicológicos, morais, sociais e culturais poderão ocorrer tendo em vista o compartilhamento de informações relacionadas a sua vida profissional e familiar. Dentre os riscos identificados estão a ansiedade, constrangimento, timidez, insegurança por participar da pesquisa.

Com o intuito de minimizar possíveis danos, o pesquisador adotará algumas medidas: garantia de sigilo dos envolvidos; aplicação simultânea dos questionários com os aprendizes, assim possíveis dúvidas serão solucionadas imediatamente e o preenchimento coletivo tende a deixá-los mais tranquilos; havendo necessidade, amparo psicológico disponibilizado pelo Cras Casa da Família.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada a pesquisa. Após sua conclusão, a todos os envolvidos serão feitas a devolutiva e a publicação dos resultados obtidos. Em relação aos documentos (termos, questionários, entrevistas, anotações etc.) serão armazenados, em local seguro, pelo pesquisador por um prazo mínimo de cinco anos. Encerrado esse tempo, os materiais impressos, serão picotados e destinados à reciclagem. Os materiais digitais serão deletados permanentemente.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, portador(a) do documento de identidade ou CPF _____ (se já tiver documento), fui esclarecido(a) quanto aos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada. Estou ciente que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá mudar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Morrinhos, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do pesquisador

Assinatura do(a) aprendiz

Apêndice VI - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - Cras

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) voluntariamente a participar da pesquisa “Programa Jovem Aprendiz: um estudo de caso no Cras de São Luís de Montes Belos – GO”. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade do pesquisador responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Marcelo Silva Oliveira pelo telefone: (64) 99252 - 1751 ou através do e-mail: marceloadmsilva@hotmail.com e também no endereço: Rua da Saudade, nº 56, Setor Vila Eduarda, São Luís de Montes Belos – GO. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (CEP/IF Goiano), situado à Rua 88, nº 280, Setor Sul, Goiânia- Goiás ou pelo e-mail cep@ifgoiano.edu.br ou nos telefones: (62) 3605 3600/ 9 9926-3661. Dentre as atribuições do CEP/IF Goiano destacam-se a defesa dos interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e o acompanhamento no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos.

1. Justificativa, os objetivos e procedimentos

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de uma maior reflexão sobre a efetividade dos programas de aprendizagem como mecanismo de formação e inserção de jovens no mundo do trabalho na cidade de São Luís de Montes Belos – GO. Por ser uma cidade de interior, os jovens (na sua imensa maioria sem experiência) buscam nesses programas uma oportunidade para iniciar a carreira profissional.

O objetivo desse projeto é analisar o programa Capacitação para o futuro coordenado pelo Cras Casa da Família e a contribuição dele para formação de seus aprendizes. Para atender este objetivo optou-se pela abordagem de natureza qualitativa.

A coleta de dados será feita por meio de aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas, além disso, parte do procedimento metodológico consistirá na realização de uma pesquisa bibliográfica. O levantamento da produção científica, entre 2010 e 2019, envolverá a Educação Profissional e Tecnológica e os programas de aprendizagem. Os resultados apresentados pelos diversos autores possibilitará uma comparação da realidade dos programas entre diferentes regiões do país.

2. Desconfortos, riscos e benefícios

Não existem riscos físicos ou associados a agentes químicos, contudo pequenos desconfortos psicológicos, morais, sociais e culturais poderão ocorrer tendo em vista o compartilhamento de informações relacionadas a sua vida profissional e familiar. Dentre os riscos identificados estão a ansiedade, constrangimento, timidez, insegurança por participar da pesquisa.

Com o intuito de minimizar possíveis danos, o pesquisador adotará algumas medidas: escolha de espaço apropriado para as entrevistas, garantindo a privacidade e sigilo dos envolvidos; havendo necessidade, amparo psicológico disponibilizado pelo CRAS Casa da Família.

Primando pela ética e transparência, os dois instrumentos de coleta de dados (entrevista e questionário) terão sua estrutura testada e validada pelo orientador desta dissertação. Nesse sentido, a escolha de um local adequado para realização das entrevistas, a manutenção do sigilo dos participantes e a clareza acerca dos objetivos da pesquisa serão enfatizados durante todo o processo. Ademais, o pesquisador estará apto a auxiliá-lo e oferecerá todo o suporte durante o procedimento.

3. Forma de acompanhamento e assistência

O participante terá total acesso aos responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo. Havendo algum problema ou diligência, esta será encaminhada à Coordenação do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT). A coordenação é responsável por zelar pelo regular funcionamento das atividades da pós-graduação e atuará de acordo com os normativos acadêmicos na solução de possíveis impasses.

4. Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer ocasião que julgar necessário. A sua participação é de livre escolha, logo você poderá recusar, retirar seu consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. Uma possível recusa em colaborar com esta pesquisa não implicará nenhum tipo de penalidade.

O pesquisador, para fins de preservação do sigilo dos envolvidos, preservará sua identidade e trabalhará os dados obtidos de acordo com os padrões profissionais e éticos. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada a pesquisa. Após sua conclusão, a todos os envolvidos serão feitas a devolutiva e a publicação dos resultados obtidos. Em relação aos documentos (termos, questionários, entrevistas, anotações etc.) serão armazenados, em local seguro, pelo pesquisador por um prazo mínimo de cinco anos. Encerrado esse tempo, os materiais impressos, serão picotados e destinados à reciclagem. Os materiais digitais serão deletados permanentemente.

5. Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos

A sua participação neste estudo não acarretará nenhum tipo de custo ou vantagem financeira. Caso o participante sofra algum dano decorrente dessa pesquisa, o pesquisador garante indenizá-lo(a) por todo e qualquer prejuízo.

Ciente e de acordo com as diretrizes contidas neste termo de consentimento, eu _____ CPF _____ autorizo minha participação na pesquisa intitulada “Jovem Aprendiz: um estudo de caso no Cras de São Luís de Montes Belos – GO”, de forma livre e espontânea, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento.

Morrinhos, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do pesquisador

Assinatura do(a) participante

Apêndice VII - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - PAIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Seu filho está sendo convidado(a) voluntariamente a participar da pesquisa “Programa Jovem Aprendiz: um estudo de caso no Cras de São Luís de Montes Belos – GO”. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade do pesquisador responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você e seu filho não serão penalizados(a) de forma alguma. Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Marcelo Silva Oliveira pelo telefone: (64) 99252 - 1751 ou através do e-mail: marceloadmsilva@hotmail.com e também no endereço: Rua da Saudade, nº 56, Setor Vila Eduarda, São Luís de Montes Belos – GO. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (CEP/IF Goiano), situado à Rua 88, nº 280, Setor Sul, Goiânia- Goiás ou pelo e-mail cep@ifgoiano.edu.br ou nos telefones: (62) 3605 3600/ 9 9926-3661. Dentre as atribuições do CEP/IF Goiano destacam-se a defesa dos interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e o acompanhamento no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos.

1. Justificativa, os objetivos e procedimentos

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de uma maior reflexão sobre a efetividade dos programas de aprendizagem como mecanismo de formação e inserção de jovens no mundo do trabalho na cidade de São Luís de Montes Belos – GO. Por ser uma cidade de interior, os jovens (na sua imensa maioria sem experiência) buscam nesses programas uma oportunidade para iniciar a carreira profissional.

O objetivo desse projeto é analisar o programa Capacitação para o futuro coordenado pelo Cras Casa da Família e a contribuição dele para formação de seus aprendizes. Para atender este objetivo optou-se pela abordagem de natureza qualitativa.

A coleta de dados será feita por meio de aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas, além disso, parte do procedimento metodológico consistirá na realização de uma pesquisa bibliográfica. O levantamento da produção científica, entre 2010 e 2019, envolverá a Educação Profissional e Tecnológica e os programas de aprendizagem. Os resultados apresentados pelos diversos autores possibilitará uma comparação da realidade dos programas entre diferentes regiões do país.

2. Desconfortos, riscos e benefícios

Não existem riscos físicos ou associados a agentes químicos, contudo pequenos desconfortos psicológicos, morais, sociais e culturais poderão ocorrer tendo em vista o compartilhamento de informações relacionadas a vida profissional e familiar de seu filho(a). Dentre os riscos identificados estão a ansiedade, constrangimento, timidez, insegurança por participar da pesquisa.

Com o intuito de minimizar possíveis danos, o pesquisador adotará algumas medidas: escolha de espaço apropriado para as entrevistas, garantindo a privacidade e sigilo dos envolvidos; havendo necessidade, amparo psicológico disponibilizado pelo Cras Casa da Família.

Primando pela ética e transparência, os dois instrumentos de coleta de dados (entrevista e questionário) terão sua estrutura testada e validada pelo orientador desta dissertação. Nesse sentido, a escolha de um local adequado para realização das entrevistas, a manutenção do sigilo dos participantes e a clareza acerca dos objetivos da pesquisa serão enfatizados durante todo o processo. Ademais, o pesquisador estará apto a auxiliá-lo e oferecerá todo o suporte durante o procedimento.

3. Forma de acompanhamento e assistência

Você e seu filho, na condição de participantes, terão total acesso aos responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo. Havendo algum problema ou diligência, esta será encaminhada à Coordenação do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT). A coordenação é responsável por zelar pelo regular funcionamento das atividades da pós-graduação e atuará de acordo com os normativos acadêmicos na solução de possíveis impasses.

4. Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo

Você e seu filho serão esclarecidos(a) sobre a pesquisa em qualquer ocasião que julgar necessário. A participação de seu filho é de livre escolha, logo você poderá recusar, retirar seu consentimento ou interromper a participação dele a qualquer momento. Uma possível recusa em colaborar com esta pesquisa não implicará nenhum tipo de penalidade.

O pesquisador, para fins de preservação do sigilo dos envolvidos, preservará sua identidade e trabalhará os dados obtidos de acordo com os padrões profissionais e éticos. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada a pesquisa. Após sua conclusão, a todos os envolvidos serão feitas a devolutiva e a publicação dos resultados obtidos. Em relação aos documentos (termos, questionários, entrevistas, anotações etc.) serão armazenados, em local seguro, pelo pesquisador por um prazo mínimo de cinco anos. Encerrado esse tempo, os materiais impressos, serão picotados e destinados à reciclagem. Os materiais digitais serão deletados permanentemente.

5. Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos

O seu consentimento para a participação de seu filho neste estudo não acarretará nenhum tipo de custo ou vantagem financeira. Caso você ou o participante sofra algum dano decorrente dessa pesquisa, o pesquisador garante indenizá-lo(a) por todo e qualquer prejuízo.

Ciente e de acordo com as diretrizes contidas neste termo de consentimento, eu _____ CPF _____ autorizo a participação de meu filho(a) na pesquisa intitulada “Jovem Aprendiz: um estudo de caso no Cras de São Luís de Montes Belos – GO”, de forma livre e espontânea, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento.

Morrinhos, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do pesquisador

Assinatura do(a) pai/responsável

Anexo I – Termo de CompromissoINSTITUTO FEDERAL
GOIANO**Comitê de Ética em Pesquisa****TERMO DE COMPROMISSO**

Declaro para os devidos fins que cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares na execução da pesquisa intitulada "JOVEM APRENDIZ: UM ESTUDO DE CASO NO CRAS DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS - GO". Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados, sejam eles favoráveis ou não.

Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima.

Morrinhos, 29 de junho de 2019.

Marcelo Silva Oliveira

Marco Antônio de Carvalho

Anexo II – Termo de Anuência



Comitê de Ética em Pesquisa

TERMO DE ANUÊNCIA DE INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Declaro concordar com o projeto de pesquisa intitulado “JOVEM APRENDIZ: UM ESTUDO DE CASO NO CRAS DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS - GO” de responsabilidade do pesquisador Marcelo Silva Oliveira, bem como declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12.

A instituição Fundo de Assistência Social São Luís de Montes Belos está ciente de suas corresponsabilidades como Instituição Coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados.

Estou ciente que a execução deste projeto dependerá do parecer consubstanciado enviado pelo CEP/IF Goiano mediante parecer “Aprovado”.

São Luís de Montes Belos – GO, 11 de julho de 2019.

Eleusa Ferreira de Almeida
Coordenadora
CRAS

Eleusa Ferreira de Almeida

Anexo III – Apresentação utilizada na aplicação do Produto Educacional



APLICAÇÃO PRODUTO EDUCACIONAL - 10/08/2020

PROPOSTA

- Este Produto Educacional é resultado da pesquisa de mestrado, intitulada "Programa Jovem Aprendiz: um estudo de caso no Cras de São Luís de Montes Belos".
- O *Guia Aprendiz da Família* foi elaborado em uma linguagem clara e dinâmica, tendo como objetivo contribuir para a estruturação do programa de aprendizagem Capacitação para o futuro.
- Esta coletânea contém sugestões de *práticas pedagógicas* e *administrativas* exitosas em outras entidades.

APLICAÇÃO PRODUTO EDUCACIONAL - 10/08/2020

ORIENTAÇÕES

O conteúdo deste guia foi dividido nas seguintes seções de aplicabilidade.

- Carta de apresentação;
- Eixo administrativo;
- Eixo pedagógico;
- Eixo temático;

* Todas as imagens foram retiradas do Google Imagens

APLICAÇÃO PRODUTO EDUCACIONAL - 10/08/2020

CARTA DE APRESENTAÇÃO

- A unidade ingressou no segmento de preparação profissional de jovens devido aos constantes *apelos* dos *pais e responsáveis*.
- Como esta é uma iniciativa inédita para o órgão, é natural que o programa ainda esteja em fase de *estruturação*.
- Nesse sentido, este documento traz *recomendações* para a gestão administrativa e pedagógica do curso.

APLICAÇÃO PRODUTO EDUCACIONAL - 10/08/2020

BENCHMARKING

- As sugestões deste guia foram reunidas por meio da técnica chamada *benchmarking*.
- Paludo (2016) a define como um método sistemático e contínuo de *comparação* de *processos gerenciais* e resultados entre organizações similares. *Não* se trata de uma *cópia*, a finalidade desta ferramenta é melhorar a qualidade dos serviços prestados e aperfeiçoar o desempenho organizacional.

APLICAÇÃO PRODUTO EDUCACIONAL - 10/08/2020

BENCHMARK

Esse procedimento foi feito junto ao Programa Jovem Candango, sediado no Distrito Federal.



Razões para essa escolha:

- Aplicado no âmbito da administração pública;
- Entre seus participantes estão entidades de cunho assistencial, vide Cras Brasília.

INSTITUTO FEDERAL

APLICAÇÃO PRODUTO EDUCACIONAL - 10/08/2020

EIXO ADMINISTRATIVO

Sobral e Peci (2008) consideram o planejamento como o ponto de partida para a definição das ações de qualquer projeto.

É fundamental que a unidade e seus membros tenham clareza sobre o papel do programa e seus impactos no cotidiano do órgão.

Essa percepção será importante para a definição dos objetivos e o comprometimento das partes envolvidas.

INSTITUTO FEDERAL

APLICAÇÃO PRODUTO EDUCACIONAL - 10/08/2020

PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS 1

- Definir missão, visão e objetivos.
 - Sugestão de objetivo geral e específico
- Determinar a modalidade de formação profissional.
 - Diretrizes Manual da Aprendizagem (2019)
- Apresentar formalmente o programa à comunidade.
 - Ações para visibilidade do curso
- Definir a composição e as funções da equipe de trabalho.

INSTITUTO FEDERAL

APLICAÇÃO PRODUTO EDUCACIONAL - 10/08/2020

PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS 2

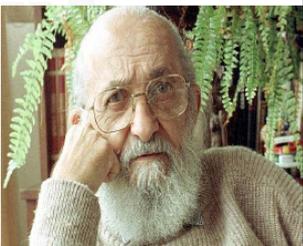
- Delimitação do público-alvo.
 - Medidas de acompanhamento, socialização e combate à evasão escolar
- Instalações e equipamentos.
- Parcerias e voluntariado.
 - Na área acadêmica, formação profissional, vagas de emprego e arrecadação de recursos
- Tabela com sugestões de cunho gerencial.

INSTITUTO FEDERAL

APLICAÇÃO PRODUTO EDUCACIONAL - 10/08/2020

O VALOR DA EDUCAÇÃO

A arte de educar propicia oportunidade de escolha, autonomia, consciência cívica e influencia a tomada de decisão. É um ato que demanda profundo comprometimento, carinho e generosidade do docente para com o educando (FREIRE, 2006).



INSTITUTO FEDERAL

APLICAÇÃO PRODUTO EDUCACIONAL - 10/08/2020

ARCO OCUPACIONAL

Este guia recomenda a adoção da formação inicial por arco ocupacional. Esta tipologia oferece atividades teóricas e práticas que não demandam nenhum pré-requisito ou conhecimentos específicos (MANUAL DA APRENDIZAGEM, 2019).



INSTITUTO FEDERAL

APLICAÇÃO PRODUTO EDUCACIONAL - 10/08/2020

EIXO PEDAGÓGICO - TEMÁTICO

As práticas educativas propostas são:

- Educação digitalizada.
- Interdisciplinaridade.
- Aprendizagem compartilhada.
- Tabela com sugestões temáticas.

Justificativas

- Viabilidade de sua adoção pelos atuais professores
- Não demanda investimentos financeiros

INSTITUTO FEDERAL

APLICAÇÃO PRODUTO EDUCACIONAL - 10/08/2020

ESPAÇO ABERTO



INSTITUTO FEDERAL

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 33 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2006.

MANUAL DA APRENDIZAGEM PROFISSIONAL. **O que é preciso saber para contratar o aprendiz**. Brasília: SINAIT, 2019.

PALUDO, A. **Administração Pública**. 7. ed. São Paulo: Editora Método, 2016.

SOBRAL, F; PECL, A. **Administração**: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.
